

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO DE IJUÍ
CONSTRUÍDO ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cláudio Renato de Camargo Mello

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO DE IJUÍ
CONSTRUÍDO ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960**

Cláudio Renato de Camargo Mello

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientadora: Prof^a Denise de Souza Saad

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mello, Cláudio Renato de Camargo
Levantamento e Identificação do Patrimônio Arquitetônico Urbano de Ijuí Construído Entre os Anos de 1890 e 1960 / Cláudio Renato de Camargo Mello.-2013.
205 p. ; 30cm

Orientadora: Denise de Souza Saad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2013

1. Inventário 2. Patrimônio Arquitetônico Urbano 3. Educação Patrimonial I. Saad, Denise de Souza II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO DE IJUÍ
CONSTRUÍDO ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960**

Elaborada por

Cláudio Renato de Camargo Mello

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO ORGANIZADORA:

**Denise de Souza Saad, Dr^a
(Presidente/Orientadora – UFSM)**

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)

Leonardo Barci Castriota, Dr. (UFMG)

Santa Maria, 14 de Março de 2013.

**À memória de meus pais, Reynaldo Lírio de Mello e
Maria Antonieta de Camargo Mello,
meus maiores patrimônios.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado em minha vida, pessoas que compartilham os mesmos ideais e por ter me permitido vencer mais esta etapa.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela possibilidade de ter cursado o Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural em nível de Mestrado.

À minha orientadora, professora Denise de Souza Saad, por suas virtudes, pelas suas concernentes críticas e pela acolhida junto à UFSM.

À minha família, em especial a meus irmãos Sonia, Fátima e João Henrique, pelo apoio incondicional e por entenderem minha ausência em alguns momentos em que foi necessária minha presença.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, que com seus conhecimentos, contribuíram e possibilitaram minha formação.

À ex-aluna, arquiteta Cláudia Legonde, por ter sido bolsista na etapa de coleta de dados deste projeto.

Ao ex-orientando e amigo, arquiteto Pedro Couto, pela contribuição na formatação do produto desta dissertação.

Aos amigos Laira Marina Funck, Luis Antônio Teixeira Raguzoni e Maria Amélia Dockhorn Zandonai, por tudo o que nos torna mais humanos.

Ao colega Lorenzo Cunegato, pela amizade e pelas trocas e discussões enriquecedoras, durante a trajetória.

A todos que, de alguma maneira colaboraram na realização da pesquisa e desta Dissertação de Mestrado.

Desde quando é de boa ética matar gente velha porque estorva o caminho?
(Lúcio Costa. Parecer anexado ao processo de tombamento da igreja Bom Jesus dos Martírios, em Recife, Pernambuco).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO DE IJUÍ CONSTRUÍDO ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960

AUTOR: CLÁUDIO RENATO DE CAMARGO MELLO
ORIENTADORA: DENISE DE SOUZA SAAD
Santa Maria, 14 de Março de 2013.

O presente estudo privilegia o patrimônio arquitetônico e define uma região específica do Rio Grande do Sul. Polarizada pelo atual município de Ijuí, a região pesquisada localiza-se no setor noroeste deste Estado, e sua colonização teve início a partir de 1878, por meio de imigrantes que reemigraram de outras colônias. Por ser a arquitetura gaúcha ainda hoje uma temática pouco estudada, o município de Ijuí demonstra conter um precioso acervo a ser conhecido e analisado. Embasado em um conceito de espaço como uma estrutura gerada a partir das relações sociais, econômicas e políticas que nele se estabelecem, o objetivo primeiro desta investigação buscou conhecer as bases da urbanização do município em estudo, identificando seu patrimônio arquitetônico com vistas ao resgate da memória urbana por meio de um inventário. Ao considerarmos o período estudado, verificamos que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados. Em uma perspectiva histórico-cultural, a preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade da história, salvaguardando os costumes e tradições locais, além de estabelecerem bases de apoio a políticas de desenvolvimento sustentáveis. Nesta direção, as edificações de época do município de Ijuí, em grande maioria, inseridas na área central da cidade, acabam por sofrer grande desvalorização, em um entorno urbano imediato, que, pela especulação imobiliária descontrolada, converte o solo urbano em um dos bens mais lucrativos, dando lugar às novas construções. Considerando-se que, o patrimônio edificado é o elemento através do qual as cidades se distinguem fisicamente umas das outras, é urgente que se tomem medidas de conservação, no sentido de proteger os bens do patrimônio à medida que a cidade antiga e a cidade moderna sejam pensadas conjuntamente, de forma a assegurar a participação da população nos processos de decisão, a fim de que a mesma construa uma identidade com o patrimônio.

Palavras-chave: Arquitetura. Patrimônio. Inventário.

ABSTRACT

Design Qualification Masters
Postgraduate Program in Professional Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria, RS State, Brazil

SURVEY AND IDENTIFICATION OF URBAN ARCHITECTURAL HERITAGE FROM IJUÍ BUILT 1890 THROUGH 1960

AUTHOR: CLÁUDIO RENATO DE CAMARGO MELLO
ADVISOR: DENISE DE SOUZA SAAD
Santa Maria, March, 14th 2013.

The present study focuses on the architectural heritage and defines a specific region of Rio Grande do Sul. Polarized by the current city of Ijuí, the researched area is located in the northwestern sector of this state, and its colonization began in 1878, through immigrants who reemigrated from other colonies. Once Gaucha's architecture still is a subject of little study, Ijuí demonstrates to contain a valuable collection to be known and analyzed. Based upon a concept of space as a structure generated from the social, economic and political relation which are established, the primary objective of this study was to get to know the basics of urbanization of the city under study, identifying its architectural heritage with a view to rescue the urban memory by means of an inventory. When considering the studied period, we found that Brazilian architecture has developed in the middle of a complex cultural process and architects and Brazilian immigrants have always contributed to the disruption of established forms and styles. In a historical-cultural perspective, the preservation of cultural heritage ensures the continuity of history, preserving the customs and traditions, besides establishing bases in support of sustainable development policies. In this sense, Ijuí's season buildings, most often inserted in the downtown area, eventually suffer great losses, in an urban environment that instantly, uncontrolled land speculation, converts the urban land in a more profitable goods, giving rise to new constructions. Considering that the heritage buildings is the element through which the cities are distinguished from each other physically, it is urgent to take conservation measures to protect the assets of equity as the old town and modern city are thought together, to ensure public participation in decision-making, so that the same build an identity with patrimony.

Keywords: Architecture. Heritage. Inventory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01 – Mapa de localização da sede do município de Ijuí | 32 |
| Figura 02 – Mapa de Ijuí com seus municípios limítrofes..... | 33 |
| Figura 03 – Mapa de Ijuí antigo (1960)..... | 33 |
| Figura 04 – Barracão para os imigrantes recém chegados..... | 37 |
| Figura 05 – Mapa Colônia de Ijuhy e Terras dos Jesús com demarcação da sede .. | 38 |
| Figura 06 – Mapa da colônia Ijuhy – Planta Sede – 1901 | 39 |
| Figura 07 – Mapa da linha férrea em 1940 | 42 |
| Figura 08 – Inauguração do trecho da estrada de ferro – Estação Fachinal – entre Cruz Alta/Ijuí, no ano de 1910 | 42 |
| Figura 09 – Festa de inauguração da via férrea e da Estação Ferroviária de Ijuí | 42 |
| Figura 10 – Vista geral das instalações do Frigorífico Serrano em 1956 | 43 |
| Figura 11 – Filial da Glitz S.A. em 1929 | 43 |
| Figura 12 – Município de Ijuí em 1913 | 44 |
| Figura 13 – Mapa de Ijuí em 1917..... | 45 |
| Figura 14 – Visita do General Flores da Cunha à Ijuí em 1934..... | 46 |
| Figura 15 – Prédio da Câmara Municipal de Ijuí | 46 |
| Figura 16 – Mapa do Zoneamento e Expansão de Ijuí | 49 |
| Figura 17 – Mapa de Ocupação Urbana de Ijuí em 1980..... | 50 |
| Figura 18 – Mapa de Ocupação Urbana de Ijuí em 1988..... | 51 |
| Figura 19 – Evolução dos loteamentos em Ijuí..... | 52 |
| Figura 20 – Evolução territorial do município de Ijuí..... | 53 |
| Figura 21 – Mapa da Área Central de Ijuí | 54 |
| Figura 22 – Mapa do Cadastro Imobiliário de Ijuí..... | 55 |
| Figura 23 – Mapa da Proposta de Zoneamento da Área Urbana do Município de Ijuí..... | 56 |
| Figura 24 – Delimitação da área de estudo da pesquisa com a localização dos edifícios inventariados | 76 |
| Figura 25 – Edifícios localizados no centro histórico de Ijuí..... | 77 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Formação Administrativa do município de Ijuí..... | 34 |
| Tabela 02 – Evolução territorial de Ijuí e seu percentual representativo no território gaúcho..... | 53 |
| Tabela 03 – Alterações de denominação e de estrutura funcional do SPAHN ao longo dos anos | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COTRIJUÍ – Cooperativa Tritícola de Ijuí
DF – Distrito Federal
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EFA – Centro de Educação Básica Francisco de Assis
EM – Ensino Médio
EXPO-IJUÍ – Exposição-Feira Industrial e Comercial de Ijuí
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FENADI – Feira das Culturas Diversificadas
FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana
MES – Ministério da Educação e Saúde
MinC – Ministério da Cultura
PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDP – Plano Diretor Participativo
S/A – Sociedade Anônima
SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS – Rio Grande do Sul
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UnB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade do Estado de São Paulo
UPF – Universidade de Passo Fundo
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Problema de Pesquisa e Relevância do Projeto..... | 12 |
| 1.2 Objetivos | 14 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 14 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 14 |
| 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 17 |
| 2.1 A arquitetura no Brasil entre os séculos XIX e XX..... | 17 |
| 2.2 O processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul | 21 |
| 2.2.1 Fase da Instalação (século XVIII)..... | 21 |
| 2.2.2 Fase da Organização (século XIX)..... | 23 |
| 2.2.3 Fase da Expansão (século XX) | 27 |
| 2.3 Histórico do município de Ijuí..... | 29 |
| 2.4 Ijuí e sua evolução urbana..... | 35 |
| 2.5 Histórico das Políticas de Preservação no Brasil e em Ijuí/RS | 57 |
| 2.6 Educação Patrimonial: algumas considerações..... | 62 |
| 3. MATERIAIS E MÉTODOS | 69 |
| 3.1 Modelo de ficha a ser preenchida para o inventário do patrimônio cultural do município de Ijuí..... | 71 |
| 3.2 Critérios de seleção das edificações a serem inventariadas..... | 73 |
| 4. INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE IJUÍ/RS..... | 78 |
| 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 143 |
| 6. CONCLUSÕES | 146 |
| REFERÊNCIAS..... | 148 |
| ANEXOS | 153 |

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação privilegia o patrimônio arquitetônico e define uma região específica do Rio Grande do Sul. Polarizada pelo atual município de Ijuí, a região pesquisada localiza-se no setor noroeste deste Estado, e sua colonização teve início a partir de 1878, por meio de imigrantes que reemigraram de outras colônias.

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, por ser a arquitetura gaúcha ainda hoje uma temática pouco estudada, o município de Ijuí demonstra conter um precioso acervo a ser conhecido e analisado. Ao considerar-se o período estudado, de 1890 a 1960, verifica-se que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados.

Em uma perspectiva histórico-cultural, a preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade da história, salvaguardando os costumes e tradições locais, além de estabelecer bases de apoio a políticas de desenvolvimento sustentáveis. Nesta direção, as edificações valor patrimonial do município de Ijuí, na sua maioria, inseridas na área central da cidade, acabam por sofrer grande desvalorização, em um entorno urbano imediato, que, pela especulação imobiliária descontrolada, converte o solo urbano em um dos bens mais lucrativos, dando lugar às novas construções.

Considerando-se que, o patrimônio edificado é o elemento através do qual as cidades se distinguem fisicamente umas das outras, é urgente que se tomem medidas de conservação, no sentido de proteger os bens do patrimônio à medida que a cidade histórica e a cidade contemporânea sejam pensadas conjuntamente, de forma a assegurar a participação da população nos processos de decisão, a fim de que se construa uma identidade com o patrimônio.

Neste sentido, a relevância do presente trabalho reside na constatação de que, dada a importância do município de Ijuí no contexto do estado do Rio Grande

do Sul e pelas peculiaridades de seu povoamento, os pesquisadores ainda têm muito a dizer frente ao entendimento dessa realidade, que pela sua complexidade é passível de ser reinterpretada em um processo histórico em movimento, que considera o homem e suas múltiplas facetas; o espaço, que efetivamente condiciona a ação deste homem e o tempo, cuja ação é transformadora.

A partir da ponderação de que a arquitetura é uma das principais manifestações para a análise e entendimento da história das cidades, torna-se fundamental antes de qualquer ação preservacionista, a realização de um inventário arquitetônico, envolvendo o levantamento de campo, o registro, a sistematização das informações coletadas e a identificação dos bens patrimoniais a serem reconhecidos e protegidos. Nesta direção, não se pode deixar de considerar também que a realização de um inventário deve extrapolar a condição de ser apenas um registro, mas também deve articular-se às políticas e planos constantes no Plano Diretor do município.

Desta maneira, pela identificação dos diversos códigos que emanam dos diferentes grupos sociais que compõe a complexidade étno-cultural do município de Ijuí, denota-se que enquanto classes elitizadas utilizam símbolos, elementos e adereços da cultura, muito mais por questões de status social do que por identificação, é na massa economicamente menos favorecida – que se define como herdeira desta cultura – que percebemos um significado emocional, um sentimento de pertencimento e identificação a uma determinada cultura que a memória cristalizou.

Assim, os símbolos e elementos específicos de cada cultura acabam por originar a identidade de cada grupo social, dando visibilidade e viabilizando sua transmissão via paisagens, arquitetura, gastronomia, vestuários típicos, enfim, códigos visíveis e não visíveis, responsáveis pela materialização da cultura no espaço e conseqüentemente, pela constituição dos lugares de memória e dos patrimônios culturais.

A urbanização do Rio Grande do Sul, sobretudo quando se trata de municípios do interior do estado, é um território pouco desbravado pela historiografia e, sendo o município de Ijuí nosso objeto de pesquisa, constata-se que falta a seus cidadãos o elo que os liga aos que os antecederam, fato que sem dúvida contribui para a sua identificação no meio em que está inserido. Desta maneira, a valorização dos espaços urbanos e arquitetura não devem ser um mero retorno ao passado, que

utiliza a história como um receituário teórico ou uma fonte de abastecimento de elementos formais.

Para além da realização de um inventário, o tema proposto envolve a programação de ações no âmbito da educação patrimonial como forma de aproximar os cidadãos e o patrimônio cultural, promovendo sua identificação com os mesmos. Desta maneira, entende-se estar contribuindo significativamente ao preenchimento de uma grande lacuna, no que diz respeito ao pouco conhecimento das populações de sua própria história, a fim de que as mesmas possam valorizar o que sentem que é seu, em uma perspectiva onde o monumento é uma espécie de antepassado da comunidade onde está inserido.

O **OBJETIVO GERAL** da pesquisa é o de promover a valorização, preservação e divulgação do patrimônio arquitetônico de Ijuí, entre 1890 e 1960, através da realização de um inventário, de forma a garantir a manutenção da memória urbana do município, ampliando os conhecimentos existentes sobre o patrimônio arquitetônico no Rio Grande do Sul.

Como **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**, a pesquisa propõe:

- Apresentar breve contextualização histórica do município de Ijuí;
- Verificar se a diversidade de origem dos habitantes do município teve influência direta em sua produção arquitetônica;
- Identificar as edificações construídas no período de 1890 a 1960 passíveis de serem consideradas patrimônio arquitetônico;
- Indicar diretrizes para a preservação das edificações;
- Criar instrumentos de gestão participativa da política de preservação do patrimônio;
- Prever instrumentos legais, urbanísticos e tributários para a proteção preservação e conservação do patrimônio cultural;
- Propor ações no âmbito da educação patrimonial da população em geral.

Como forma de garantir o avanço do conhecimento teórico, ou seja, as contribuições da presente pesquisa para a teoria a mesma foi estruturada em seis capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, **INTRODUÇÃO**, será exposto a delimitação do tema, a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa, o referencial teórico e uma síntese relacionando as partes constituintes do trabalho.

Como forma de demonstrar a maneira como o tema em estudo foi e vem sendo conduzido, o segundo capítulo, **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**, trata da

bibliografia que fundamentou a pesquisa, abordando conceitos e definições referentes ao patrimônio cultural, bem como a caracterização do município de Ijuí.

O terceiro capítulo, **MATERIAIS E MÉTODOS**, refere-se à(s) forma(s) de levantamento dos dados, sua classificação, etapas, coleta de dados, a planificação e descrição da análise estatística e validação, bem como os fundamentos de sua abordagem. Esse registro deverá conter sobretudo, a descrição do objeto de estudo, os aparelhos, materiais ou fontes utilizados e os procedimentos seguidos, de acordo com a especificidade da área de estudo.

Desta maneira, esta etapa de pesquisa reveste-se de uma importância fundamental ao entendimento do inventário, uma vez que define os critérios de seleção das edificações inventariadas e o processo de elaboração das fichas para o cadastramento dos bens edificados.

No quarto capítulo, **INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO**, a pesquisa situa-se na catalogação dos exemplares, trazendo detalhadamente seus aspectos históricos, culturais, arquitetônicos e construtivos.

O capítulo quinto, **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**, envolveu a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, fundamentados em fatos amparados por conhecimentos científicos, em razão dos objetivos propostos e do tema estabelecido. Também foram trabalhados neste capítulo, a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial que assegurem, conforme Gutiérrez (1989), a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população. Este autor considera que a participação da população é o ponto essencial para que essa política tenha êxito com o tempo. Só se conserva aquilo que se utiliza, e os novos usos dos espaços asseguram a continuidade de respostas adequadas às novas necessidades, dentro da evolução da cidade. A população precisa e deve ser integrada na discussão da preservação para que a mesma construa uma identidade com o patrimônio cultural e conseqüentemente se torne aliada dos gestores na proteção e na vigia dos bens.¹

Por fim, com as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, feitas no último capítulo da presente dissertação, pretende-se demonstrar as discussões, as quais aparecem ao longo do trabalho, a partir daquilo que foi proposto enquanto objetivo. Assim,

¹ GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura latino-americana: textos para reflexão e polêmica**. São Paulo, Nobel, 1989.

entende-se que, a arquitetura como partícipe das formas de expressão cultural, contribui na formação da identidade da sociedade que a produz e a qual pertence, exercendo, portanto, além de seus objetivos funcionais e estéticos, a tarefa de instrumento integrador regional.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A Arquitetura no Brasil entre os séculos XIX e XX

A arquitetura foi expressão de progresso e instrumento para a modernização durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano. Contou com o apoio dos governantes - a partir de 1808, com o rei de Portugal, Dom João VI, prosseguindo com os imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II e, mais tarde, desde o ditador Getúlio Vargas até o presidente Juscelino Kubitschek. Mereceu também o apoio de intelectuais e artistas que atuaram na Semana de Arte Moderna, em 1922, no Salão de 31, no Cinema Novo, em 1960, e na resistência à ditadura militar, nas décadas de 70 e 80.¹

A importância do papel da ocupação holandesa na formação das cidades do Recife e São Luís, no século XVIII, foi o germe das condições e das principais origens da modernidade na configuração do espaço físico-político brasileiro, consolidando, no século XIX, as propostas da Missão Francesa. Até o final da década de 20 a Escola Nacional de Belas Artes e os arquitetos estão às voltas com o neocolonial como alternativa à importação de modelos estilísticos do passado.²

A chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil, durante o século XIX, deu as feições neoclássicas às residências particulares e aos edifícios públicos. Ao final deste mesmo século, o predomínio do ecletismo na persistência simultânea dos modelos coloniais, neoclássicos e no Art Nouveau, representados nos arquitetos Victor Dubugras e Carlos Eckman. Desta forma, o ecletismo consolida sua posição como linguagem adequada da expressão da época, visto que, seguindo as vanguardas européias, renovou a cidade e a arquitetura do século XIX.

Weimer (1987) alerta para o fato de que:

Como o conceito de ecletismo abarca, indistintamente, qualquer linguagem estilística do passado, sua abrangência torna-se demasiado ampla. Delimita um contorno, mas não explicita o conteúdo. [...] Se na Europa houve uma evolução linear que levou o que eles chamam de ecletismo, aqui se manifestou como uma enxurrada de tendências assistemáticas e contraditórias. Se a teoria foi a mesma, o contexto no qual ela germinou e frutificou foi totalmente diverso. Assim, se [...] substituíssemos a palavra

¹ DE GUIMARAENS, Cessa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 29 de abr. 2005.

² Ibidem.

ecletismo por historicismo, em cujas adjectivações (classicista, goticista, etc.) poderiam ser definidos melhor os conteúdos dominantes [...] seria apenas a substituição de um rótulo por outro [...] é mais importante nos preocuparmos com o processo do que com os resultados (WEIMER, 1987, p. 258).

De acordo com Rocha-Peixoto (2000), a palavra ecletismo significa:

A atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se. Adquire um sentido particular na primeira metade do século XIX com o sistema filosófico proposto por Victor Cousin, para quem o ecletismo visava a “distinguir entre o verdadeiro e o falso nas diferentes doutrinas e, após um processo de depuração e separação pela análise e dialética, reunir as verdades de cada uma em um todo legítimo para obter uma doutrina melhor e mais ampla” (ROCHA-PEIXOTO, 2000, p. 5).

Nesta direção, este autor explicita que uma diferença entre neoclassicismo e ecletismo reside na escolha da referência histórica a imitar. O neoclassicismo formou seu repertório a partir da chamada arquitetura clássica, quer dizer, de um certo recorte da arquitetura da Antiguidade greco-romana. Já a atitude eclética, corresponde à acomodação de várias referências no tempo. Variando ou mesmo mesclando “tempos” históricos diferentes, procurava-se produzir uma arquitetura “fora do tempo”. Assim, a arquitetura eclética corresponde à dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção e exuberância³.

Na década de 20, com o arquiteto russo Gregori Warchavchik e com o arquiteto brasileiro Rino Levi, chegaram ao Brasil às concepções arquitetônicas mais avançadas do século XX. Contratado para trabalhar em São Paulo, no final da década de 20, pelo grupo Simonsen, Warchavchik projetou e construiu a Casa Modernista – marco inicial das transformações.

Cem anos após a proclamação da independência, a Semana de Arte Moderna soou como uma nova proclamação. [...] Ao combater os velhos preconceitos e o ecletismo dominante, através de uma ousada exposição de pinturas e de esculturas de vanguarda, e de uma série de conferências e recitais de dança e música realizados no imponente Teatro Municipal de São Paulo, anunciou alto e bom som, ‘o espírito dos novos tempos’. Mas apesar de tudo a Semana era também uma importação europeia. [...] De toda forma, a Semana de Arte Moderna trouxe consigo o germe de um autêntico renascimento que, com o tempo, iria estabelecer uma relação com os mais altos valores da vida brasileira, com as fontes do passado, com a terra e com o povo (MINDLIN, 2000, Pp. 25-6).

³ ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **O Ecletismo e seus Contemporâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro**, in CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

Segre (2000) assinala que desde o descobrimento da *Papagalli Terra*, a inaudita interação entre o homem e natureza atraiu o interesse dos europeus a esse mundo incógnito e exuberante. Uma vez forjada sua completa identidade, fruto das superposições e interações sociais e raciais, a análise do passado, tanto através dos olhos estrangeiros quanto locais, foi condicionada pela lente da modernidade. Atitude reiterada nos manifestos artísticos *Pau-Brasil* (1924), *Antropofágico* (1928) e *Tropicália* (1967), nas incursões pela arquitetura colônia de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer ou nos estudos antropológicos de Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide.⁴

Miranda (2010) destaca que a arquitetura moderna é a expressão visível da unidade entre a arte, a ciência e a indústria. A novidade do movimento moderno residiu no uso dos novos materiais e técnicas de construção tornadas disponíveis pelo desenvolvimento industrial. Se o modernismo é parte e reflexo do avanço científico e tecnológico, da era do ferro, do aço e das telecomunicações, a arquitetura é a área da produção cultural em que arte e técnica - modernismo e modernidade - são obrigadas a se unir.⁵

Canez (1998) esclarece que a arquitetura erudita brasileira, produzida a partir da década de trinta, época da ascensão de Getúlio Vargas à presidência e transição de dois grandes ciclos – da República Velha à Nova –, atravessou um período de extraordinários acontecimentos que se desencadearam alicerçados pela influência modernista européia. Este modernismo se apoiava em conceitos identificados com mudanças sociais, conquistas tecnológicas e com vontade estética emergente. Entretanto as inovações transladadas do contexto europeu ao contexto brasileiro suscitaram novas respostas, dadas as particularidades de nossa cultura e dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do momento. Os estudos sobre a arquitetura moderna desenvolvida em torno e a partir da década de trinta não são poucos, principalmente tratando-se da arquitetura paulista e carioca, em parte para preconizar e desenvolver este processo, porém deixaram em aberto estudos

⁴ SEGRE, R. **Os Caminhos da Modernidade Carioca (1930-1980)**, in CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

⁵ MIRANDA, S. M. Cataguases: **Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

pormenorizados da arquitetura moderna gaúcha como importantes manifestações da arquitetura brasileira e merecedoras também de atenção.⁶

Neste contexto, o Art Déco pode ser definido como um fenômeno moderno esclarecido por Fernandez e Almeida (2000) como:

Um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado na Europa e que se expande para as Américas do Norte e do Sul inclusive para o Brasil, a partir dos anos 20. Uma genealogia precisa da arquitetura Art Déco no Brasil deve situá-la no exato ponto de inserção entre o que se convencionou chamar, genericamente de Eclétismo e Modernismo. (CONDE & ALMADA, 2000, Pp. 9-13).

Destacamos que a grande expressão que a arquitetura Art Déco encontrou no Rio Grande do Sul, deve-se talvez ao grande número de arquitetos imigrados, especialmente alemães, trabalhando no estado.

Especificamente ao nosso objeto de estudo, Lazzarotto (2002) assinala que:

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. [...] O primeiro relatório de Augusto Pestana foi o de 1899, no entanto, o de 1900 apresenta dados do 2º recenseamento realizado em Ijuí. Relativamente as edificações, este autor relata que de acordo com o referido relatório, [...] o estado possuía cinco prédios: a casa do escritório, a escola, o barracão, a casa do farmacêutico e a do médico. Em bom estado só o barracão, reconstruído em 1899, e a escola, que foi reformada. Duas casas serviram de templos provisórios para católicos e evangélicos. Na área urbana havia 65 casas de alvenaria e 72 de tábuas (estando em construção 11 de alvenaria e quatro de tábuas), enquanto nos lotes rústicos havia 858 casas de tábuas, 31 de alvenaria e 153 de pau-a-pique (LAZZAROTTO, 2002, Pp. 73-7).

Neste contexto, pretende-se interpretar, a partir de uma análise compositiva, o patrimônio arquitetônico urbano do município de Ijuí, no recorte estudado, relacionando suas características estéticas e funcionais aos diferentes períodos em que foi produzida. Ressaltamos que a maioria dos exemplares selecionados apresentam características marcantes da arquitetura Eclética, Art Déco e Moderna. Tais interpretações possibilitam a criação de instrumentos de gestão participativa da política de preservação do patrimônio, uma vez que, passados pouco mais de 120 anos da fundação da Colônia de Ijuí, tais práticas e seus reflexos na gestão do patrimônio urbano da cidade são praticamente inexistentes.

⁶ CANEZ, A.P. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998. p. 16.

2.2 O processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul

Geograficamente situado na parte mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul, cuja área corresponde a 3,32 por cento do território nacional, é um todo compacto, sem cones ou desmembramentos, com uma considerável faixa litorânea, formando com os Estados de Santa Catarina e Paraná uma importante região agropecuária.

Descoberto no início do século XVI, o futuro Rio Grande do Sul foi integrado tardiamente ao sistema colonial, uma vez que seus territórios não se enquadravam aos objetivos da política mercantilista ibérica. Ou seja, não possuíam riquezas minerais ou condições para produção agrícola (cana-de-açúcar) que atendessem aos interesses da metrópole, que acumulava grande parte dos excedentes produzidos nas colônias. Assim, diante do processo de acumulação exigido pelo regime colonial, a região permaneceu inexplorada, do ponto de vista colonial, por mais de um século e, conseqüentemente teve o seu território tardiamente ocupado.

O século XVII marcou o início de um período onde se efetuaram as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul. Rhoden (1999 apud KERN, 1982, p.163) lembra que:

Foi neste século que as frentes de expansão foram assumidas, principalmente quando as fronteiras foram empurradas para o interior do continente, pelos missionários de várias ordens religiosas. Na 'região platina', coube aos jesuítas espanhóis estabelecerem suas *reduções* na fronteira oriental dos domínios hispânicos e ali desempenharem um papel de extrema importância frente à expansão portuguesa. E justamente por isto, por serem a 'face', a 'fachada' da fronteira hispânica e o obstáculo natural à expansão luso-brasileira rumo ao sul e ao oeste, foram sempre alvos imediatos e primeiros nesta fronteira de guerra (KERN, 1982, p. 163).

Barroso (1992) define que nestas bases se sustentam as três fases do processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul que tiveram como rumo a *ocidentalização espacial*, quais sejam: - a da *instalação* (século XVIII); - a da *organização* (século XIX) e a da *expansão* (século XX), a saber:

2.2.1 Fase da instalação (século XVIII)

As estâncias fixadas na Campanha tornaram-se uma referência para a identidade cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Além dos aspectos

culturais, as estâncias sintetizaram o desenvolvimento econômico da região, pelo duplo caráter de residência e núcleo produtivo (GOMES, 2001. p.12).

Em 1703, após vinte e três anos da fundação da Colônia do Sacramento, foram abertos os primeiros caminhos para facilitar a condução das tropas de mulas como o meio de transporte exigido pela mineração nas Minas Gerais. Segundo o historiador Thales de Azevedo, o autor do roteiro dessa viagem não menciona uma só povoação no litoral do futuro território sul-rio-grandense, embora sertanistas e bandeirantes já explorassem essas regiões e o interior do Continente - nome dado às dilatadas terras da campanha até então ocupadas unicamente pelos índios charrua, guainás, guarani, minuano e tapes.⁷

Em 1725, começa a exploração sistemática e oficial da região com o objetivo de descobrir caminhos e de conquistar o gado chimarrão, surgindo então as primeiras estâncias no litoral norte e no Estreito – que foi, por dois séculos, a principal rota terrestre ligando a Colônia de Sacramento (no extremo sul do atual Uruguai) à Laguna, e, a seguir, pelo Planalto, à Sorocaba, em São Paulo. Currais foram improvisados e invernadas eram instaladas ao longo desses caminhos. Azevedo (1975) lembra que invernada é o nome dado a certas pastagens cercadas de obstáculos naturais ou artificiais, onde se guardam animais cavaleiros, muares e bovinos, para descansarem e recuperarem as forças.

O declínio do comércio mar só não desestabilizou totalmente a economia sulina por que surgiram paralelamente, dois novos produtos: o trigo, cultivado por açorianos, e o charque, cuja manufatura desenvolvida de maneira mais acentuada em Pelotas, conheceu grande dinamismo, já que era utilizado como produto alimentar para a escravaria. A partir dos levantamentos arquitetônicos realizados por Pinto e Mascarello, apresentados respectivamente em *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul e Estâncias e fazendas* Gutierrez (2004) informa que “em um pouco mais de 70% dos casos, as vivendas possuem um só pavimento. Metade das moradas tem forma aproximada de “U”, fechado por um pátio. No total, quase 65% possuem um recinto descoberto no interior da construção, ou área a ela encostada.”⁸

Enquanto a política colonizadora dos espanhóis era voltada para a fundação de grandes cidades, os portugueses foram pulverizando o povoamento em direção

⁷ AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A nação, Instituto Estadual do Livro, 1975.

⁸ GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Universitária UFPel, 2004.

do oeste, fazendo crescer seus domínios até que, em agosto de 1801, ocupou definitivamente as Missões, incorporando os territórios dos Sete Povos, dando ao Rio Grande do Sul aproximadamente sua atual configuração. A sociedade sul-riograndense organizou-se apoiada na exploração pastoril-charqueadora escravista.

2.2.2 Fase da organização (século XIX)

A memória é um elemento essencial da identidade, tanto individual quanto coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (LE GOFF, 2003).

Na primeira metade do século XIX começou o processo de urbanização no Rio Grande do Sul. A Coroa portuguesa procurou proteger político-administrativamente o oeste conquistado, visto que o controle da região aumentava as possibilidades de acumulação de capital. Nesta perspectiva, em 1803, o governador Paulo da Gama sugeriu a divisão do território rio-grandense, sendo Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha as vilas-sede.

Em 1809, conforme a sugestão de Paulo da Gama (1803), foi criada a primeira rede de municípios para ordenar os rumos do povoamento. Eles foram: *Porto Alegre* – fundada pelos açorianos, como Porto dos Casais, no período de ocupação do território (1680-1772); *Rio Grande*, grande entreposto comercial e porto marítimo apesar das dificuldades de penetração oferecidas por sua barra; *Rio Pardo*, por seu papel no avanço para oeste, na expansão do povoamento e na defesa da fronteira; e *Santo Antônio da Patrulha*, território ligado ao ciclo do luar. Rhoden (1999) enfatiza que “em 1809, quando foram criados os primeiros municípios do Rio Grande de São Pedro, a divisão administrativa da capitania compreendia quatro municípios, dez freguesias, seis capelas e sete povoados” (RHODEN, 1999, p. 150).

Durante o período gerado pela descoberta de ouro nas Gerais, Portugal enviou para o Rio Grande do Sul arquitetos militares, instituindo por suas intervenções, um modelo de conformação urbana cujo rigor do traçado passou a valer como regra inflexível.

Apesar das precárias determinações administrativas a que estava sujeito o planejamento desses arquitetos militares, podemos citar as sedes dos municípios

criados em 1832, que foram Triunfo (desmembrado de Porto Alegre); Pelotas, Jaguarão e Piratini (desmembrados de Rio Grande); Cachoeira do Sul, Caçapava, José do Norte (desmembrado de Santo Antonio), entre outros, criados mais tarde. Assim, “o fato militar enquanto representou a existência de padrões culturais intensamente valorizados numa sociedade, que se formava no momento histórico de grande tensão internacional, teve grande importância no aparecimento e na implantação das cidades rio-grandenses” (MEDEIROS, 1959, p. 42).

Em 24 de julho de 1824, chegaram a São Leopoldo quarenta e três colonos de língua alemã. Em seis de novembro do mesmo ano, veio a segunda leva de imigrantes, num total de oitenta e uma pessoas. No ano de 1830, um total de 4.855 imigrantes povoava a Província criando, na primeira metade do século XIX, aglomerações e povoados em torno do rio Jacuí, com base na ocupação colonial-camponesa policultora. A colônia de São Leopoldo, de grande sucesso, tornou-se centro de atração e irradiação da colonização alemã no sul do Brasil. As outras iniciativas coloniais alemãs da mesma época estagnaram ou fracassaram. A interrupção dessa corrente imigrantória ocorreu principalmente em função do movimento farroupilha, considerando-se que até o ano de 1853, o número de imigrantes era de 7.491 pessoas. A partir daí, ficou mais difícil a contabilização dos imigrantes, pelo fato de que muitos deles se dirigiram para colônias particulares, não constando nas listas oficiais da imigração. As estimativas sobre o número total dos imigrantes alemães nos primeiros cinquenta anos estão entre 20.000 e 25.000 pessoas.⁹

Em 1835, eclodiu a Guerra Farroupilha (1835-1845), aprofundando a precariedade da situação político-administrativa. A falta de segurança das cidades, o estado deplorável das cadeias e prisões militares, a falta de programas para hospitais, igrejas e escolas ressaltam a rusticidade da organização social no Sul. “Como nenhum outro conflito da história do Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos foi fundamental para a constituição da própria identidade rio-grandense.”¹⁰ Nesta perspectiva, ao se referir aos traços atemporais referentes às ações históricas – como condição básica para as construções imaginárias de pertencimento, Pesavento (2009) reitera que:

⁹ BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense: Rio Grande antigo*. Canoas: Regional, 1956. pp. 80-1.

¹⁰ KÜHN, Fábio. *Breve história do [...]*. Op. cit. p.79.

Dessa forma, passa-se afirmar, em uma sucessão de épocas, que o Rio Grande do Sul 'sempre lutou por causas justas' e que, uma vez agredido – os inimigos são sempre externos, 'de fora' –, reage prontamente, mobilizado pelos sentimentos e valores mais altos. (...) Todos passam a ser herdeiros de das 'gloriosas tradições de 35' integrados em representação imaginária do passado que se converte em patrimônio comum, dotado de forte coesão social e que passa a ser veiculado já na segunda metade do século XIX (PESAVENTO, 2009, p. 12).

Ao propor uma reflexão acerca do processo de construção do Estado brasileiro a partir das idéias federalistas que estiveram presentes como bandeira na Revolução Farroupilha, como também na Revolução Federalista, a historiadora Padoin (2002) esclarece que:

O espaço fronteiriço platino foi um espaço por excelência, e não exclusivo, de fermentação de projetos federalistas, que se apresentaram como propostas de organização de um Estado federal (monárquico ou republicano), de Confederação de Estados, e/ou, ainda, enquanto discurso ideológico contra o centralismo do Estado Unitário (PADOIN, 2002, Pp. 91-2).

Por meio desta ligação tão profunda entre memória e identidade é que se que o imaginário histórico-cultural se reconhece como expressão particular de um determinado povo. Assim, a memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado para reconstituí-lo e sim como um processo dinâmico ligado à questão identitária.

Pode-se então relacionar a questão da memória a outros componentes, como por exemplo, a questão da identidade étnica, especialmente no Rio Grande do Sul, onde processos de imigração italiana e alemã resultaram em colonizações que trouxeram características peculiares nas suas arquiteturas.

A chegada dos imigrantes italianos deu-se a partir de 1875, em um momento em que a Província se mostrava hostil em relação à colonização européia e quando as melhores terras já se achavam ocupadas. Souza e Muller (1997) registram que:

Os imigrantes italianos vão se estabelecendo nas terras que ainda permanecem desocupadas, ou seja, os divisores d'água e as encostas mais íngremes que os alemães deixaram de ocupar, preferindo os filhos dos primeiros ocupantes irem em busca de terras menos difíceis na direção noroeste do Estado. O centro da imigração italiana forma-se em Caxias do Sul, e nos primeiros tempos ocupam-se essencialmente da agricultura (SOUZA & MÜLLER, 1997, p. 63).

Principalmente após a segunda metade do século XIX, outras frentes econômicas polarizaram a ocupação do Rio Grande do Sul, ensejando o nascimento de novos povoados, freguesias e vilas, a exemplo dos ervais, cujos pontos centrais de fabricação eram Cruz Alta, Passo Fundo e São Borja; do comércio do gado em pé, cujos pontos mais procurados pelos tropeiros eram Nonoai, Pontão, Palmeira e Cruz Alta; bem como da manufatura do charque, que promoveu a instalação de charqueadas ao redor de Pelotas, Rio Grande e Bagé.¹¹

O florescimento destas novas áreas ocupadas reforçou as necessidades de comunicação entre os diferentes pontos do estado, exigindo a abertura de novos caminhos; interligação de estradas e promoção da navegação, ligando as regiões agrícolas aos portos afluentes do Jacuí, forçando a aproximação centro-oeste em direção da fronteira.

A partir de 1869, dada a falta de um plano geral de viação na Província, visto que as estradas, caminhos e picadas, até então abertos não obedeciam a uma metodização, surgiram os estudos das *estradas normais*, segundo princípios americanos baseados na *horizontalidade* das comunicações, reforçando e aplicando a teoria fronteira, visto que um dos princípios que determinaram o traçado dessas estradas considerou qual o sistema que melhor defende o país segundo o terreno de suas fronteiras e sua posição em relação aos países vizinhos.¹²

Surgiram também as primeiras vias férreas, inicialmente com objetivos econômicos (Porto Alegre a São Leopoldo e depois Novo Hamburgo) e posteriormente se ramificando à sudoeste (Porto Alegre – Uruguaiana) com fins estratégicos. Na República, o avanço das vias férreas além das fronteiras do Rio Grande do Sul deu-se através de Cruz Alta. Entretanto, a real integração do Planalto com o resto do território adveio no século seguinte por uma ramificação da linha férrea Porto Alegre – Uruguaiana.¹³

Neste contexto, insere-se no período, o município de Ijuí, nosso objeto de estudo, a partir do levantamento e identificação de sua arquitetura urbana – construída entre os anos de 1890 – ano de fundação da colônia de Ijuí e 1960 – abarcando o movimento moderno no Brasil.

¹¹ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização [...]**. Ob. cit.

¹² Ibidem

¹³ Ibidem

Desta forma, com vistas a um inventário, identificando as áreas, lugares e unidades para a proteção, preservação e conservação do patrimônio cultural, pretende-se suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região, por ser a arquitetura gaúcha ainda hoje uma temática pouco estudada, e pelo fato de o município de Ijuí conter um precioso acervo a ser conhecido e analisado. Assim, a arquitetura como partícipe das formas de expressão cultural, contribui na formação da identidade da sociedade que a produz e a qual pertence, exercendo, portanto, além de seus objetivos funcionais e estéticos, a tarefa de instrumento integrador regional.

Conforme esclarece Lopes (2008), a iniciativa do governo estadual marcava o início de uma nova política de colonização que passou pela tutela do governo central e agora, sob a égide dos governos estaduais, deixavam de ser, sob o ponto de vista étnico, centros homogêneos para passarem a colônias mistas (LOPES, 2008, p. 49).

Ao final do século XIX, a configuração espacial do Rio Grande do Sul encontrava-se integrada ao espaço brasileiro onde começavam a se transformar as relações políticas geradas na economia e na sociedade, desde a ascensão do Partido Liberal ao poder em 1878 até a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense em 1882.

2.2.3 Fase da expansão (século XX)

A crise das Charqueadas, ao fim dos anos 1800, e o avanço da agricultura colonial, aliado ao crescimento da indústria regional, reorientou a economia rio-grandense e os novos rumos da ocupação e urbanização do Estado. O uso intensivo do solo nas zonas agrícolas coloniais deu início ao processo de repartição da terra (fracionamento), reduzindo a unidade de produção. Isto não só deslocou os povoados para a direção noroeste, resultando na fundação das “novas colônias”, como causou o empobrecimento e marginalização do pequeno agricultor pelo monopólio exercido pelos grandes comerciantes. Barroso (1992) destaca que as novas colônias eram povoados formados pelo deslocamento de descendentes de imigrantes das “colônias velhas”, no início da Fase de Expansão do processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul.¹⁴

¹⁴ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização [...]**. Ob. cit

Como conseqüência, a migração (migração rural/rural) para terras ao norte, ainda inexploradas, esgotou a fronteira agrícola rio-grandense pela conformação de uma “teia urbana” pulverizada, que imediatamente fez com que o migrante rio-grandense ocupasse a fronteira catarinense e também se dirigisse para as áreas do oeste do Paraná, Mato Grosso, etc.

A Primeira Guerra Mundial oportunizou a expansão de cultura do arroz do Estado, que teve penetração na Argentina e Uruguai pela paralisação das remessas do arroz italiano para a área, incrementando as vendas de trigo destes países para o Rio Grande. No período pós-50, o monopólio de soja, trigo e arroz voltado para o mercado externo desenvolveu a lavoura empresarial, dispensando a força de trabalho, expulsando o homem do campo, inserindo-o no capitalismo. A imagem de “celeiro do país” que o Rio Grande do Sul consolidou no pós-guerra pagou o ônus da decadência da agropecuária colonial-camponesa, onde o agricultor expropriado e dependente de investimentos em tecnologia e mecanização começou a dirigir-se para os centros urbanos, provocando o “inchamento” das cidades que encontram no homem expulso do campo a força de trabalho que necessitam, crescendo sem medida e infra-estrutura adequada para acolhê-los, destinando aos mesmos espaços periféricos das cidades.

Souza (1997), em uma análise mais detalhada da evolução administrativa do Rio Grande do Sul, mostra que a região sul do Estado, ou de campos, a partir do final do século XIX e início do século XX, vai estabilizando-se no que diz respeito ao desmembramento de municípios, enquanto, na região serrana ou colonial, ao norte, as subdivisões ou desmembramentos têm feito parte da sua própria história, encontrando espaço até os dias de hoje.¹⁵

A partir disto, segundo Souza (2000), em 1913, ficam evidenciadas no Estado, duas regiões características: a região dos municípios do norte, composta por três municípios (Palmeira, Santo Ângelo e Ijuí) e a região dos municípios do sul (composta por 18 municípios). Em 1962, o número de municípios do norte e do sul eram de 23 e 50 e em 1987, de 25 e 28. A partir destes dados, percebe-se um crescimento quanto ao número de municípios muito maior na região norte.¹⁶

¹⁵ SOUZA, Célia Ferraz. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 53.

¹⁶ SOUZA, Célia Ferraz & MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 32.

Politicamente, no decorrer do século XX, o Rio Grande do Sul viveu momentos de crise externa e interna, como a crise dos anos 20; a Revolução de 30; a República Nova (1930-37) e o Estado Novo (1937-45). Em 1945, com o fim do Estado Novo, adentrou no período democrático “populista”, afirmando-se um novo estilo de conduta política, marcado pelas oscilações entre tendências de desenvolvimento, com o “nacional desenvolvimentismo” do governo de Juscelino Kubitschek e sua abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro.

Neste contexto, a economia rio-grandense apresentou como problema central a industrialização, aliada ao êxodo rural e problemas com transporte e energia; questões político-partidárias associadas aos programas de desenvolvimento econômico capitalista. Entre os problemas levantados anteriormente, o da migração rural-urbana forçou a formação de novos núcleos urbanos, a partir de Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antonio da Patrulha, comprovando a expectativa da ocupação de centro-oeste do Estado ao longo de sua trajetória.

2.3 Histórico do município de Ijuí

Sendo necessário imprimir-se maior impulso ao serviço de medição de lotes [...] e convindo ativar os trabalhos que, sob vossa zelosa direção, se estão executando em Ijuí Grande, cujo núcleo convém quanto antes inaugurar, vos declaro que podeis fazer seguir para aquela localidade, os empregados que forem necessários para se medir, no menor prazo possível, o maior número de lotes coloniais (LAZZAROTTO, 2002, p. 46).

A formação histórica do Rio Grande do Sul está intrinsecamente relacionada com a questão fronteiriça existente aos domínios das Coroas Ibéricas na América Meridional e as suas relações com as populações originárias – os grupos indígenas. Efetivamente, devido à complexidade dessa realidade, ela deve ser reinterpretada através de abordagem que penetra o mundo dos fenômenos e os explique no contexto das suas contradições e mudanças dialéticas. Nesta direção, pretende-se também lançar mão deste conhecimento para estudo mais aprofundado do processo de ocupação e de urbanização do município de Ijuí, ponto de chegada de nosso estudo.

A Colônia¹⁷ de Ijuhy¹⁸, fundada em 19 de outubro de 1890 (contando já com 18 etnias), por iniciativa do governo estadual, na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significou o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém chegados da Europa.

Nesta perspectiva, Ijuí caracteriza-se pela sua diversidade cultural, social e religiosa, expressa na origem de seus habitantes, onde a evolução da arquitetura no processo histórico revela em que condições – políticas, econômicas e sociais – a distribuição do espaço ocorreu, bem como reflete a arquitetura produzida no período estudado, apresentando características estilísticas predominantes na Europa.

Lazzarotto (2002) elucida que um dos problemas que preocupou os historiadores que escreveram sobre o início da colonização de Ijuí foi saber o nome e a origem dos imigrantes que testemunharam a fundação da colônia... a chegada de colonos que reemigravam das colônias velhas, oriundos, sobretudo de Caxias, Conde D'Eu e Silveira Martins, dos quais a única referência que dispomos é o Cadastro da Dívida Colonial, do arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, que fornece o nome do primeiro ocupante de cada lote, no entanto, grande número comprou lotes já registrados.¹⁹

Historicamente, o nome Ijuhy (hoje Ijuí), foi revestido de várias acepções. O significado do nome Ijuí, na língua Guarani, significa *Rio das Águas Claras* ou *Rio das Águas Divinas*, por terem sido os povos indígenas os primeiros habitantes da região, seguido pelos imigrantes de origem afro-brasileiros.²⁰

Desta maneira, se dá o início da grande miscigenação de etnias que caracteriza o município como *Terra das Culturas Diversificadas*, por estarem presentes em sua população “alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, e, pouco depois, uma geração

¹⁷ O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono. (SEYFERTH, 1990, p.25.)

¹⁸ No presente trabalho, a grafia Ijuhy será utilizada para se referir à Ijuí do passado (de acordo com a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 40). A grafia atual, Ijuí, designa o município na atualidade.

¹⁹ LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

²⁰ Disponível em: <<http://www.projetos.unijui.edu.br>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

moça, excedente das *colônias velhas*, isto é, das áreas ocupadas por alemães e italianos a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul.”²¹

Bastante integrados culturalmente, estes grupos étnicos, em uma escala de preponderância, contam em maior número com os descendentes de portugueses com brasileiros, seguidos pelos imigrantes alemães, italianos e poloneses. Em número menor estão os imigrantes letos, austríacos, holandeses, árabes, japoneses, africanos, espanhóis e suecos.

O nome Ijuhy foi o nome dado pelos índios guaranis ao rio que perpassa o município. O seu significado varia conforme a grafia que se lhe dá. Escrevendo “Ihjuí” entende-se “rio das rãs”, talvez o significado original; “Juhy” significaria “rio dos espinhos”; “Jujhy”, “rio dos pintassilgos”; mas “Ijuhy”, a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 1940, só pode significar “rio das águas divinas” ou “rio da abelha divina” (LAZZAROTTO, 2002, p.13). Cabe ressaltar que na época, Ijuhy fazia parte do quinto distrito de Cruz Alta.

A cidade de Ijuí também ficou conhecida como *Colmeia do Trabalho*, título este escolhido através de um concurso promovido pelo Jornal Correio Serrano no ano de 1944: “O nome simbólico escolhido em 06/10 de 1944 para a nossa querida Ijuí foi *Colmeia do Trabalho*, nome conservado até hoje, que bem sintetiza o labor constante e progressivo do povo de nossa terra”²²

O município de Ijuí está localizado na Microrregião Geográfica de Ijuí, compondo, conjuntamente com outras microrregiões, a Mesorregião Geográfica do Noroeste riograndense.²³ Distanto pouco mais de 400 km da cidade de Porto Alegre, possuindo uma área territorial de aproximadamente 689 km² (em uma densidade demográfica de 114,51 hab./km²), conta com uma população de 78.915 habitantes (estimada em 79.160 pessoas no ano de 2011), de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2011).

²¹ MARQUES, M. O. GRZYBOWSKI, L. C. **História Visual da Formação de Ijuí, Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1990. pp. 9-10.

²² CORREIO SERRANO, 27 de outubro de 1944, p.5. *Apud* CREMONESE, 2006, p. 108. Conforme este autor, já encontramos registros deste codinome “colméia do trabalho” antes da referida data.

²³ Cadernos Unijuí. **Região: questões conceituais e a prática da regionalização do RS**. Série Ciências Sociais, nº 22. *Apud* CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

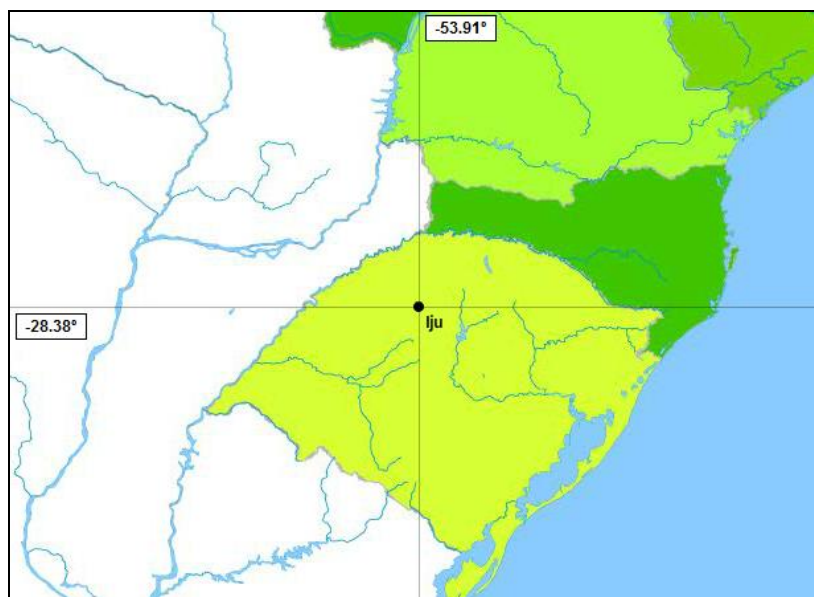


Figura 01: Mapa de localização da sede do município de Ijuí.
Fonte: IBGE, 2011.

Em conformidade com o mapa da Figura 01, o território do município situa-se entre as coordenadas geográficas 28° 03' 27.658" Sul e 28° 32' 17.26" Sul de latitude; e 53° 41.74" Oeste e 53° 45' 41.74" Oeste e 54° 08' 43.85" Oeste de longitude, estando, a sede, a uma altitude de 328 metros acima do nível do mar.²⁴

Os primeiros moradores de Ijuí foram os “caboclos”, luso-brasileiros ou mestiços que viviam da coleta de erva-mate e do cultivo de pequenas lavouras, posteriormente trabalharam também como peões na abertura e conservação de pequenas estradas (picadas). Essa população, que via de regra não se tornou proprietária das terras que ocupava e tão pouco as conservou, vendendo-as aos adventícios (estrangeiros), passou a ser denominada de “nacional”, por oposição aos colonos estrangeiros, o mesmo, quando viviam em situação muito precária, “bugres”.²⁵

O município faz limites ao norte com Municípios de Ajuricaba, Chiapetta e Nova Ramada; ao sul com Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado e Cruz Alta; ao leste com Bozano, Panambi e Pejuçara e, ao oeste, com Catuípe e Coronel Barros (Fig. 02).

²⁴ CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS.** 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

²⁵ WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil.** Ijuí: Unijuí, 2002, p. 170.

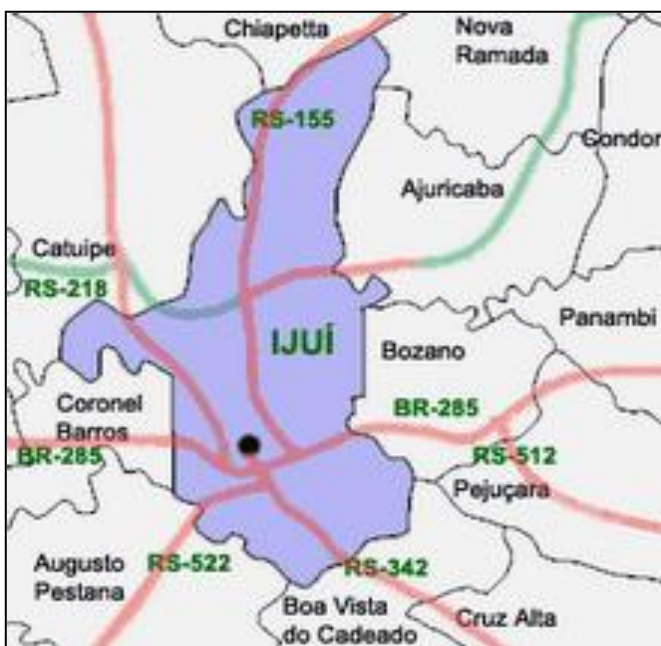


Figura 02: Mapa de Ijuí com seus municípios limítrofes.

Fonte: Disponível em <<http://www.escolaruizinho.blogspot.com>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

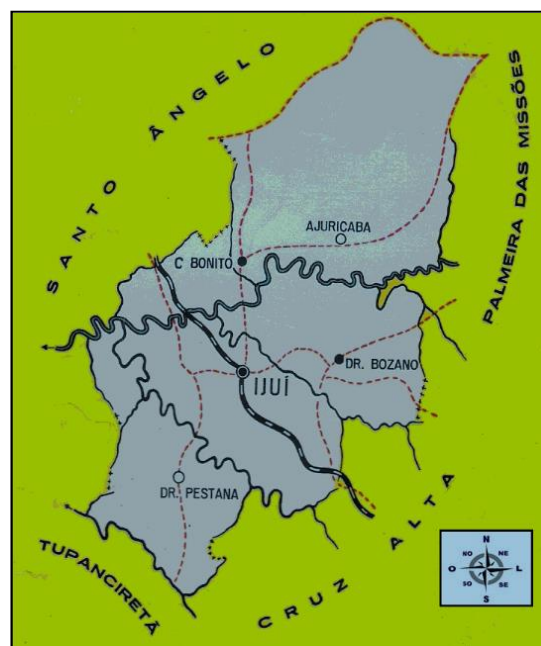


Figura 03: Mapa de Ijuí antigo (1960).

Fonte: Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP – Unijuí – Ijuí/RS (apud CREMONESE, 2006, p. 110).

Cremonese (2006) assinala que, no passado, a extensão territorial do município era bem maior. Em 1940, Ijuí contava com 1.821 km², já em 1959 com 2.169 km². O Ijuí antigo, antes das emancipações limitava-se ao norte com Palmeira das Missões e Santo Ângelo, a oeste com Santo Ângelo, ao sul com Tupanciretã e Cruz Alta e a leste com Cruz Alta e Palmeira das Missões (fig. 03). Porém, logo em seguida, o município começou a diminuir sua extensão em decorrência dos desmembramentos territoriais (emancipações políticas) dos seus principais distritos (CREMONESE, 2006, p. 110).

Com relação à formação administrativa do Município de Ijuí, o Distrito foi criado com a denominação de Ijuí, por atos municipais nºs 40-A, de 14-01-1890 e 1, de 12-02-1912, subordinado ao município de Cruz Alta. Elevado à categoria de município com a denominação de Ijuí, pelo decreto estadual nº 1814, de 31-01-1912, desmembrado de Cruz Alta. Sede no antigo distrito de Ijuí. Constituído do distrito sede. Instalado em 12-02-1912.

A Tabela 01 sintetiza os principais atos administrativos relacionados ao município, bem como suas respectivas legislações e datas.

Tabela 01: Formação Administrativa do Município de Ijuí

| Fato/Ocorrência | Período/Data |
|---|--|
| Criação da Colônia de Ijuhy | 19/10/1980 |
| Elevação à categoria de Vila – Emancipação político-administrativa do município de Cruz Alta | Decreto 1814, de 31/01/1912 |
| Elevação à categoria de município | 21/01/1912, instalado em 11/02/1912 |
| Criação dos Distritos de General Firmino de Paula e Doutor Pestana | Ato Municipal nº 01, de 12/02/1912 |
| Criação do Distritos de e Doutor Aragão Bozano | Ato Municipal nº 411, de 11/02/1925 |
| Elevação à categoria de Cidade | Decreto Estadual 5716, de 19/10/1934 |
| O Distrito de General Firmino de Paula passou a denominar-se simplesmente General Firmino e permanece no Município de Ijuí | Decreto Estadual nº 7199, de 31/03/1938 |
| O Distrito de Doutor Aragão Bozano passou a denominar-se Doutor Bozano e figurou como zona do Distrito de Ijuí, pertencente ao Município de Ijuí | Decreto Estadual nº 7199, de 31/03/1938 |
| O Distrito de General Firmino passou a denominar-se Ajuricaba | Decreto estadual nº 7842, de 30/06/1939, baixado em virtude de autorização contida no Decreto-Lei Federal nº 3107, de 31/05/1939 |
| Restabelecimento do Distrito de Doutor Bozano e criação dos Distritos de Coronel Barros e Ramada | Lei Municipal nº 374 |
| Criação do Distrito de Barro Preto | Lei Municipal nº 419, de 05/01/1956 |
| Criação do Distrito de Mauá | Lei Municipal nº 840, de 30/04/1964 |
| Criação do Distrito de Chorão | Lei Municipal nº 849, de 21/07/1964 |
| Criação do Distrito de Salto | Lei Municipal nº 850, de 21/01/1964 |
| Criação do Distrito de Linha 8 Leste | Lei Municipal nº 865, de 04/11/1964 |
| Alteração da denominação do Distrito da Linha 8 Leste para Distrito Floresta | Decreto Executivo nº 19, de 02/01/1965 |
| O Distrito de Doutor Pestana é desmembrado do Município de Ijuí, para formar o novo município com a denominação de Augusto Pestana | Lei Estadual nº 5030, de 17/09/1965 |
| Os Distritos de Ajuricaba, Ramada e Barro Preto são desmembrados do Município de Ijuí para formar o novo município com a denominação de Ajuricaba | Lei Estadual nº 5085, de 08/11/1965 |
| Criação do Distrito de Santo Antônio | Lei Municipal nº 1.979, de 02/03/1984 |
| Criação do Distrito de Alto da União | Lei Municipal nº 2.044, de 27/09/1984 |
| Criação do Distrito de Santa Lúcia | Lei Municipal nº 2.149, de 19/06/1986 |
| Criação do Distrito de Santana | Lei Municipal nº 2.150, de 20/06/1986 |
| Criação do Distrito de Barreiro | Lei Municipal nº 2.160, de 30/10/1986 |
| Criação do Distrito de Itai | Lei Municipal nº 2.194, de 16/06/1987 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, segundo dados do IBGE, dez. 2011 e Correio Serrano de Ijuí de 09 dez.1934.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 12 distritos: Ijuí, Alto da União, Barreiro, Chorão, Doutor Bozano, Floresta, Itaí, Mauá, Salto, Santa Lucia, Santana e Santo Antônio.

Pela lei estadual nº 10742, de 16/04/1996, desmembra do município de Ijuí o distrito de Doutor Bozano e Salto, para constituir o novo município com a denominação de Bozano.

Em divisão territorial datada de 15/07/1997, o município é constituído de 10 distritos: Ijuí, Alto da União, Barreiro, Chorão, Floresta, Itaí, Mauá, Santana, Santo Antônio e Santa Lúcia.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 9 distritos: Ijuí, Alto da União, Barreiro, Chorão, Floresta, Itaí, Mauá, Santana e Santo Antônio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

A Lei nº 4.747 de 01 de novembro de 2007 estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí e nele estão instituídas diretrizes básicas para orientação e controle do desenvolvimento municipal de acordo com o disposto nesta Lei, que por sua vez, também assegura algumas políticas voltadas à proteção, preservação e a recuperação de edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico.

2.4 Ijuí e sua evolução urbana

O atual município de Ijuí, até a segunda metade do século XIX, aproximadamente, era apenas uma zona de mata cerrada. Os primeiros registros sobre o município de Ijuí datam em torno de 1850, quando o governo da Província mandou abrir uma picada por entre a mata costeira do Rio Conceição, visando reduzir o trajeto entre Cruz Alta e Santo Ângelo, até então percorrido por campo, costeando a mata nativa. Para que fosse possível trafegar pela picada, instalaram-se peões responsáveis pelas periódicas limpezas, constituindo-se nos primeiros moradores permanentes. Assim, chamou-se o local de Picada Conceição, mais tarde Barreiro, em função de um lamaçal formado por uma vertente de água mineral.²⁶

²⁶ Disponível em: <<http://www.projetos.unijui.edu.br>>. Acesso em: 09 dez.2011.

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro, José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. Mal inaugurado o núcleo colonial a Comissão de Terras foi transferida para Ijuí e, em ofício de 20/1/1891, Siqueira Couto recebeu ordens para providenciar a sede para a instalação da Comissão e “que os imigrantes se dirijam agora diretamente para Ijuí”.²⁷

Após a demarcação da colônia, foram distribuídos 22 lotes urbanos e cerca de 100 rurais aos agricultores que chegavam. Em 1896, a população da colônia atingia o número de 4.644 habitantes. A 06 de dezembro de 1898 era nomeado diretor o dinâmico e competente engenheiro Augusto Pestana, que, com grande tino administrativo, desenvolveu, protegeu e conseguiu amparo governamental às atividades locais. É a época de fundação de diversos estabelecimentos comerciais, bem como de alguns industriais. O povoado merece a criação de agência de correios, telégrafo e cartório. Augusto Pestana assiste, a 19 de novembro de 1911 a inauguração da estação ferroviária –, já então o povoado contando com 360 prédios e 2.160 habitantes, e a colônia com 24.678 moradores. Em 1900 este número fora de 8.847, mas nos anos seguintes a média dos colonos entrados fora de 200, subindo em 1908 para 1.070, e em 1909 para 1.241. Com quase 25.000 habitantes, notáveis perspectivas e boa situação econômica, mereceu a colônia e elevação à categoria de município, e o povoado à de vila.²⁸

A ocupação deste território aconteceu por razões estratégicas de defender a fronteira ao mesmo tempo que para baixar as tarifas dos gêneros alimentícios. Sobre este segundo aspecto, num relatório de 03/3/1858, o militar Francisco Rave escreveu:

É fato que os gêneros alimentícios têm subido de preço nas Missões e em tal medida que a criação de estabelecimentos agrícolas na costa do rio Uruguai é desejada e uma necessidade indubitável... A cultivação destes terrenos tão férteis tão propícios para a colonização que lá se desenvolva e floresça e junto à navegação do Uruguai poderá mudar, em futuro, vantajosamente, a face oeste da Província do rio Grande do Sul (LAZZAROTTO, 2002, p. 73).

²⁷ LAZZAROTTO, Danilo. **História de [...]**. Op. cit. p. 73.

²⁸ Reprodução de texto publicado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, planejada por Jurandir Pires Ferreira, então presidente do IBGE. Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 1959. Disponível em: <<http://www.ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

Uma das primeiras ruas a serem abertas quando da instalação da Colônia de Ijuhy, em 1890, foi a rua 7 de setembro. A figura 04 representa um barracão (grande galpão de madeira), entre tantos construídos, situado entre o trecho da rua do Comércio e Floriano Peixoto onde se alojavam os primeiros imigrantes recém chegados vindo das Colônias Velhas (primeiras colônias de imigrantes criadas no RS).

Lazzaroto (2002) esclarece que, duas grandes dificuldades iniciais apareceram no extrato de ofício da Delegacia de Terras e Colonização, enviado por Siqueira Couto em 20/3/1891, a saber:

1º) a falta de acomodações para a grande quantidade de imigrantes que vinha chegando. Acontece que eram abrigados em barracões (Fig. 04), para isso construídos, até receberem o lote colonial (250.000 metros quadrados – uma colônia ou 25 hectares). As mulheres e as crianças lá ficavam até estar pronta a “casa provisória” no lote recebido.

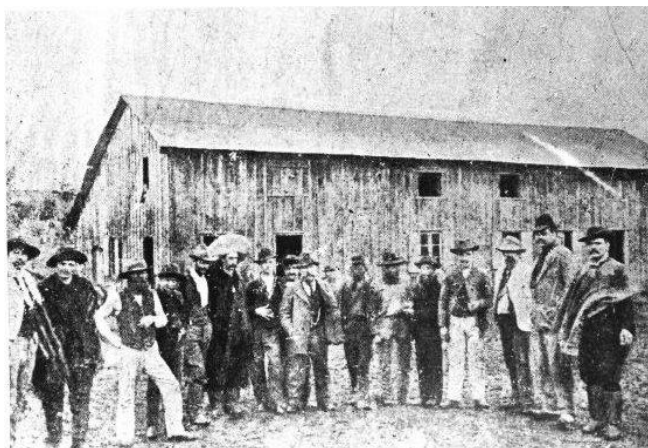


Figura 04: Barracão para os imigrantes recém chegados.

Fonte: MARQUES, Mario Osorio e GRZYBOWSKI, Lourdes Carvalho. **História visual da formação de Ijuí.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1990.p. 33.

2º) se refere ao imigrante polonês, que compunha a maioria dos primeiros imigrantes de Ijuí. Na documentação da época encontram-se frequentes queixas de Delegacia de Terras e Colonização contra o imigrante polonês. Segundo consta, ao findar 1891, dos 18.000 imigrantes, 10.900 eram polacos, que nas palavras de Siqueira Campos no extrato de ofício, muita pouca vontade mostram de querer habitar os lotes, além de se referir à estes como uma imigração imprestável, pois não tem hábitos de trabalho, são indolentes por natureza e nada entendem do serviço de agricultura.

Neste contexto, Maestri (2011) descreve que :

A imigração polonesa foi o terceiro impulso migratório sulino, temporal e quantitativamente... Os poloneses que procuravam no sul do Brasil o sonho negado na Europa, a posse de nesga de terra para enraizar suas existências, compraram uns vinte hectares de terras pobres, distantes dos grandes mercados... As dificuldades da conformação nacional da Polônia e suas vicissitudes no século 20 ensejaram que os imigrantes poloneses jamais tenham contado plenamente com o importante apoio diplomático nacional, como os vizinhos alemães e italianos. Os *handicaps* negativos do estabelecimento, consolidação e desenvolvimento desse movimento migratório ensejaram explicações triviais, preconceituosas e, não raro, de cunho racista, sobretudo no seio das outras comunidades imigrantes.²⁹

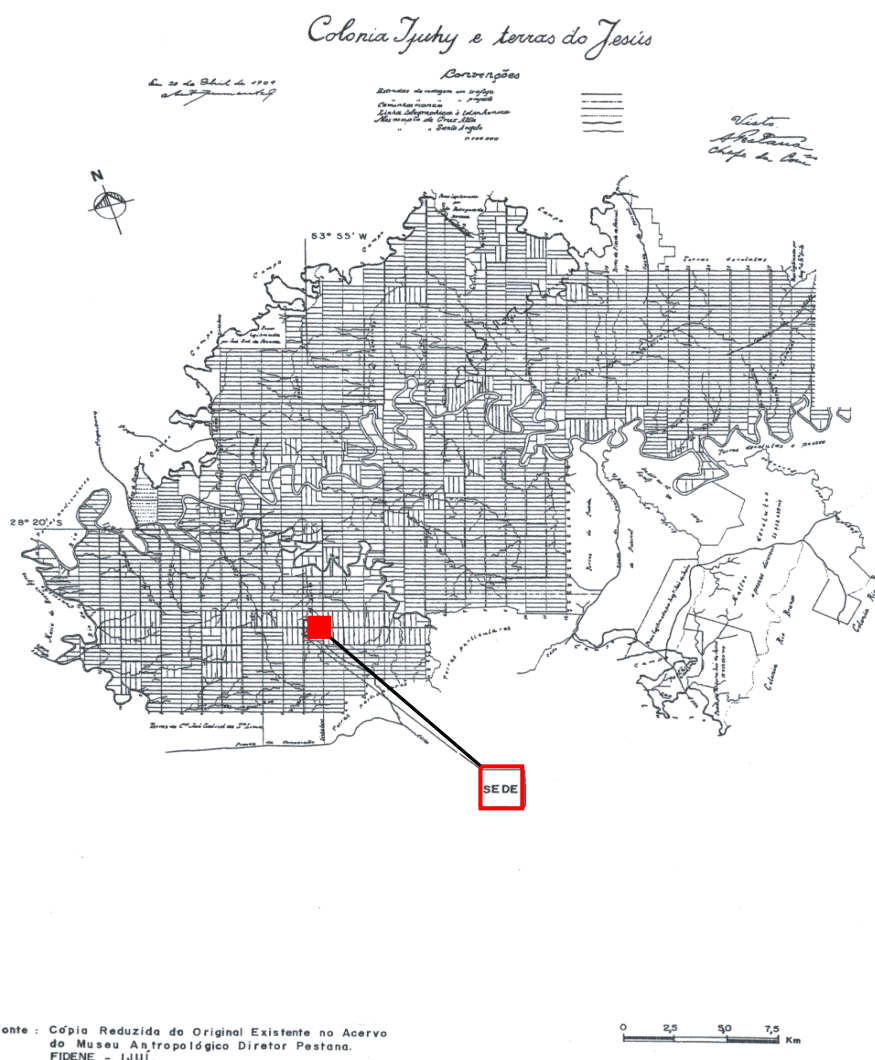


Figura 05: Mapa Colônia Ijuhy e Terras do Jesús com demarcação da Sede.

Fonte: Adaptado pelo autor. Acervo do Museu Antropológico Doutor Pestana. FIDENE – Ijuí.

²⁹ MAESTRI, Mario. **Poloneses no RS: uma história por contar**. Disponível em www.lainsignia.org. Capturado online em 15/12/2011.

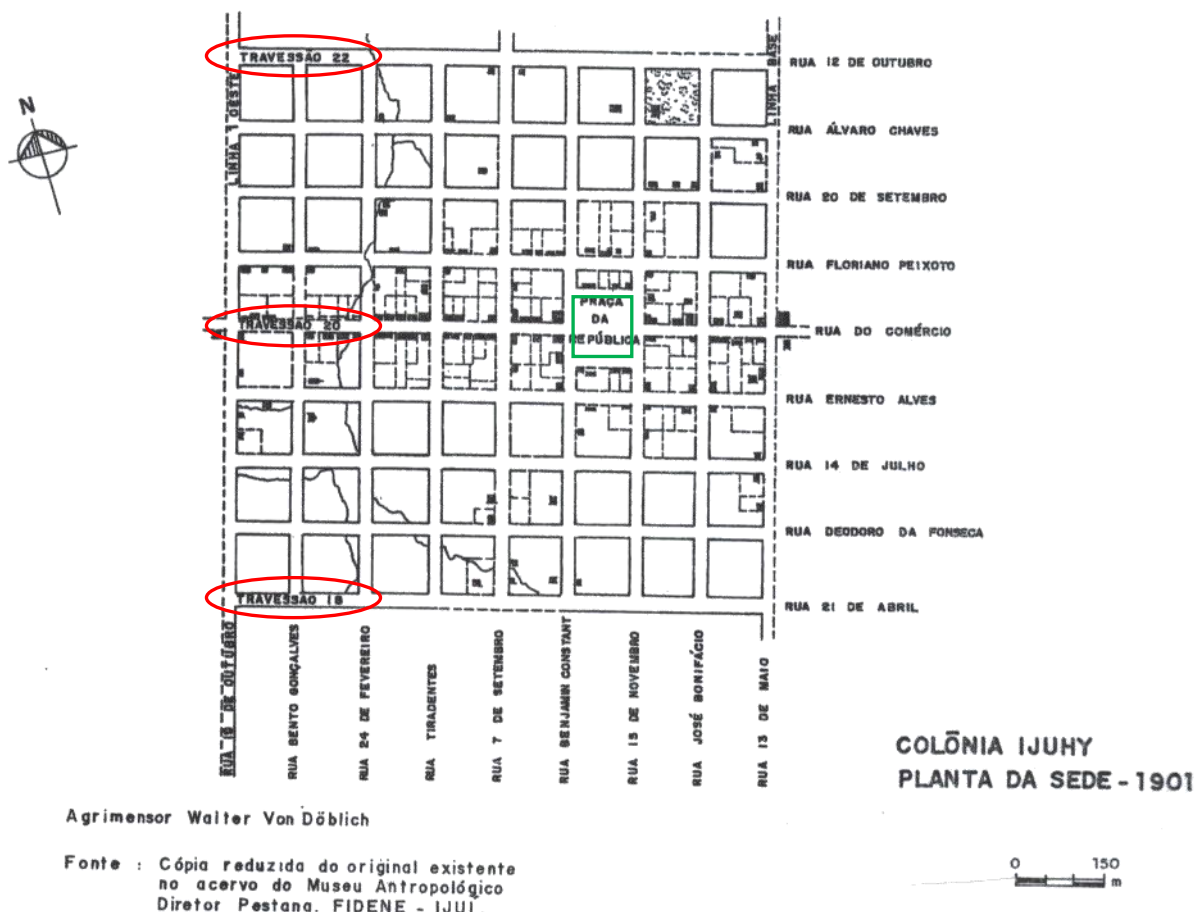


Figura 06: Mapa Colônia Ijuhy – Planta Sede - 1901

Fonte: Adaptado pelo autor. Acervo do Museu Antropológico Doutor Pestana.

Pelo apresentado na Figura 05, pode-se afirmar que o ponto de partida para a conformação da malha urbana do atual município de Ijuí foi a demarcação da sede. A partir da antiga colônia, configurou-se em um quadrado composto por oito quadras de cem por cem metros de cada lado, tendo como limites: ao Sul, a rua 21 de Abril (Travessão 18), ao Norte, a rua 12 de Outubro (Travessão 22), a Leste, a rua 13 de Maio (linha base) e a Oeste, a rua 19 de Outubro (linha 1 oeste) .

Através da Figura 06 percebe-se que a planta da cidade é cortada ao meio (no sentido leste/oeste) pelo travessão 20, atual rua do Comércio e avenida Coronel Dico. Aí se localiza a Praça da República (praça central), onde se localiza o Centro administrativo, social, comercial e religioso da cidade. Em torno dela se organizaram o edifício da Comissão de Terras – que posteriormente foi Casa de Câmara e Cadeia e que atualmente abriga a Secretaria de Planejamento do município; a Prefeitura Municipal; as igrejas Católica e Evangélica, o Clube Ijuí, o Cine Teatro

Serrano (onde por muitos anos funcionou a primeira escola pública da cidade, construída em 1893); entre outros.

A expansão urbana da cidade ocorre a partir do traçado original, decorrente do prolongamento das ruas e delimitação de novos quarteirões para além dos limites iniciais. Todavia, devido a aspectos de ordem físico-naturais, econômicos e sociais, a expansão urbana acontece de modo heterogêneo e em todas as direções.

Os avanços tecnológicos proporcionaram as descobertas dos usos de energia a vapor, tendo nas locomotivas a sua melhor aplicação. Assim:

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul dá origem as suas ferrovias com a Lei Provincial nº 599, de 10 de janeiro de 1867, que esboça o primeiro plano ferroviário levado a efeito na então Província, e pela qual é autorizada a construção de uma estrada de ferro entre a sua capital, Porto Alegre, até as proximidades de Hamburger Berg, no município de São Leopoldo³⁰ (PRESERVE, 1985, p. 17).

Souza (2000) esclarece que o desenvolvimento econômico após a Revolução Farroupilha, a retomada da colonização e as condições técnicas justificaram o lançamento da rede ferroviária na Província. Em todo o Brasil as estradas de ferro foram lançadas dos portos às regiões de produção, e o Rio Grande do Sul não fugiu à regra. Desta forma, além da estrada que liga Porto Alegre à São Leopoldo, em 1884, uma outra linha férrea foi construída, da capital até Santa Maria, cidade que viria a tornar-se centro ferroviário do Estado. Entre 1881 e 1884, Rio Grande interligou-se a Pelotas, Bagé e Cacequi, que após foi interligada a Santa Maria. A nova estrada de ferro teve como motivo razões de ordem militares e tentar neutralizar a influência do Porto de Montevideo. O alto custo da implantação das estradas de ferro forçava os investidores a aplicar seus capitais em relações comerciais que apresentassem um retorno mais rápido. Assim, o estabelecimento dessas vias férreas reforçou o papel portuário de receptoras da produção desempenhado por Porto Alegre, que também por sua densidade populacional necessitava de ser abastecida pelas colônias e Rio Grande – único porto marítimo profundo, receptor e exportador de mercadorias; uma vez que inexistia ligação ferroviária direta entre estas duas cidades (SOUZA, 2000, p. 41).

De acordo com informações obtidas na Rede Ferroviária no RGS:

³⁰ PRESERVE – Programa de preservação do patrimônio histórico do Ministério dos transportes. **Centro de preservação da história da ferrovia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, RFFSA 1985. p. 17.

A linha de Cruz Alta fazia parte do projeto de Rede, que partiria das margens do Rio Itararé, na divisa das províncias de São Paulo e Paraná, e terminaria em Santa Maria da Boca do Monte, na então província do Rio Grande do Sul. A este traçado seriam ligados dois ramais: o primeiro com início em Imbituba (PR) e o segundo partindo da cidade de Cruz Alta, acompanhando o Rio Ijuí Grande até alcançar as margens do Rio Uruguai. A concessão da construção da estrada foi efetivada pelo decreto nº 303, de 07 de abril de 1890, no governo do Marechal Deodoro da Fonseca, ficando com a sua construção, uso e gozo, o engenheiro João Teixeira Soares. Em 14 de novembro de 1891, foram aprovados os estudos apresentados pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* para a execução da linha Santa Maria – Cruz Alta e transferidos os direitos de concessão para esta companhia. Em 04 de janeiro de 1892, iniciaram-se as obras e em 20 de novembro de 1894, foi inaugurado o tráfego entre Santa Maria e Cruz Alta e a Estação Ferroviária (PRESERVE, 1985, Pp. 66-9).

Nesta mesma publicação, encontram-se informações de que em 1891 a *Chemins de Fer* transfere à Cia. Industrial dos Estados Unidos do Brasil a construção da ferrovia, com exceção do trecho Santa Maria – Cruz Alta. O novo contrato, datado de 04 de julho de 1891, além de outras disposições, obrigava as duas empresas a permitir tráfego mútuo de trens em suas linhas, sempre que exigisse o governo. Dois anos após, a União Industrial cedeu seus direitos à Cia. São Paulo – Rio Grande, sobre a citada concessão.

Vinte anos depois de inaugurada a primeira linha de Porto Alegre à São Leopoldo, em 1871, entrava em serviço o sétimo ponto em operação no Rio Grande do Sul, o trecho Santa Maria – Cruz Alta a 20 de novembro de 1894.

O segundo ramal previsto na concessão foi construído pelo Segundo Batalhão de Engenharia do Exército, que iniciou seus trabalhos e entregou ao tráfego o primeiro trecho entre Cruz Alta e Ijuí, em 23 de março de 1911. O segundo, daquele ponto a Santo Ângelo, em 16 de outubro de 1921; o terceiro até Giruá em 19 e novembro de 1928 e o quarto, por fim, até Santa Rosa, completando a construção que somou 131 quilômetros, em primeiro de janeiro de 1940, em plena administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (Fig. 07).

Marques (2004 apud LOPES, 2008, p. 53) lembra que, no 21º aniversário da Fundação da Colônia de Ijuhy, no dia 19 de outubro de 1911 às 8 horas partiu de Cruz Alta o trem trazendo como passageiros cerca de 500 pessoas. Incluídas neste número vinham convidados especiais entre os quais o General Firmino de Paula representante do governo do Estado e autoridades civis e militares do município de Cruz Alta.



Figura 07: Mapa da linha férrea em 1940.
Fonte: Disponível em: <http://www.ijusuahistoriaesuasgentes.blogspot.com>.
 Acesso em: 10 dez. 2011.



Figura 08: Inauguração do trecho da estrada de ferro – Estação Fachinal – entre Cruz Alta/Ijuí, no dia 29/5/1910.
Fonte: Banco de memórias do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre.



Figura 09: Festa de inauguração da via férrea e da Estação Ferroviária de Ijuhy.
Fonte: Coleção Beck – Museu Antropológico Diretor Pestana. Disponível em Portal Ijuhy.com.

Se por um lado, a via férrea desempenhou um papel de atração para a expansão urbana, com a implementação de moradias e estabelecimentos industriais no município – de transformação e produtos coloniais – fazendo a ligação com a zona rural e outros municípios pela rua 19 de Outubro, por outro, funcionou como um obstáculo, uma vez que a passagem dos trilhos junto à acentuada topografia do terreno, dificulta até hoje o fluxo urbano no sentido oeste.

Entre as indústrias atraídas pela implementação da linha férrea em Ijuí, destacam-se a implantação do Frigorífico Serrano (Fig. 10), da Importadora e

Exportadora Glitz S/A (Fig. 11), da Cooperativa Tritícola de Ijuí – Cotrijuí e da base de combustíveis.

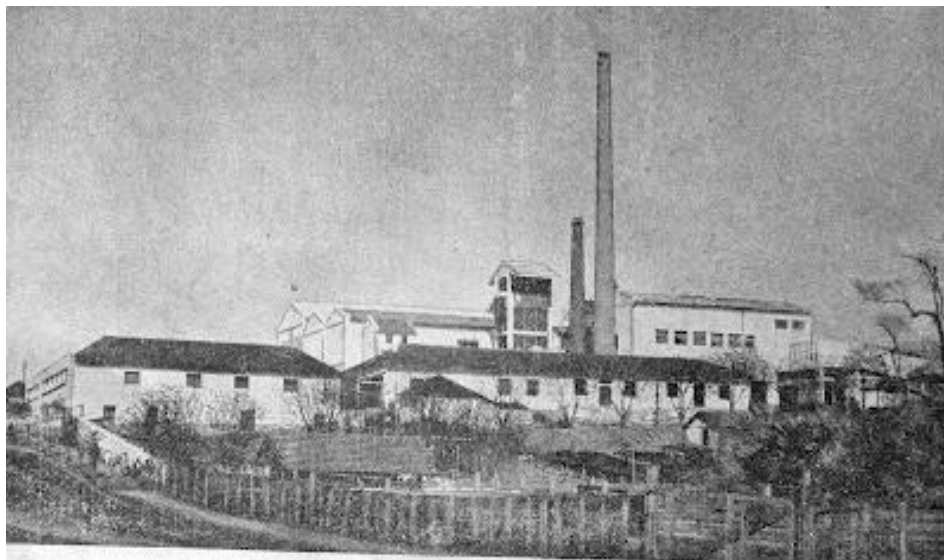


Figura 10: Vista Geral das instalações do Frigorífico Serrano em 1956.
Fonte: Disponível em: <<http://www.ijusuahistoriaesuagente.blogspot.com>>.
Acesso em: 10 dez. 2011.

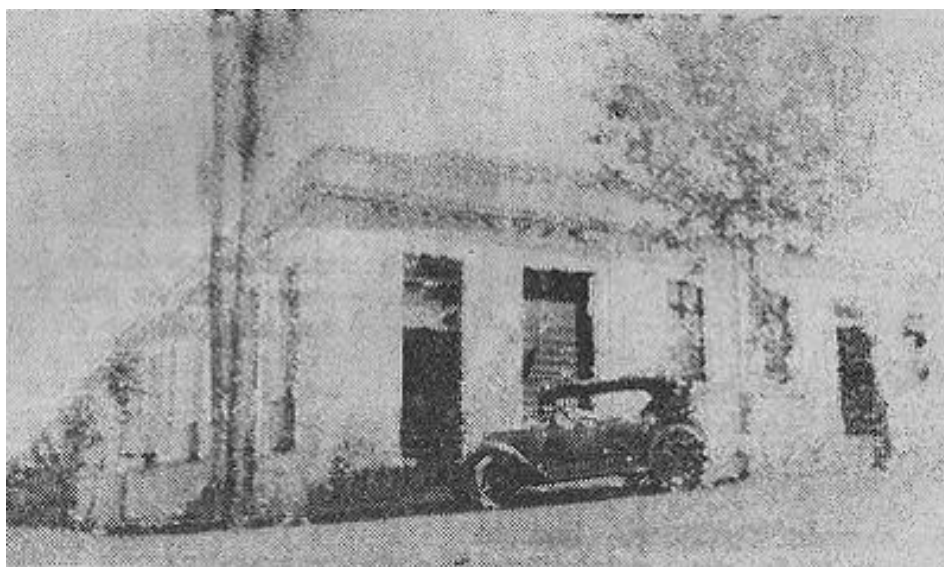


Figura 11: Filial da Glitz S.A. em 1929.
Fonte: Disponível em: <<http://www.ijusuahistoriaesuagente.blogspot.com>>.
Acesso em: 11 dez. 2011.

No século XIX surgiram os Códigos de Posturas ou as Posturas Municipais, originadas da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais, as relações de produção e a convivência nas cidades. O espaço urbano como causador de problemas humanos será alvo de legisladores,

engenheiros, médicos e sanitaristas que criaram códigos e leis para coibir a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino e a população. A concepção de punição aponta para a idéia de prevenção, ou seja, a pena como um mal positivo e que deve ser corrigido na forma da prevenção. Os códigos de posturas assumem uma postura correlacional, uma postura preventiva da ordem e da segurança pública, um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio de uma determinada comunidade e sociedade, portanto assumem também uma esfera normativa.³¹

Nesta direção, em 1º de outubro de 1913, o primeiro projeto para o “Código de Posturas” do município de Ijuí, cuja fisionomia urbana é representada na Figura 12, foi encaminhado pelo então Cel. Antônio Soares de Barros para apreciação pública e, em 14 de janeiro de 1919, foram promulgadas as emendas (Ato nº 225), de acordo com o projeto publicado em ato nº 215 de 25 de outubro de 1918.



Figura 12: Município de Ijuí em 1913.

Fonte: Coleção Beck – Museu Antropológico diretor Pestana. FIDENE – Ijuí

Lazzarotto (2002) destaca que no ano de 1917, o então intendente Antonio Soares de Barros – O coronel Dico –, por meio de financiamentos e empréstimos com o governo do Estado, empreendeu obras urbanas a exemplo do calçamento

³¹ SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamento: Vigiar, Controlar e Punir.** IX Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História – ANPUH-RS. Porto Alegre, 2008. Anais eletrônicos disponíveis em <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/>.

O interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao desenvolvimento comercial e industrial da Villa de Ijuhy e á densidade da população do município, superior a 45 mil almas, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, item IV da Constituição da República,

Decretar:

Artigo único – Fica elevada a categoria de cidade a Villa de Ijuhy, revogadas as disposições em contrario.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 19 de Outubro de 1934.

José Antonio Flores da Cunha

João Carlos Machado

A Figura 14 mostra o prédio da Prefeitura Municipal, por ocasião da visita do General Flores da Cunha, em 6 de outubro de 1934, ocasião em que prometeu a elevação da vila de Ijuí à categoria de cidade.

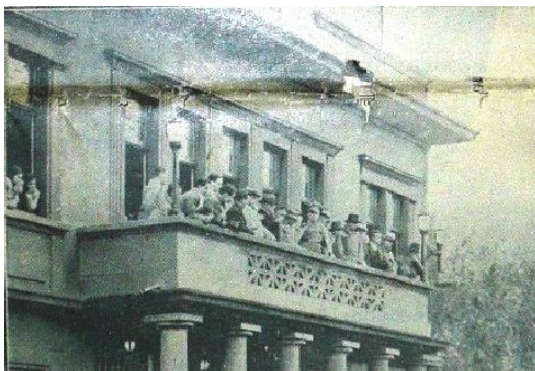


Figura 14: Visita do General Flores da Cunha à Ijuí em 1934.

Fonte: Correio Serrano. Disponível em: <<http://www.ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com>>. Acesso em 13 abr. 2012.

A administração municipal, em curso há mais de trinta anos, foi complementada com a constituição da primeira Câmara de Vereadores, instalada em 24 de novembro de 1947 no Salão Nobre da Prefeitura Municipal. Em 20 de agosto de 1979, foram inauguradas as novas instalações da Câmara, onde funciona até hoje (fig.15).



Figura 15: Prédio da Câmara Municipal de Ijuí
Fonte: Disponível em <<http://www.ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com>>. Acesso em 13 abr. 2012.

De acordo com informações obtidas no Relatório Municipal das atividades da Administração de Ijuí, foi sob a supervisão de Sadi Strapazzon – de 01/01/1969 a 31/1/1973 – que foi elaborado e trabalhado por uma equipe pluridisciplinar, o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento Municipal de Ijuí, entregue ao Estado e a ser implementado com recursos municipais, a fim de dotar o município do instrumental necessário para que seu desenvolvimento se realizasse de maneira plena.

Nesta direção, foram investigados os recursos humanos e sociais, o meio físico e recursos naturais, a organização do espaço físico, as atividades econômicas, a infraestrutura e a estrutura administrativa, para a clara identificação das potencialidades de promoção econômico-social, dos problemas e entraves limitantes do seu desenvolvimento e finalmente dos fatores estratégicos, selecionando alternativas de desenvolvimento.

Na etapa de caracterização municipal, foram apontados aspectos relativos a via férrea e aos arroios, funcionando como barreiras naturais à ocupação, determinando vazios na trama viária. Assim, no tocante a adequação da infraestrutura, os planos estadual e federal encontra-se orientados para a criação de uma infraestrutura viária satisfatória para a região em termos de facilidades de desenvolvimento.

Neste período, o sistema viário regional consta de uma via férrea (centro do país, Porto Alegre, Rio Grande) e por uma série de rodovias: a BR 285 (Vacaria – São Borja) com conclusão prevista para 1973 e cuja parte implantada permite a ligação com a Estrada da Produção, que liga o norte – noroeste do Estado à Porto Alegre. Também se encontrava em estudo a BR 392 entre Cruz Alta e Canguçu, permitindo a ligação direta com o porto de Rio Grande. Além destas existe uma rede de estradas estaduais que possibilitam a interligação dos centros polarizadores regionais, bem como sua interligação com os municípios periféricos.

Com relação a da Estrutura Urbana do município, o Plano contempla as seguintes proposições básicas:

- reforçar a posição de cidade central, desempenhada pro Ijuí em relação a seu “hinterland”;
- reforçar o polo central do núcleo urbano, como centro de vivência. Estimular a localização de equipamento de natureza imediata nos centros distritais e nas áreas periféricas à área central tradicional;

- controlar a expansão caótica do núcleo urbano através da consolidação dos atuais limites e adoção de incentivos a expansão, atitude extensiva aos atuais distritos;
- elevar a densidade demográfica da cidade, definindo áreas prioritárias à ocupação e taxaçaõ adequada;
- fixar na cidade, um zoneamento de predominância, quando necessário à evitar possíveis incompatibilidades de funções;
- definir um sistema viário a nível municipal e urbano capaz de servir de suporte adequado ao desenvolvimento das atividades locais e intermunicipais.

A Figura 16 apresenta o Mapa do Zoneamento e Expansão de Ijuí onde é contemplado o Plano Básico de Desenvolvimento Municipal, demarcando, entre alguns aspectos priorizados, os seus acessos principais e secundários; os traçados das vias estruturais, preferenciais e de integração, bem como áreas de expansão e a área industrial.

O Plano ainda contemplou diretrizes para ação a curto, médio e longo prazo, bem como perspectivas de desenvolvimento para o município, em todos os setores de produção. Entre as ações de curto prazo, destacam-se as medidas de caráter administrativo (implantação da reforma administrativa e a criação do escritório do plano – coordenação setorial, avaliação da implantação e banco de dados); as medidas de caráter normativo (aprovação e implantação da lei do plano, reformulação da legislação tributária municipal e a regulamentação do trânsito local) e, por fim, as medidas de caráter executivo (cadastramento das vias municipais e hierarquização das mesmas, projeto e detalhamento da estrutura viária, demarcação na cidade dos limites das áreas impróprias à ocupação urbana, plano diretor para a área industrial proposta, para localização do parque da cidade, estudo de viabilidade projeto de remanejamento do espaço em torno da Praça da República, entre outros).

Ressalta-se que no período, Ijuí contava com uma população de 53.880 hab. (31.879 hab. na cidade), caracterizando-se por um processo de intensa urbanização, uma vez que sua população urbana que em 1940 representava 40% do total, passou para 38,7% em 1970, apresentando um ritmo de crescimento anual elevado em torno de 5%, sendo que no período de 50/60, atinge 7,7% (8,5% no distrito sede).

Neste período, o potencial de recursos humanos economicamente mobilizáveis é constituído de 30.000 pessoas (56% da população total), que se encontram na faixa produtiva de (14 a 60 anos).

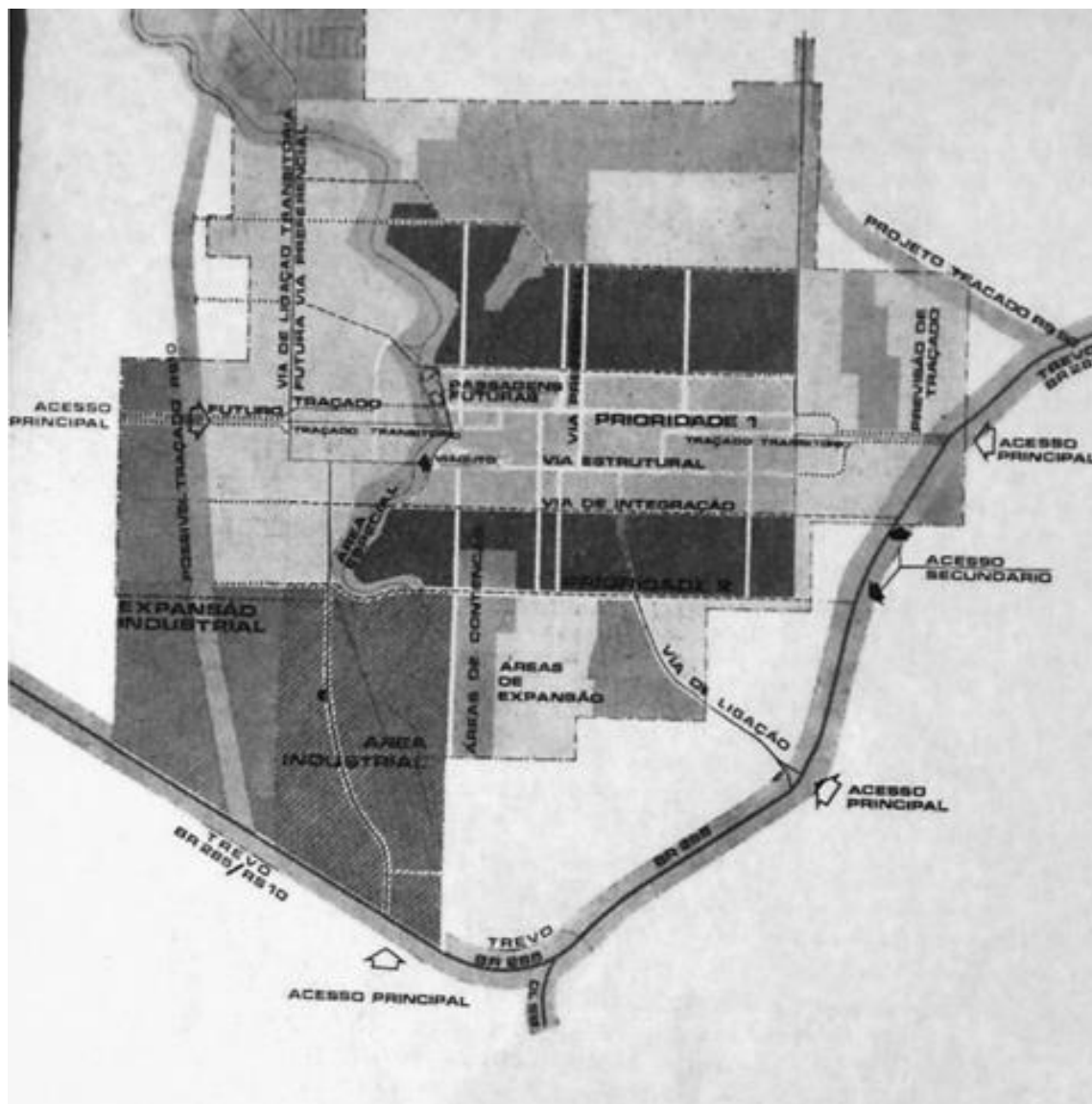


Figura 16: Mapa do Zoneamento e Expansão de Ijuí.

Fonte: Relatório Municipal da Administração – Plano Básico de Desenvolvimento Municipal.

Conforme o referido relatório, o crescimento da população urbana entre as décadas de 1940 e 1970 deflagra a expansão generalizada da malha urbana. Na década de 1970, uma nova configuração transforma o município em entroncamento rodoviário regional com ligação aos grandes centros urbanos, ao passo que a linha férrea vai sendo substituída por uma moderna rede viária.

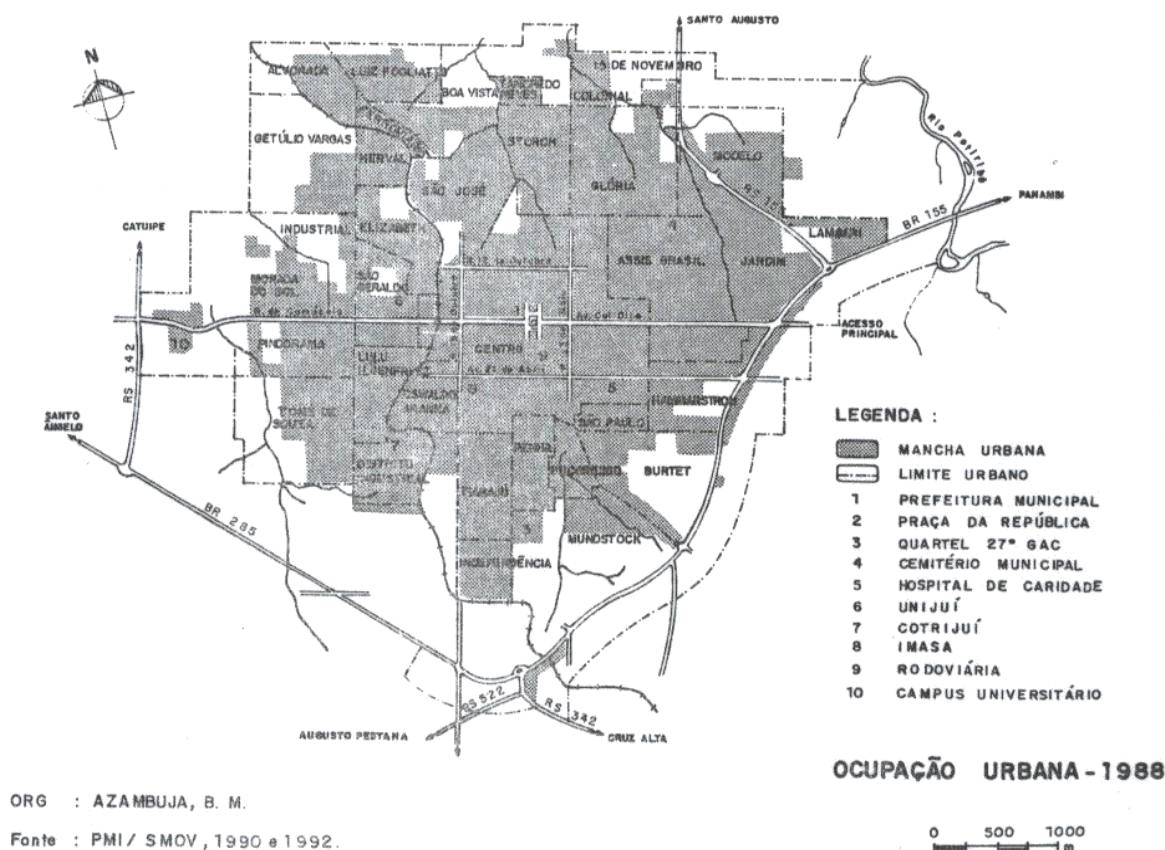


Figura 18: Mapa de Ocupação Urbana de Ijuí em 1988.
Fonte: Museu Antropológico Doutor Pestana. FIDENE - Ijuí

A Figura 18 apresenta a ocupação do município de Ijuí em 1988, com uma expansão urbana considerável em relação ao ano de 1980. Nele estão demarcados o perímetro urbano, seus principais eixos viários, bem como os bairros e alguns dos principais edifícios e instituições, consolidadas no decorrer do tempo.

O acesso principal do município, que corta transversalmente a área urbana no sentido leste-noroeste, se dá pela Avenida Coronel Dico, que se estende até a Praça da República. A partir desta, configura-se a Rua do Comércio, que faz a ligação do centro da cidade com o Campus Universitário da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.

Na década de 1990, a evolução dos loteamentos, identificados na Figura 19, é apresentada conforme a legenda, desde o loteamento original, passando pelas décadas de 60, 70, até 1989; bem como os loteamentos informais.

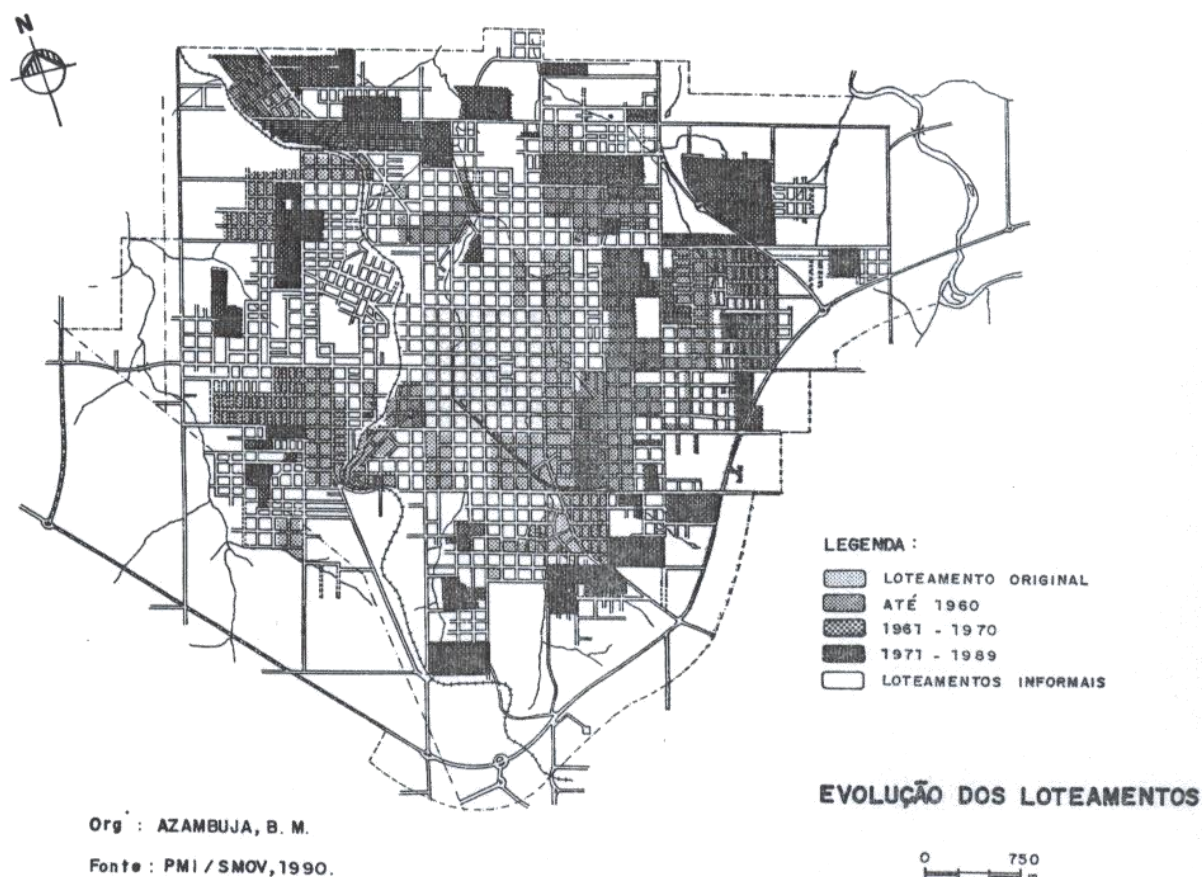


Figura 19: Evolução dos Loteamentos em Ijuí.
Fonte: Museu Antropológico Doutor Pestana

Segundo dados da FEE – Fundação de Economia e Estatística do IBGE, considerando-se que ao longo de sua história, o município de Ijuí passou por reestruturações territoriais, e que, as frentes colonizadoras e expansionistas no Rio Grande do Sul aceleraram o processo de ocupação do território, percebe-se um aumento significativo no número de municípios que em 1912 era de 68, passando para 507, em 2011.

Conforme a tabela 02, calculada a partir das bases cartográficas disponibilizadas pela Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e das Malhas Urbanas do IBGE, pode-se perceber a evolução da área territorial de Ijuí e o seu percentual representativo no território do Estado.

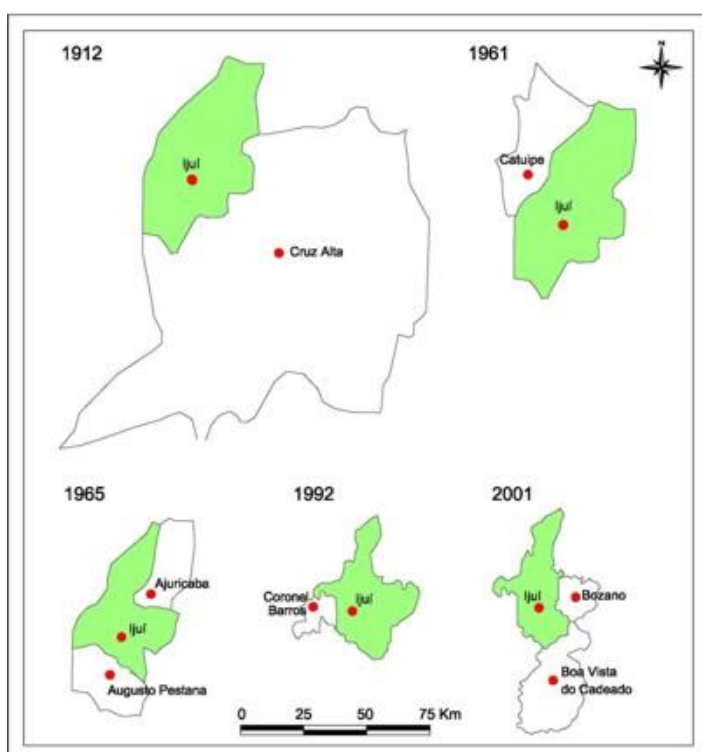
Tabela 02: Evolução Territorial de Ijuí e seu Percentual Representativo no Território Gaúcho

| ANO | ÁREA [Km ²] | % NO RS |
|------|-------------------------|---------|
| 1912 | 2002 | 0,711 |
| 1961 | 1971 | 0,700 |
| 1965 | 1053 | 0,374 |
| 1992 | 904 | 0,321 |
| 2001 | 689 | 0,245 |

Fonte: Tabela Adaptada do IBGE, 2012, Disponível em: <[http:// www.projetos.unijui.edu.br](http://www.projetos.unijui.edu.br)>. Acesso em: 03 jun. 2012.

Estes movimentos de desdobramento territorial reduziram a área geográfica do município em 65,58% ao longo dos anos, de 2002 km² para 689 km² em 2001.

O mapa da Figura 20 representa esta evolução territorial, do município de Ijuí, mostrando com detalhes seu processo de evolução da configuração territorial, desde sua emancipação, a partir de Cruz Alta, até 2001, o que se estende aos dias atuais. Elucidamos que o referido mapa foi laborado a partir da base cartográfica disponibilizada pela Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do RS, compilada para a publicação Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa, Comissão de Assuntos Municipais.

**Figura 20:** Evolução territorial do município de Ijuí.

Fonte: Evolução Municipal do Rio Grande do Sul: 1809-1996. Porto Alegre: [s.n.] 2002. Disponível em: <[http:// www.projetos.unijui.edu.br](http://www.projetos.unijui.edu.br)>. Acesso em: 09 dez. 2011.

No mapa da Figura 21, constante no PDDI – Plano de Desenvolvimento Integrado de 1991, está representada a área central do município de Ijuí, cujo levantamento de campo foi realizado no ano de 1994, pela equipe técnica da prefeitura municipal. Nele estão locados os principais edifícios e instituições municipais, entre os quais se destacam alguns dos elencados no inventário desta pesquisa, a saber: a Prefeitura Municipal, as Igrejas Evangélica e Católica, a Estação Férrea, a Estação Rodoviária e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa.

O processo de ocupação do território de Ijuí (Fig. 22), derivado de um processo levado à frente pelo Estado, para onde aportou uma grande diversidade étnica, foi determinante na composição da estrutura desta sociedade.

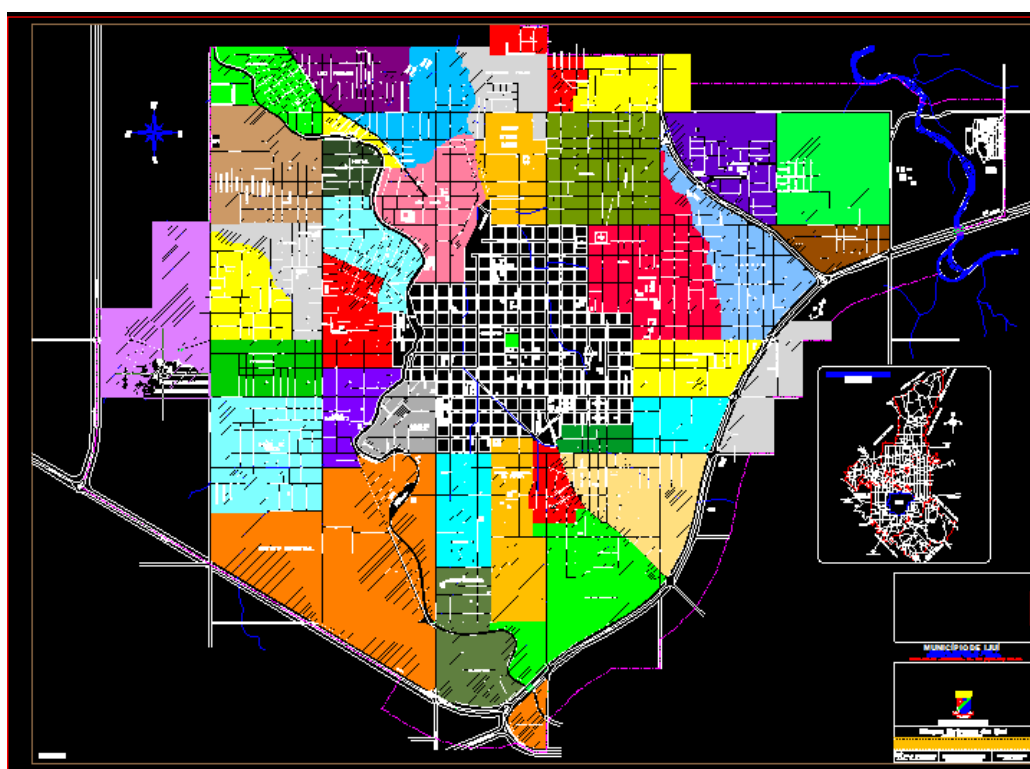


Figura 22: Mapa do Cadastro Imobiliário de Ijuí.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí. Nº 4.747, de 01 de Novembro de 2007.

As cores representadas no mapa indicam a divisão dos bairros no município, a partir do reticulado xadrez (ao centro), sendo os principais bairros: ao Norte – São José (rosa), Storch (laranja) e Glória (verde); ao Sul – Tiarajú (azul claro), N.S. da

Penha (laranja) e Progresso (vermelho); à Oeste – Elizabeth (azul claro), São Geraldo (vermelho), Lulu Ilgenfritz (roxo) e Oswaldo Aranha (cinza); e à leste: Assis Brasil (vermelho), Sol Nascente (amarelo) e Hammarstron (azul).

No período de 23 de novembro de 2009 a 23 de novembro de 2010, foi elaborada a proposta para o Plano Diretor Participativo do Município de Ijuí, por equipe da Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul – Unijuí/FIDENE – em parceria com o poder executivo local, a partir da revisão e atualização da legislação existente, com a realização de audiências públicas e reuniões setoriais.

A proposta de criação de Lei Municipal única, de acordo com o mapa da Figura 23, contempla a Gestão Administrativa e diretrizes de desenvolvimento para o território municipal, o Perímetro Urbano, o Uso e Ocupação do Solo Urbano, o Parcelamento do Solo Urbano, a Mobilidade Urbana e o Meio ambiente.

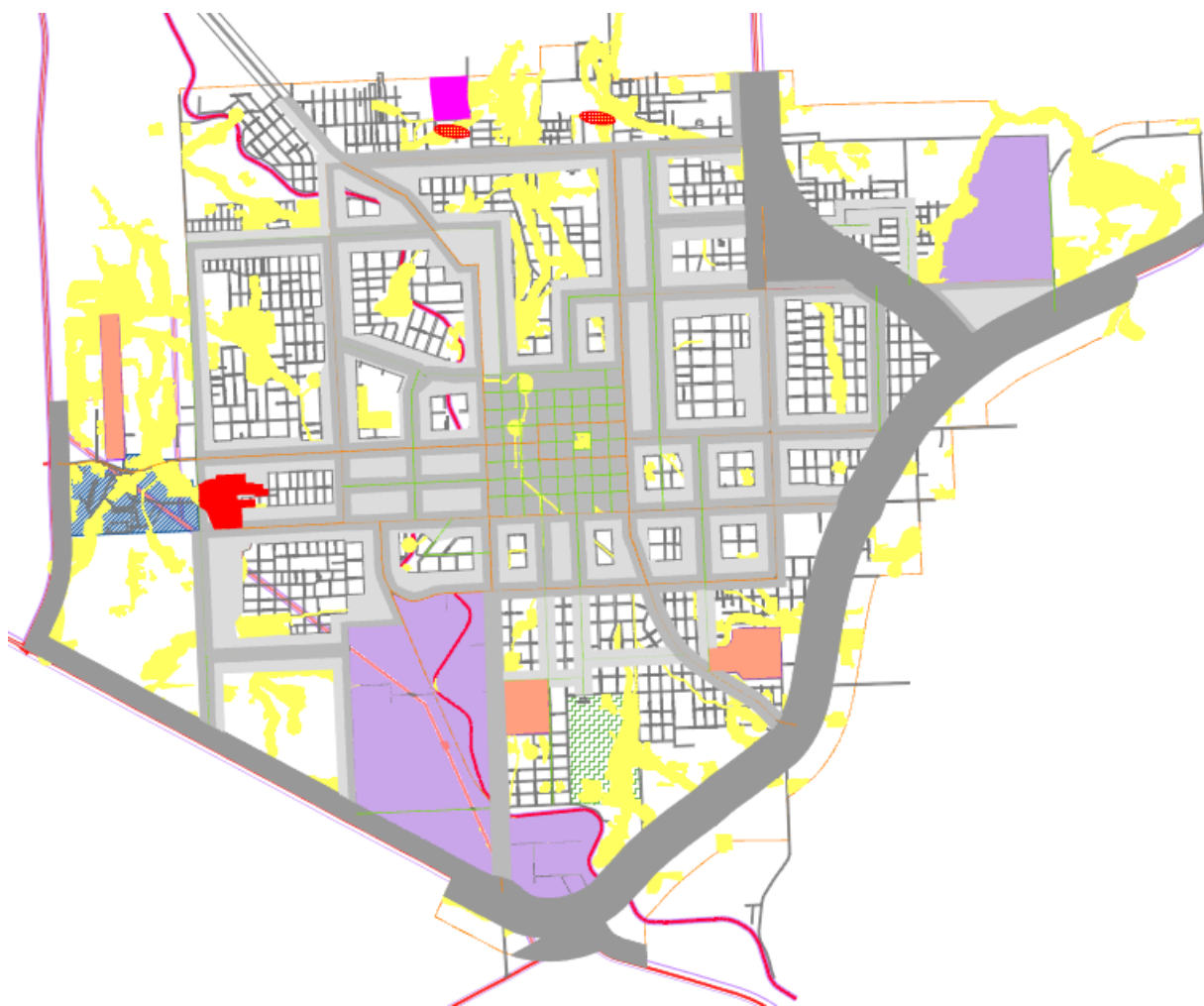


Figura 23: Mapa da Proposta de Zoneamento da Área Urbana do Município de Ijuí, RS, atualizado em 07 jul. 2010 (versão para avaliação).

Fonte: Disponível em: <<http://www.projetos.unijui.edu.br>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

Entre os pontos de destaque da nova lei, o Plano Diretor Participativo – PDP atende ao Estatuto da Cidade e, portanto deve contar com a participação efetiva e o comprometimento da comunidade. Dentre os aspectos jurídicos, a atualização do PDP objetiva consolidar a legislação existente e complementá-la, desenvolver o Plano Diretor a partir do território municipal observando a realidade regional, utilizar linguagem jurídica de fácil interpretação e compreensão para o cidadão, além de dotar a Administração Municipal de instrumentos jurídicos para consolidar o desenvolvimento socioambiental e econômico do município.

2.5 Histórico das Políticas de Preservação no Brasil e em Ijuí/RS

O significado da preservação garante a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, objetivando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural. Nesse sentido, as políticas de preservação dos patrimônios históricos e artísticos no Brasil, passaram a demarcar um conjunto de bens no espaço público, alicerçados em instrumentos jurídicos específicos.

Fonseca (1997) esclarece que “as políticas de preservação se propõe a atuar basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é pelo menos o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação.”³²

Na década de 1920, a intelectualidade já manifesta seu interesse pela proteção da arte colonial brasileira, com representante da construção da tradição nacional. Fonseca (1997 apud SANTOS, 1992, p. 99-100), ao analisar a valorização do Barroco, destaca que:

Nesse momento, no que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação. Daí o valor totêmico que se constrói, sendo identificado, sistematicamente, como representação de ‘autêntico’, de ‘estilo puro’.³³

³² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

³³ FONSECA, op. cit., Pp. 99-100

A demonstração dos interesses do meio intelectual ressoam nos governos estaduais com a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). Observa-se que, no nível federal, a primeira iniciativa na direção de proteger o patrimônio, foi a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

Cavalcanti (2000) assinala que, baseado em um anteprojeto criado pelo modernista Mário de Andrade, por solicitação do então ministro da Educação e Saúde (MES) Gustavo Capanema, que instituiu o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), cujo objetivo era o de “determinar, organizar conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. A concepção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 significou o marco oficial do processo de preservação do Patrimônio Histórico no país e obteve força de lei com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, mais conhecido como Lei do Tombamento. Seu objetivo era o de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (CAVALCANTI, 2000).

Nesta perspectiva, Oliveira (2008) assinala que através deste projeto, Mário de Andrade buscava, além de encontrar as origens da brasilidade, achava possível e acreditava nisso, abasileirar os brasileiros. Além disto, o projeto sofreu o acréscimo do termo histórico, solicitação direta do Ministro Capanema e a definição de patrimônio histórico e artístico nacional passou a ser:

[...] o conjunto dos bens movei e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI nº 25 de 30 de Novembro de 1937).

Oficialmente, a criação do SPHAN pela Lei nº 378 a 13 de janeiro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, teve como finalidade promover, em todo o país e de modo permanente, a preservação do patrimônio cultural através do tombamento, da conservação, do enriquecimento e do conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Desta forma, montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido. Suas ações estão voltadas à identificação, documentação, fiscalização e

difusão e estão calcadas em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação.

Conforme Oliveira (2008), por diversas alterações administrativas, através de decretos governamentais, o SPHAN teve tanto sua denominação quanto estruturas funcionais alteradas ao longo dos anos, isso podendo ser relacionado da seguinte forma:

Tabela 03: Alterações de denominação e de estrutura funcional do SPHAN ao longo dos anos

| Ano | Fato/Ocorrência |
|------------|--|
| 1936 | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN |
| 1946 | Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN |
| 1970 | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN |
| 1979 | Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN |
| 1985 | Criação do MinC – Ministério da Cultura, ocorreu a integração do SPHAN/Pró-Memória |
| 1990 | Transformação do SPHAN/Pró-Memória no IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – ficando esta autarquia vinculada diretamente a Secretaria da Presidência da República (Decreto nº 99.492) |
| 1992 | Voltou a fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura |
| 1994 | Volta a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN |
| 2000 | Edição do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 – Ampliação do papel desempenhado pelo IPHAN |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, adaptada de OLIVEIRA (2008).

A Edição do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 concretizaria a propostas enunciadas na Carta Constitucional de 1988 e ampliava de forma crucial o papel a ser desempenhado pelo IPHAN, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que viriam a constituir o Patrimônio Cultural Brasileiro e criava o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Os marcos históricos fundadores do SPHAN são a construção do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde – que abrigaria parte da nova administração do governo modernista e a atividade de preservação/conservação voltada para as

construções coloniais. Sua Fase Heroica ocorreu quando Rodrigo Melo Franco de Andrade atuou como diretor, até 1967. Este período ficou assim conhecido, pela grande quantidade de trabalho realizado, frente aos escassos recursos e a falta de pessoal especializado ao desempenho das atividades. Deste modo, Fonseca (1997) lembra que na Fase Heroica, o processo de decisão quanto a seleção e à valoração dos bens a serem tombados era conduzido quase que exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento originados de fora do órgão, sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento. A autora ressalta ainda que foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 43 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais.

Conforme Oliveira (2008), a predominância, nos anos subsequentes ao momento da escolha do patrimônio histórico nacional, recairia sobre a monumentalidade construída em ‘pedra e cal’³⁴. Os bens escolhidos para representar o passado em forma de patrimônio vão ter que se enquadrar nessa ótica. Um passado calcado em heróis e fatos referentes a uma só raça formadora de nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residências senhoriais e os palácios ostentatórios de um poder centralizador e oligárquico e assim também estava definido o conceito de patrimônio que iria nortear os trabalhos do instituto até o início da década de 1970.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, estabeleceu novas regras jurídicas para a questão do Patrimônio Cultural. Pelo artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Pelo artigo 216, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Ainda no artigo 216, em seu parágrafo 1º diz

³⁴ O termo “pedra e cal” é comumente utilizado na bibliografia especializada na área de patrimônio histórico e arquitetura, para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais, com marcas de estilos arquitetônicos bem explícitos e de supremacia barroca, no momento de definição do patrimônio histórico brasileiro, com vistas aos processos de tombamento, para preservação e conservação.

que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Em 1973 foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) para promover a preservação do patrimônio cultural no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e tem “como diretrizes básicas o fortalecimento da autoestima das comunidades e o desenvolvimento da consciência de suas histórias, mantendo suas identidades e valores culturais. Cabe à instituição o tombamento de bens culturais, por meio de legislação específica, impedindo que os mesmos sejam destruídos ou descaracterizados”.

Além da legislação nacional específica, e de outros instrumentos legais, tais como a legislação ambiental, a lei da arqueologia e de turismo cultural, a preservação de bens culturais é orientada por Cartas, Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais.

De acordo com Lucchese (2004), no ano de 1984, foi promulgada a Lei Municipal nº 1977, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e cultural do município de Ijuí. No ano de 1985, o Jornal da Manhã em sua edição de 8 de maio, destaca em sua página frontal: “Preservar a memória é preocupação recente”. Naquela semana, foi criada pelo município, através de Portaria, a Comissão de Preservação do Patrimônio de Ijuí. Essa comissão, juntamente com o arquiteto Luiz Antônio Custódio, representante da décima delegacia da então SPHAN – Subsecretaria do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional do Ministério de Educação e Cultura (hoje IPHAN), visitaram vários imóveis. À noite o arquiteto proferiu uma palestra na Câmara de Vereadores. Essa data marcou o início das discussões sobre a preservação do patrimônio na cidade.

O primeiro bem tombado no município de Ijuí foi o imóvel denominado “Tiro de Guerra 337”, por meio do Decreto Municipal nº 2218, de 2 de maio de 1997. O referido imóvel, situado à rua Álvaro Chaves nº 254 – de propriedade do município e adquirido por desapropriação, abriga na presente data, a Secretaria de Ação Social.

A Lei nº 4747 de 01 de novembro de 2007 institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí e nele estão asseguradas algumas políticas voltadas à proteção, preservação e a recuperação de edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico. Neste sentido, o inventário

dos bens culturais imóveis urbanos de Ijuí assume importância por nortear as ações, subsidiando e comprometendo a população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio cultural. Além disto, a participação dos usuários (população) é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois deles depende a aceitação e o cumprimento de seus instrumentos formais e legais.

2.6 Educação Patrimonial: Algumas Considerações

Quando criarem-se práticas pedagógicas que objetivam a construção de identidades coletivas e a produção do conhecimento, a fim de transformar a realidade que nos cerca, se promoverá ações educativas. Assim, toda vez que a educação é usada como um instrumento de ação considerando aspectos relacionados ao patrimônio cultural tem-se Educação Patrimonial. Desta forma, os bens culturais são funcionam como uma saída que pode se transformar em uma ferramenta no processo de ensino.

Igualmente, o desenvolvimento das capacidades intelectuais, no processo educativo, conduz à aquisição de conceitos e habilidades necessários a construção do conhecimento, ou seja, a apropriação dos mesmos leva o educando à concepção de novos conceitos e novas habilidades.

Nesta direção, Horta (1999), lembra que:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p.6).

Ao mesmo tempo, o conceito de cultura compreende todas as ações executadas pela inteligência humana, ou seja, todos os meios de expressão produzidos pelos diferentes povos, que, no decorrer do tempo, em um processo dinâmico – transmitido de geração em geração –, vai adquirindo contornos diferenciados. Em meio a esse processo dinâmico, nos sociabilizamos e também construímos nossa própria identidade.

Enfatiza-se ainda que a metodologia utilizada por Horta (1999) foi de grande importância, em busca de resultados nesta pesquisa, uma vez que seus princípios vinculam-se com a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para chegar à sua compreensão, internalização e valorização. Da mesma forma que a autora, concorda-se que:

O método da Educação Patrimonial só pode ser, da mesma forma, um processo contínuo de experimentação e descoberta. Sua riqueza e potencial só podem ser assim avaliados e dimensionados por aqueles que a experimentam em seus diversos campos de ação patrimonial, educacional e comunitária (HORTA, 1999, p.5).

De acordo com Grunberg (2007), existem quatro etapas a percorrer em uma metodologia para educação patrimonial, que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural, a saber:

1. Observação: Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado;

2. Registro: Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo;

3. Exploração: Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados;

4. Apropriação: Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

As etapas descritas acima são instrumentos que fazem parte de um arcabouço metodológico que pode auxiliar a preencher a grande lacuna existente a respeito do tema, assegurando a necessidade de preservar a memória coletiva, cuja

função é a de contribuir para o sentimento de pertinência de determinado grupo a um passado comum. Desta maneira, pela educação patrimonial, se fortalecem os sentimentos de identidade e cidadania.

Cabe ressaltar que a necessidade de trabalhar a educação patrimonial vem ao encontro do fortalecimento das relações das comunidades com suas heranças culturais, visto que muitas delas possuem desconhecimento do seu próprio patrimônio. Desta maneira, é possível um melhor relacionamento das pessoas com seus bens culturais, à medida que as mesmas assumem suas responsabilidades, dentro de um processo de inclusão social.

Nesse contexto, Soares (2007) destaca que a Educação Patrimonial é uma metodologia que busca a valorização dos bens culturais a partir das manifestações materiais (objetos). Essa metodologia, desenvolvida junto aos diferentes grupos formadores da sociedade, viabiliza a formação das suas identidades, aumento da autoestima e posterior valorização dos bens culturais.

O delineamento de ações no âmbito da educação patrimonial na presente pesquisa se fez necessário, uma vez que o município de Ijuí apresenta uma diversidade cultural bastante grande e as poucas, mas importantes ações desenvolvidas colaboram para a preservação da cultura local.

Uma destas importantes ações teve início quando a cidade comemorou seu cinquentenário. De acordo com matéria intitulada “*Um mosaico cultural que deu certo*”, publicada no Jornal da Manhã de Ijuí em 09 de outubro de 2008, em 1940, a vocação empreendedora da cidade foi destacada e promovida em uma grande exposição. Era consolidada a Colmeia do Trabalho. Essa primeira grande mostra e promoção de negócios foi o ponto de partida para uma vocação, que a cidade demonstrou em diferentes momentos históricos e que talvez tenha inspirado a criação da Expo-Ijuí, que hoje é a maior feira regional de negócios: divulgar as suas potencialidades locais. Foi também a criação de um verdadeiro centro cosmopolita no Noroeste gaúcho, claramente compreendido ao se fazer um retrospecto histórico, sociológico sobre a colonização de Ijuí, o que é bem demonstrado pelo escritor Martin Fischer, que permitiu a formação das raízes da Feira das Culturas Diversificadas, a Fenadi. “Aqui em Ijuí, nesta pequena nesga de terra gaúcha, efetua-se o que é o sonho da política imigratória brasileira: o amálgama da variedade das raças e nacionalidades para plasmar a nova e verdadeira raça brasileira do futuro”, definiu Fischer.

Bindé (2012) aclara que:

Martin Robert Richard Fischer nasceu na cidade de Königsberg, na Prússia Oriental, no dia 10 de fevereiro de 1887. Antropólogo, jornalista, escritor e pesquisador, contribuiu com seu valioso acervo de peças indígenas, coleção de jornais e outras publicações de inestimável valor histórico, para a criação do Museu Antropológico Diretor Pestana, no dia 25 de maio de 1961. Em fevereiro de 1977 foi agraciado com o título de cidadão Ijuicense e distinguido pela Fidene – mantenedora da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, com o título de Professor Benemérito. Veio a falecer no dia 16 de setembro de 1979, alcançando a idade de 92 anos (BINDÉ, 2012, p. 306).

Embora o momento econômico não seja o mesmo, a Expo-Ijuí, iniciada na década de 1970, expõe aos mais 150 mil visitantes a vocação empreendedora da antes denominada Colméia do Trabalho. Também é notório o esforço dos descendentes dos imigrantes que formaram a cidade de Ijuí de manter vivas as tradições destes povos e cultuar a história da formação da cidade. Talvez nem mesmo nos países de origem desses povos encontre-se nos dias de hoje, em que se vive um processo de globalização cultural, tanto cuidado em ressaltar a culinária, a indumentária, a história e as danças folclóricas de cada uma das etnias que formaram Ijuí. Mais uma vez demonstrando o talento empreendedor do ijuicense, todas essas mostras ocorrem em um parque construído especialmente construído para este objetivo. É como se construir Ijuí tenha sido pouco para esse povo, que resolveu edificar uma cidade dentro de outra cidade, reunindo em pequena escala, todo o seu legado, onde projeta a cada ano o seu futuro (JORNAL DA MANHÃ, 2008).

Ainda que o discurso do Jornal da Manhã possa soar como encomiástico, o evento da Expo-Ijuí é passível de ser usado como um veículo de divulgação a respeito da importância da preservação do patrimônio arquitetônico do município. Desta maneira, no decorrer dos anos, a Expo-Ijuí/Fenadi consolidou-se como o maior evento da região, em termos de cultura e negócios, reunindo no Parque de Exposições Wanderley Burmann – um dos maiores do Estado, com uma área de 15 hectares, casas típicas de onze etnias, resgatando e mantendo a cultura dos povos colonizadores do município.

No mês de abril de 2011, a turma do primeiro ano do Ensino Médio do Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA deu início às atividades do projeto *Aprofundamentos em História*, desenvolvido na turma 211 (1º ano do EM da EFA),

intitulado: “Fontes Históricas: O historiador e suas ferramentas”. Os objetivos do projeto trazem um aprofundamento em Educação Patrimonial, levando os alunos (enquanto sujeitos produtores e como produtos da história) a uma discussão, compreensão e conceituação da história em uma perspectiva local, conhecendo e compreendendo ambientes de pesquisa como arquivos, museus e bibliotecas, como espaços vivos de memória em transformação, além de habituá-los à rotina de pesquisa, normas e procedimentos a serem observados nesses espaços para preservação do material de uso comum.³⁵

Em novembro de 2011, uma ação conjunta entre o Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP, o Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA e a Associação de Amigos do MADP, realizou-se no município o I Seminário de Patrimônio e Educação Patrimonial, com o objetivo de debater questões referentes ao tema no município.

As atividades referentes à Educação Patrimonial relatadas são de extrema importância no âmbito do município, para que os alunos e a comunidade em geral possam tomar posse de sua herança cultural, pesquisar e conhecer mais a fundo sua história, e possam fazer parte dela, estabelecendo os laços de identidade e pertencimento ao lugar.

Diante disso, considera-se que ainda é necessário que haja um trabalho mais eficaz e sistemático que contribua para a preservação do patrimônio e da memória histórico-cultural da cidade, estimulando cada vez mais o desenvolvimento de atitudes preservacionistas nos grupos, de forma que os mesmos sejam multiplicadores das mesmas em toda a comunidade.

Considera-se importante neste momento, esclarecer determinados conceitos que também nortearam alguns dos critérios de seleção das edificações inventariadas. Nesse universo, entende-se que a questão do valor que se confere a determinados bens enquanto patrimônio – valores atribuídos por grupos sociais (atores do processo) a bens e lugares, são práticas que legitimam e justificam sua proteção. De acordo com Fonseca (1997), são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios.

³⁵ Informação disponível em <<http://www.ijui.com>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

A partir destas considerações, uma das grandes contribuições para a definição conceitual da conservação através de inventários foi a de Choay³⁶. Sua abordagem trata da primeira interpretação da conservação dos monumentos de acordo com uma teoria de valores.

Também as definições de Riegl³⁷ foram ponderadas com relação aos valores conectados ao passado ou valores de rememoração. O autor avulta como valor rememorativo intencional os que se relacionam aos monumentos construídos com esta intenção memorialística; como valor histórico, os ligados à história em seus vários ramos; e como valor de antiguidade, os que representam simplesmente o gosto por tudo àquilo que seja antigo.

A partir destas categorias de valoração que são atribuídas aos monumentos, é possível determinar quais as estratégias operacionais mais adequadas a serem utilizadas para a proteção do patrimônio.

Castriota (2009) lembra que persiste no Brasil hoje uma danosa dissociação entre as políticas urbanas em geral e as políticas de patrimônio e que as ideias como a da “conservação integrada”, em que se considera a preservação como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional, estão sempre presentes nos discursos de ambas as esferas. Assim, este autor assinala que:

Diante deste quadro, parece-nos muito promissora a utilização de um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio, o inventário, que, bem explorado metodologicamente, poderia ultrapassar a sua função original – a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que forneça bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que, respeitando as particularidades locais, utilizem-nas como base para o desenvolvimento (CASTRIOTA, 2009, Pp. 189-90).

Com relação à Relevância Cultural dos edifícios inventariados, que considera o significado adquirido pela edificação em seu contexto, podemos inferir que adquire importância na seleção desse inventário, uma vez que o mesmo fundamenta-se em fontes documentais e orais e nos informam por exemplo, sua cronologia e evolução urbana, as práticas e eventos sociais – relacionados ao reforço da identidade local, o significado social – relativo ao imaginário da comunidade e a referência histórica –

³⁶ Françoise Choay é historiadora e pesquisadora das teorias e das formas urbanas arquitetônicas. Em sua obra *Alegoria do Patrimônio*, a autora discute as origens dos conceitos de monumentos e de patrimônio histórico.

³⁷ O Austríaco Alois Riegl (1858-1905) foi historiador da arte, pertencente à Escola Vienense de História da Arte, a Wiener Schule der Kunstgeschichte.

quando pode se associar a determinado bem ou área, algum fato histórico veemente para a cidade.

Por fim, a Relevância Morfológica dos bens patrimoniais deve ser elucidada, visto que, por meio dela, busca-se verificar os aspectos simbólicos da conformação física que justifiquem a seleção das edificações como unidades representativas, em termos de qualificação arquitetônica, considerando tecidos urbanos e traçados viários peculiares, unidades tipológicas, elementos referenciais preponderantes na morfologia urbana, diversidade tipológica, ou ainda referência historiográfica identificável aos modelos consagrados pela história da arquitetura e do urbanismo.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza o município de Ijuí, nos aspectos relacionados à contextualização histórica e produção arquitetônica. Nesta direção, o recorte se dá em um período de setenta anos (1890 a 1960), desde a data da fundação da Colônia de Ijuhy, até o período do movimento modernista na arquitetura brasileira. A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, com características marcantes da arquitetura Eclética, Art Déco e Moderna.

A pesquisa realizada é do tipo aplicada, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, uma vez que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nesta direção, a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.³⁸

A proposta metodológica divide o trabalho em etapas bem caracterizadas, que incluem como instrumentos de coleta de dados, a revisão bibliográfica (com vistas à confecção de fichamentos e análise dos dados teóricos levantados), a elaboração de listagem dos edifícios selecionados – com seus respectivos endereço, uso e ano de construção; o levantamento fotográfico (geral e de detalhes) e o levantamento físico das edificações selecionadas; a graficação do projeto arquitetônico (plantas de situação e localização, plantas baixas, cortes e fachadas), por meio de programas computacionais específicos para desenho em arquitetura: AutoCad, Arqui_3D, entre outros.

A análise e discussão dos resultados envolverá a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas à realização de um inventário urbano como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico de Ijuí, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem, conforme Gutiérrez, a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população. Este autor considera que a

³⁸ GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

participação da população é o ponto essencial para que essa política tenha êxito com o tempo. Só se conserva aquilo que se utiliza, e os novos usos dos espaços asseguram a continuidade de respostas adequadas às novas necessidades, dentro da evolução da cidade. A população precisa e deve ser integrada na discussão da preservação para que a mesma construa uma identidade com o patrimônio cultural e conseqüentemente se torne aliada dos gestores na proteção e na vigia dos bens.³⁹

Considerando-se que o principal objetivo deste estudo é o Inventário do Patrimônio Arquitetônico Urbano de Ijuí e, portanto, de valor significativos e passíveis de preservação, foi necessário a escolha do método de catalogação e o modelo de ficha de inventário a ser utilizada. Neste sentido, as informações foram sistematizadas de acordo com o Sistema de Rastreamento Cultural utilizado atualmente pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, cujo modelo de fichamento é apresentado no ANEXO A do presente estudo.

Com referência a escolha dos bens inventariados, foram consideradas observados seu valor histórico, sua relevância cultural e morfológica, bem como os valores de representatividade e de referência com um enfoque direcionado ao conhecimento, gestão e preservação.

Pretende-se também que, conforme elucida Castriota (2009), a respeito da experiência do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), se consiga ampliar o conceito de patrimônio, compreendendo a cultura como processo, muito mais do que como uma série de bens, que possibilite a elaboração de propostas de preservação integradas com a política urbana geral para o município. Para isso, é necessário desenvolver uma metodologia de diagnóstico urbano, que permita tanto entender e registrar minuciosamente as áreas estudadas, quanto propor alternativas de políticas de desenvolvimento compatíveis com as suas especificidades. Associando pesquisa documental e trabalho de campo, elaborando diagnósticos das localidades estudadas, a partir de seus aspectos arquitetônicos, históricos, sociológicos, antropológicos e econômicos, numa tentativa de criar um instrumento que, ao mesmo tempo consiga registrar o patrimônio urbano e cultural em seu sentido mais amplo e possa servir de base para um planejamento mais

³⁹ GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura latino-americana: textos para reflexão e polêmica*. São Paulo, Nobel, 1989.

cuidadoso, que leva em consideração as particularidades próprias dos diversos “pedaços” da metrópole [em nosso caso de estudo, o município de Ijuí/RS] (CASTRIOTA, 2009, p. 194).

A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se que o inventário da arquitetura Ijuicense, restaurar o elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde também, a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

3.1 Modelo de ficha a ser preenchida para o inventário do patrimônio cultural do município de Ijuí

Dentre as atividades relacionadas à pesquisa de fontes primárias, a primeira e principal atividade da equipe foi debruçar-se sobre uma base material ainda não catalogada, pertencente ao acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP. A organização do material coletado deu origem a um fichamento de acordo com critérios requeridos por rua, número do imóvel e ano de construção respectivamente.

Simultaneamente a essas atividades descritas, deu-se início ao trabalho de campo do inventário, cujos dados foram coletados e armazenados em fichas provisórias – de acordo com o modelo adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPAHN, que se encontra no ANEXO B da presente pesquisa. Nestas fichas foram registradas as condições físicas de cada imóvel, no que tange à sua caracterização geral – com dados históricos e referências culturais, tipologia, elementos construtivos, levantamento fotográfico e estado de conservação.

O início do processo valeu-se da metodologia tradicional de inventários, utilizando as fichas identificadas anteriormente e, nas fichas definitivas, conforme o modelo atual disponibilizado pelo IPHAE (ANEXO A), constam os seguintes dados para preenchimento, conforme manual:

- a) Município:** Nome do Município onde se encontra o bem;
- b) Localidade:** Nome da cidade ou localidade onde se encontra o bem;
- c) Ficha nº:** O número da ficha é composto da sigla do Estado (RS) seguida do ano de elaboração do inventário, mais cinco dígitos fixos referente ao número do bem cultural.ex: ficha número RS/99 - 00003 (o número 99 refere-se ao ano de 1999);

- d) Denominação do bem:** Nome da edificação (ex.: Museu Municipal, Prefeitura Municipal, Casa da Família Dutra, etc.);
- e) Endereço/ Localização:** Endereço completo do bem;
- f) Proprietário:** Nome do proprietário no momento da elaboração do inventário;
- g) Uso original/ atual:** Descrição do uso original da edificação e seu uso atual;
- h) Latitude/Longitude/Erro horizontal:** Coordenadas geográficas do bem, obtidas a partir de um GPS;
- i) Proteção existente:** Descrever se o bem é tombado por alguma instância (Municipal/ Estadual/ Nacional) ou se é protegido por alguma legislação (Plano Diretor, etc.);
- j) Proteção proposta:** Sugestão de alguma forma de proteção;
- k) Bens móveis:** Descrever a existência de bens móveis e integrados no interior e no lote da edificação (mobiliário, obras de arte, etc.) que sejam passíveis de proteção, ou de alguma coleção significativa. É possível a confecção de uma ficha complementar para a inserção de fotografias referentes ao tema;
- l) Observações:** Breve descrição arquitetônica do bem, enfocando sua história, ano de construção, técnica construtiva, etc.;
- m) Foto:** Foto da fachada principal do bem, contendo o máximo de detalhes representativos, tais como tipo de esquadrias, cobertura, ornamentos, etc.. No caso da necessidade de inserção de fotografias de detalhes específicos do bem inventariado, poderá ser criada uma folha complementar.
- n) Imagens complementares:** Inserir imagens que caracterizem o entorno imediato da edificação, com referência às edificações vizinhas, passeio, leito da rua, vegetação, etc.;
- o) Responsável:** Nome do responsável pelo levantamento de dados;
- p) Data:** Data do levantamento de dados.
- q) Observação:** É possível, se necessário, utilizar mais um quadro, ou ficha complementar, para inserir o desenho da localização do bem dentro da quadra onde está situado, e/ou plantas arquitetônicas.

Considerando o exposto no item “q” constante no manual de preenchimento das fichas de inventário, pela necessidade de mais espaço para a inserção de informações referentes a cada imóvel, no presente estudo, também foram utilizadas as fichas do anexo “B”. Nestas, constam, além de um levantamento fotográfico mais

abrangente, as características arquitetônicas e construtivas das edificações (morfologia, tipologia, tipo de construção), bem como o estado de conservação (modificação dos elementos originais), o entorno urbano imediato (a fim de identificar se a edificação é de referencial urbano, parte de um conjunto ou conformadora de um perfil urbano).

As fichas do ANEXO B (também confeccionadas pelo IPHAE) foram utilizadas como complemento, por sistematizarem informações relevantes e dela constam: as plantas baixas, o levantamento fotográfico das edificações e dados dos elementos construtivos de cada edificação, a saber:

- a) **Cobertura:** número de águas, telhamento, acabamento e coroamento;
- b) **Tipo de Estrutura:** independente ou portante;
- c) **Materiais:** estrutura, vedação da estrutura, esquadrias, revestimento das fachadas e pintura das fachadas;
- d) **Esquadrias:** tipo de vergas das portas e janelas;
- e) **Estado de Conservação:** modificação dos elementos originais;
- f) **Estado Físico:** Estado de degradação dos elementos construtivos;
- g) **Entorno da Edificação:** edificação de referencial urbano, edificação como parte de um conjunto ou edificação conformadora do perfil urbano;
- h) **Plantas Baixas:** Provenientes do levantamento de campo.

Com a realização do inventário, considerado analiticamente a partir de suas dimensões histórica, sócio-cultural, urbanística e arquitetônica, pretende-se contribuir significativamente ao subsídio de uma política de preservação e por conseqüentemente à futuras intervenções adequadas, tanto na área central como em outras zonas do município.

3.2 Critérios de seleção das edificações a serem inventariadas

O primeiro recorte feito na pesquisa levou em consideração o fator cronológico em um período de cinquenta anos: de 1890 – data de fundação da colônia de Ijuhy a 1940 – período que compreende a “fase heróica” (1930-45) do movimento modernista na arquitetura brasileira, selecionando dezesseis (16) edificações significativas no contexto urbano da cidade.

Com o aprofundamento dos estudos, ampliou-se o recorte, avançando até o ano de 1960, uma vez que a arquitetura modernista – principalmente nos ambientes

mais distantes dos centros culturais, levam mais tempo para “sentir” e “manifestar” as mudanças culturais. Desta maneira, também foi ampliado para vinte (20), o número de edificações inventariadas no projeto.

A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, e também para incluir exemplares com maiores características do movimento moderno.

Neste contexto, tal qual Ginzburg⁴⁰, também se fundamenta esta investigação à procura de “sinais”, “pistas” ou “indícios” – reveladores acerca dos fenômenos da realidade, voltando nossa atenção a dados locais e característicos, buscando nesta especificidade, aspectos gerais, universais. Particularmente, em nosso caso de estudo, busca-se nas manifestações arquitetônicas de Ijuí, reflexos dos modelos arquitetônicos tradicionais.

Também, a partir das reflexões e análise de Argan⁴¹ sobre a arquitetura como disciplina independente e suas relações com a cultura e com a memória – individual ou coletiva –, busca-se um aprofundamento em nosso referencial teórico, como forma de selecionar com maior propriedade e critério as edificações inventariadas. Nestes argumentos, consideram-se as possíveis relações das edificações selecionadas com a memória coletiva da cidade, bem como pela sua importância histórica, social e arquitetônica.

Enfatiza-se que a Relevância Cultural e a Relevância Morfológica foram consideradas no critério de seleção das edificações selecionadas, de acordo com os valores explicitados na revisão de literatura do presente trabalho. Também foram considerados a citação por autores do lugar, a menção para personagens históricos, a menção por historiadores, bem como a percepção das pessoas não especialistas a respeito dos bens.

Na presente pesquisa, as edificações selecionadas serão apresentadas em ordem cronológica de sua construção, a saber:

⁴⁰ Carlo Ginzburg é historiador e antropólogo de origem italiana e um dos pioneiros do estudo da *microhistória* – escola historiográfica que reduz a escala de observação, notabilizando fatos relevantes que são ignorados dentro de um contexto construído de forma generalizadora. Seu *método indiciário* constitui o indiciarismo como ferramenta de pesquisa – um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios.

⁴¹ O italiano Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi historiador e teórico da história da arte. Entre suas obras merece destaque *História da arte como história da cidade* e seus estudos da década de 50 sobre *Bruneleschi*, *Gropius* e a *Bauhaus*.

1. Comissão de Terras e Colonização (1903) – Relevância Morfológica;
2. Casa Kopf (1910) – Relevância Cultural;
3. Estação Ferroviária (1911) – Relevância Cultural;
4. Litografia Serrana (1912) – Relevância Cultural;
5. Igreja Evangélica de Ijuí (1913) – Relevância Cultural e Morfológica;
6. Tiro de Guerra 337 (1917) – Relevância Cultural;
7. Clube Ijuí (1920) – Relevância Cultural e Morfológica;
8. Usina Velha (1923) – Relevância Cultural;
9. Casa João Dico (1925) – Relevância Cultural;
10. Casa Chiapetta (década de 20) – Relevância Cultural;
11. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade (1927) – Relevância Cultural e Morfológica;
12. Vila Julieta ou Casa dos Leões (1928) – Relevância Morfológica;
13. Casa Kuhlmann (1931) – Relevância Morfológica;
14. Prefeitura Municipal (1933) – Relevância Morfológica;
15. Colégio Ruizinho (1933) – Relevância Cultural e Morfológica;
16. Cine América (1946) – Relevância Cultural e Morfológica;
17. Cine Teatro Serrano (1948) – Relevância Cultural e Morfológica;
18. Sociedade Recreativa Ijuí (1957) – Relevância Cultural e Morfológica;
19. Estação Rodoviária (1958) – Relevância Cultural e Morfológica;
20. Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene (1968) – Relevância Cultural e Morfológica.

Definidas as edificações a serem inventariadas, partiu-se para a delimitação territorial dos bens, visto que a quase totalidade dos mesmos se encontram na área central da cidade, dentro de um intervalo de tempo de 70 anos (1890-1960).

Os exemplares arquitetônicos localizados fora do quadrilátero conformado pelo centro histórico do município são: a Estação Férrea, a Vila Julieta (ou Casa dos Leões), a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene, a Usina Velha e a Sociedade Recreativa Ijuí.

A Figura nº 24 apresenta a imagem da delimitação da área de estudo desta pesquisa com a localização dos vinte (20) edifícios inventariados, com a ampliação dos setores onde os mesmos se localizam.

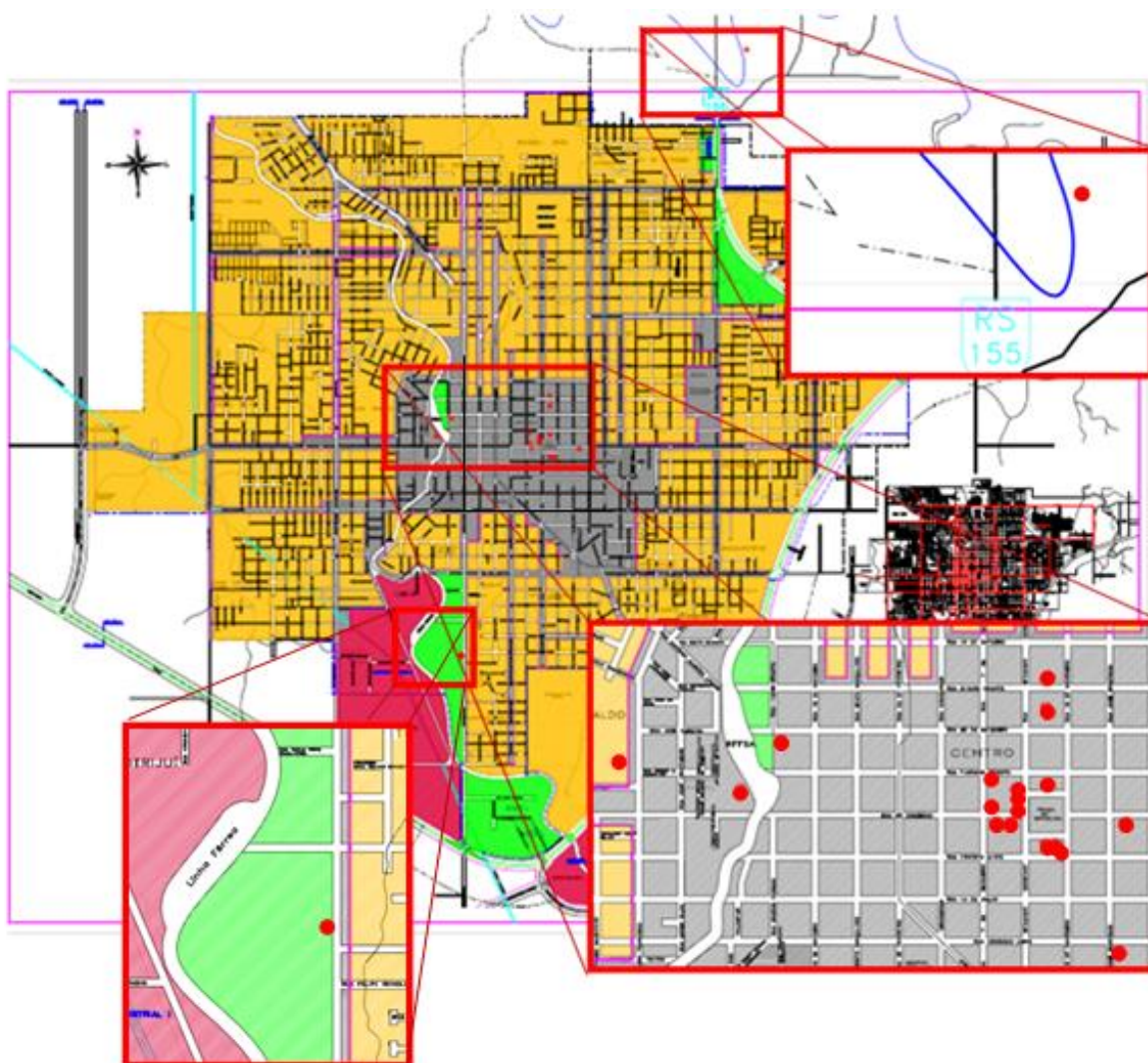
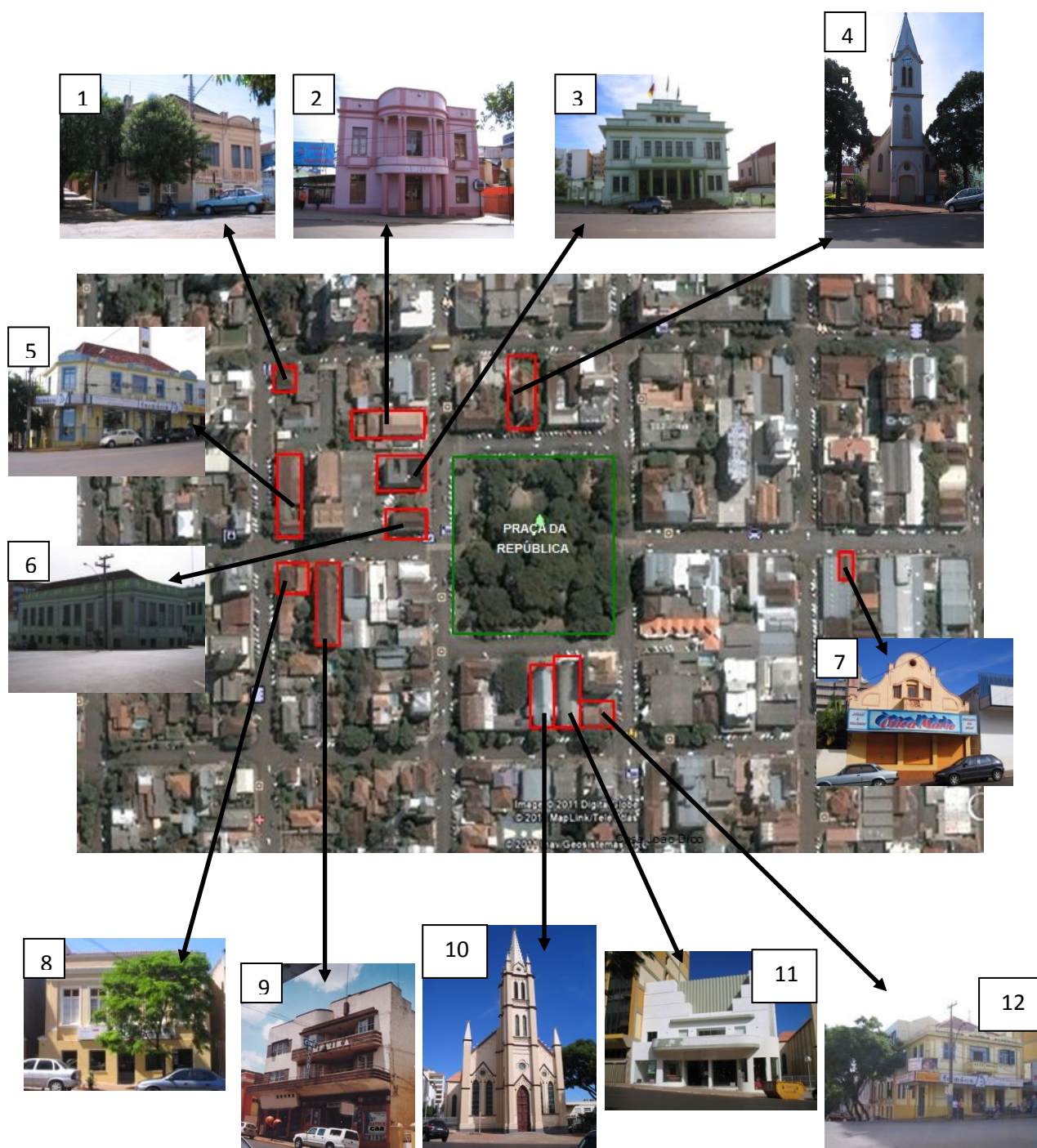


Figura 24: Delimitação da área de estudo da pesquisa com a localização dos edifícios inventariados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Comissão de Terras e Colonização (1903); Casa Kopf (1910); Estação Ferroviária (1911); Litografia Serrana (1912); Igreja Evangélica de Ijuí (1913); Tiro de Guerra 337 (1917); Clube Ijuí (1920); Usina Velha (1923); Casa João Dico (1925); Casa Chiapetta (década de 20); Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade (1927); Vila Julieta ou Casa dos Leões (1928); Casa Kuhlmann (1931); Prefeitura Municipal (1933); Colégio Ruizinho (1933); Cine América (1946); Cine Teatro Serrano (1948); Sociedade Recreativa Ijuí (1957); Estação Rodoviária (1958); Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene (1968);

A Figura nº 25 apresenta as doze edificações localizadas no centro histórico do município de Ijuí e nela foram demarcados os lotes onde estão implantadas e uma imagem fotográfica de cada uma delas.



1. Casa Chiapetta; 2. Clube Ijuí; 3. Prefeitura Municipal; 4. Igreja do Relógio; 5. Casa João Dico; 6. Comissão de Terras; 7. Casa Kuhlman; 8. Casa Kopf; 9. Cine Teatro América; 10. Igreja da Natividade; 11. Cine Teatro Serrano; 12. Litografia Serrana

Figura 25: Edifícios localizados no centro histórico de Ijuí.
Fonte: Adaptado pelo autor do Google Earth (2012).

4. INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE IJUÍ/RS

A partir das reflexões feitas, entende-se o inventário como um instrumento a serviço da política de preservação. Assim, ele estará cumprindo de forma concreta, seu papel no município, na defesa de seus costumes, de suas riquezas – artística, arquitetônica e escultural, de suas reservas ambientais, bem como sua memória histórica.

Desde meados da década de 1930, o inventário vem sendo utilizado no Brasil como um instrumento de proteção do patrimônio arquitetônico e cultural. Geralmente, o que se encontra ainda hoje é uma catalogação (registro) de alguns bens culturais, em detrimento a um planejamento integrado.

Castriota (2009) lembra que os intelectuais modernistas que fundam o Serviço do Patrimônio percebiam a importância de se realizar o registro sistemático de nosso acervo cultural, ameaçado pelo desconhecimento e pelo abandono (CASTRIOTA, 1997, p. 190). Sob a influência da vanguarda internacional, a Carta de Veneza (1964), traz a noção de monumento histórico que compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. (CARTA DE VENEZA, 1964, artigo 1º).

As primeiras tentativas de se privilegiar a visão do conjunto urbano vão acontecer em âmbito municipal no Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, embora utilizando instrumentos tradicionais dos inventários - fichas com registros diversos -, deu-se muita ênfase às análises, enfocando os aspectos históricos, socioculturais e urbanísticos das áreas inventariadas. O inventário, então, deixa de ser pensado como mero registro que antecede o tombamento, mas de participar nas políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e outras sujeitas à renovação urbana (OLIVEIRA, 2011, p.47).

O presente inventário objetiva o esclarecimento de algumas diretrizes que possam servir como ações viáveis para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Ijuí/RS. De forma mais ousada, traçam-se

algumas metas para sua preservação, bem como para o desenvolvimento sustentável do município.

Além do que objetiva-se acima, se procura lembrar que o inventário realizado também pretende servir a uma política educacional, bem como, em um âmbito mais abrangente e a um prazo mais longo, atentar para a necessidade vital de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico do município.

A Constituição de 1988 consolida o inventário como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, conforme transcrição abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO de 1988).

O referido artigo constitucional indica que a política de preservação do patrimônio cultural coloca a proteção da memória individual protegida pela preservação da memória plural, em um processo participativo e democrático. Nesse sentido, devem ser consideradas novas propostas que estabeleçam o Direito de Preempção⁴² para imóveis de interesse, bem como o estabelecimento de zonas especiais de interesse cultural, no macrozoneamento da cidade.

Neste entendimento, este projeto assume importância por nortear as ações, subsidiando e comprometendo a população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio cultural. Além disto a participação dos usuários (população) é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois deles depende a aceitação e o cumprimento de seus instrumentos formais e legais.

Ainda que a legislação vigente em Ijuí contemple alguns instrumentos que asseguram a proteção do patrimônio, ações de caráter estratégico e instrumental que possam desencadear programas práticos efetivos ainda são inexistentes.

⁴² Previsto pelo Estatuto da Cidade, o Direito de Preempção é um instrumento que confere em determinadas situações o direito de preferência para adquirir, mediante compra, um imóvel que esteja sendo vendido pelo proprietário a outra pessoa. O direito visa conferir ao poder público, a preferência para adquirir imóvel urbano em razão das diretrizes da política urbana.

Entende-se que, pela diversidade étnica do município, um programa de preservação da identidade cultural pode instituir mecanismos eficazes de fiscalização do patrimônio cultural, regulamentar a gestão do patrimônio cultural público e privado, promover a educação patrimonial, evitar a poluição visual, incentivar o desenvolvimento de atividades culturais nas localidades rurais e valorizar as potencialidades turísticas do patrimônio cultural, dentre outras ações.⁴³

A Lei nº 4747 de 01 de novembro de 2007 institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí - PDDI e nele estão asseguradas algumas políticas voltadas à proteção, preservação e a recuperação de edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico, a saber:⁴⁴

Capítulo V

Da Política de Desenvolvimento Urbano

Art. 15 A política de desenvolvimento urbano é o conjunto de objetivos e diretrizes que orienta a ação do governo municipal visando:

IV - promover a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e dos recursos naturais, bem como de sítios, edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico;

Capítulo VI

Dos Instrumentos do Plano Diretor

Art. 16 Para assegurar a política de desenvolvimento urbano, os objetivos e as diretrizes fixados, são instrumentos legais complementares ao Plano Diretor os seguintes:

X - Legislação que dispõe sobre a Proteção e a Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural e a que trata da Preservação e Proteção Ambiental;

Seção II

Da Zona Urbana

Art. 62 O Poder Executivo Municipal deve estabelecer programas de proteção e recuperação de sítios, edificações e de monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico atendendo as disposições da Lei Municipal nº 1.977 de 1º de março de 1984 e o Decreto Executivo nº 1.056-SG de 17 de outubro de 1985, ou seus sucedâneos.

⁴³ Cf. Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos. Disponível em www.cidades.gov.br

⁴⁴ Lei nº 4747 de 01 de novembro de 2007. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí - PDDI.**

Capítulo VII

Do Direito de Construir e Parcelar o Solo Urbano

Art. 93 A transferência do direito de construir pode ser concedida ao proprietário do imóvel, por conveniência ou por impedimento legal de utilizar plenamente o índice de aproveitamento da área urbana em que estiver localizado, observados os limites de ocupação, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O direito de construir é transferido, por instrumento público, na incidência dos seguintes casos:

V - preservação ambiental e do Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico.

Capítulo VIII

Da Urbanização e Edificação Compulsória e do Imposto Territorial Urbano Progressivo

§ 2º - A existência de sítios, edificações ou monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico não caracteriza solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, mas impõe-se a estas áreas as restrições urbanísticas que condicionam os usos permitidos conforme dispõem a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Ijuí e demais determinações da legislação pertinente.

Capítulo IX

Da Urbanização Específica e Regularização Fundiária

Art. 100 Em áreas de urbanização específica, a ocupação deve ser regulada por normas próprias atendendo as diretrizes, estrutura e concepção previstas nesta Lei, na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e na Lei do Parcelamento do Solo para fins Urbanos de Ijuí e devem visar à consolidação, o desenvolvimento ou a renovação destas áreas.

§ 2º - No planejamento das áreas a serem urbanizadas pelo Poder Público Municipal, são ouvidos os órgãos responsáveis pelo saneamento e pela preservação Ambiental, histórico-cultural e paisagística.

Art. 104 Fica vedada a urbanização e a regularização fundiária das favelas localizadas em áreas públicas com as seguintes características ou condições:

I - em áreas de preservação permanente, de proteção ambiental, histórico-cultural e paisagística nas margens dos cursos de água e em faixas de domínio da ferrovia ou rodovias, na faixa de domínio sob as redes de alta tensão e/ou em áreas sobre redes de água e de esgotamento sanitário ou de arruamentos projetados que sejam significativos à circulação urbana;

*Título IV
Da Gestão da Cidade e do Plano Diretor
Capítulo I*

Da Secretaria Municipal de Planejamento

Art. 112 Para assegurar a consecução do Plano Diretor, além das atribuições inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, lhe são incumbidas:

XI - analisar e emitir pareceres sobre obras públicas ou privadas que, pelas suas características, possam criar ou apresentar sobrecarga na capacidade instalada da infraestrutura, interferir na qualidade ambiental ou apresentar riscos à segurança da população ou à preservação do Patrimônio Histórico-cultural e Paisagístico, ouvidos outros órgãos competentes e o Conselho do Plano Diretor do Município de Ijuí;

*Capítulo II
Do Conselho do Plano Diretor do Município de Ijuí*

Art. 113 Para efeitos do Plano Diretor, o Conselho do Plano Diretor do Município de Ijuí, além das disposições que se lhe atribui a legislação específica, deve:

II - deliberar, mediante parecer técnico, sobre a implantação de obras públicas ou privadas que, pelas suas características, possam criar ou apresentar sobrecarga na capacidade instalada da infraestrutura, interferir na qualidade ambiental e apresentar riscos à segurança da população ou à preservação do Patrimônio Histórico-cultural e Paisagístico.

A partir disto torna-se urgente que se formalizem documentos que informem e esclareçam a população sobre a importância da preservação e recuperação do patrimônio edificado, em conformidade com o Estatuto da Cidade.

Por fim, decretar a elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Ijuí e a definição de diretrizes do Plano de Patrimônio e Plano turístico do município são ações positivas que devem ser adotadas.

As fichas de inventário, sistematizadas de acordo com o Sistema de Rastreamento Cultural utilizado atualmente pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE encontram-se na continuidade da presente pesquisa, dentro de uma sequência cronológica de início de construção do bem.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, a análise e discussão dos resultados envolvem a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas à realização do inventário do Patrimônio Arquitetônico Urbano do Município de Ijuí/RS, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população.

Concluídas as etapas de levantamento e análise dos dados, foi possível obter-se uma visão panorâmica da evolução urbana do município de Ijuí, considerando que as edificações avaliadas nos permitem reflexões e interpretações a serem socializadas, a fim de que o inventário realizado possa vir a ser uma ferramenta a serviço da salvaguarda e valorização desse legado cultural.

Analisando a conformação do município de Ijuí a partir de sua malha urbana, constatou-se que a demarcação da Praça da República foi uma das primeiras providências adotadas pelo engenheiro José Manoel da Siqueira Couto, chefe da Comissão de Terras e Colonização, quando da medição dos primeiros lotes da nova Colônia de Ijuhy, concebido para ser um espaço que possibilitasse os encontros, as trocas sociais e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, a partir da implantação do edifício da Comissão de Terras e Colonização em seu entorno, começa a ser ocupado o coração da cidade, onde pulsa o centro comercial, administrativo e religioso da cidade.

Em consonância aos objetivos propostos, os edifícios criteriosamente selecionados, situam-se em maior parte no miolo central, no interior do centro histórico do município. Possuem programas de necessidades diversificados e possuem uma relação de proximidade espacial. Desta maneira, podemos inferir que, a diversidade cultural que ao longo do processo de formação, deu origem ao município, influenciou diretamente em sua produção arquitetônica, possibilitando a coexistência de linguagens distintas, representadas pela arquitetura da imigração, neogótico, pelo ecletismo, pelo art déco e pela arquitetura moderna. A diversidade

de estilos evidencia a dinâmica das transformações do perfil urbano ao longo do tempo, e conformam espaços que, estabelecem importantes vínculos entre espaço e cidadania.

Assim, a identificação, a classificação e o cadastramento do patrimônio artístico e arquitetônico do município de Ijuí, vem suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região. Ainda que os exemplares de arquitetura apresentem características de estilo predominantes na Europa, percebe-se nos mesmos alguns traços vernaculares fortalecendo ainda mais a ideia de que as ações de preservação, além de estabelecer diretrizes de planejamento ressaltam os bens considerados importantes para a constituição da identidade de um povo.

O patrimônio não pode ser encarado apenas do ponto de vista científico, nem como mero recurso econômico do qual nos interessa tirar o máximo proveito num curto espaço de tempo, mas sim como o trampolim capaz de promover o desenvolvimento cultural e social, com reflexos a médio e longo prazo no tecido econômico do município. Desta maneira, os critérios de preservação adotados no presente trabalho consideram valores culturais, morfológicos, técnicos e paisagísticos. Também foi considerada a experiência metodológica de outros inventários, desenvolvidos a partir de diagnósticos interdisciplinares, constituídos a partir das ideias da “conservação integrada”.

Considerando a dinâmica das transformações espaciais da cidade, evidenciadas também pela diversidade estilística de suas edificações, o presente inventário suscita uma discussão, devendo ser incluído no Plano Diretor do município, não apenas como um arrolamento de bens de interesse cultural, mas efetivamente como forma de reconhecimento ao papel de proteção do inventário.

Nesta perspectiva, em uma visão mais abrangente e eficaz de preservação, o trabalho proposto, ao longo do tempo, deverá prever instrumentos legais, urbanísticos e tributários para a proteção preservação e conservação do patrimônio cultural; criar instrumentos de gestão participativa da política de preservação do patrimônio; prever, implantar e colocar em funcionamento o Conselho Municipal do Patrimônio e Programar ações no âmbito da Educação Patrimonial. Desta maneira, entendemos que o presente inventário, pode constituir-se também em um diagnóstico interdisciplinar, para a ação e execução de políticas municipais mais efetivas, articulando as diferentes esferas de planejamento.

Ainda que a legislação vigente em Ijuí contemple alguns instrumentos que asseguram a proteção do patrimônio, ações de caráter estratégico e instrumental que possam desencadear programas práticos efetivos ainda são inexistentes.

Entende-se que pela diversidade étnica do município, um programa de preservação da identidade cultural pode instituir mecanismos eficazes de fiscalização do patrimônio cultural, regulamentar a gestão do patrimônio cultural público e privado, promover a educação patrimonial, evitar a poluição visual, incentivar o desenvolvimento de atividades culturais nas localidades rurais e valorizar as potencialidades turísticas do patrimônio cultural, dentre outras ações.

Como forma de instrumentalizar e garantir a participação da população nos processos de gestão torna-se também urgente à adoção de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que compõe o patrimônio cultural do município. Desta forma, como produto deste trabalho, também foram confeccionados uma cartilha de educação patrimonial (ANEXO C), com base nos estudos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), a ser aplicado na comunidade escolar e comunidade em geral e também um catálogo de imagens dos bens inventariados, como forma de elucidar sua importância, a partir dos levantamentos de campo realizados.

Por fim, com relação à questão ética relacionada ao patrimônio, a partir deste inventário, nosso entendimento é de que toda a legislação urbana que rege o patrimônio deve ser avaliada também em função de sua justiça ética, ou seja, deve garantir o respeito mútuo pressuposto pela democracia. Nesta direção, deve considerar-se a compreensão de lugar público como patrimônio de todos, cujo zelo é dever de todos bem como a valorização do patrimônio cultural e o zelo por sua conservação. Desta maneira, iniciativas para a preservação e ferramentas éticas e legais devem estar asseguradas a partir de reuniões com o poder público, com proprietários e moradores; adequação ao Plano Diretor local; divulgação dos trabalhos já realizados, bem como as adequações e definição do cronograma de ações, com participação do poder público, entidades e comunidade.

6. CONCLUSÕES

A partir das reflexões pautadas no presente trabalho, entendemos o inventário como um instrumento a serviço da política de preservação. Assim, ele estará cumprindo de forma concreta, seu papel no município, na defesa de seus costumes, de suas riquezas – artística, arquitetônica e escultural –, de suas reservas ambientais, bem como sua memória histórica.

Os bens aqui historiados já possuem algum reconhecimento prévio, vinculados a diferentes valorações. Eles fazem parte da história da cidade e estão impregnados no imaginário da população como bens passíveis de preservação.

Enquanto instrumento de conhecimento, este trabalho serve de alerta quanto à necessidade de registro e deve ser levado ao conhecimento do poder público e à população em geral, visto que, se porventura algum dos bens inventariados desaparecer ou deixar de existir, sua história, descrição, imagem fotográfica, etc. estarão registrados, assim sua memória não ficará totalmente perdida.

Enquanto instrumento de proteção, o inventário constitui um meio tradicional de o fazer, reconhecido constitucionalmente, como parte integrante dos instrumentos eleitos pela vontade popular – representada pelos constituintes – para se conferir aos bens móveis e imóveis o status de bem dotado de valor cultural.

Enquanto instrumento de pesquisa, no que tange ao uso e ocupação do solo, o presente inventário permite a identificação das áreas a serem preservadas, bem como do entorno imediato dos bens de interesse em serem preservados, para posteriormente adotar as medidas cabíveis.

A partir do presente inventário, espera-se dar início a um processo que nos conduza a um processo de discussão, tendo como resultante a elaboração de leis municipais que incentivem a preservação dos acervos inventariados; a elaboração de políticas educacionais, alertando a comunidade detentora dos bens da necessidade vital de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; desenvolver a atividade turística e entendê-la como uma alternativa para preservação e revitalização dos núcleos e acervos de interesse histórico e cultural, melhorando as condições de vida da população que vivem nas áreas de entorno dos bens a serem preservados.

Desta maneira, a identificação, a classificação e o cadastramento do patrimônio artístico e arquitetônico localizado, em grande número, no centro geográfico do município de Ijuí, buscam suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região, na busca do elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde também, a preservação da paisagem urbana seja considerada de maneira sustentável e como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

No contexto das ideias da conservação integrada, o inventário proposto deverá sensibilizar e esclarecer o poder legislativo da necessidade de se adequar os instrumentos de política (econômica, tributária e financeira), redirecionando os gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano. Assim, a política de preservação do patrimônio cultural coloca a proteção da memória individual protegida pela preservação da memória plural, em um processo participativo e democrático. Nesse sentido, devem ser consideradas novas propostas que estabeleçam o Direito de Preempção para imóveis de interesse, bem como o estabelecimento de zonas especiais de interesse cultural, no macrozoneamento da cidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A nação, Instituto Estadual do Livro, 1975.

BARÓN CASTRO, Rodolfo. **El desarrollo de la población hispanoameicana**. in journal of world history. pp. 325-343, 1949. vol. V. Apud SEGRE, Roberto. **América Latina en su arquitectura**. México: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1975.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Apud MACEDO, F. Riopardense de. **Urbanização do Rio Grande do Sul** [série de artigos]. Correio do Povo, caderno de sábado, maio a agosto, 1973.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Apud RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 2.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória**; apud WEIMER, Günter. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1992.

BINDÉ, Ademir Campos. **Ijuí – histórias revividas: 100 anos de emancipação**. Espumoso: Gráfica Líder, 2012.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ: MinC – IPHAN, 2000.

CONDE, L. P. F. & ALMADA, M. **Panorama do Art Déco na Arquitetura e no Urbanismo do Rio de Janeiro**, in CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

DE GUIMARAENS, Cessa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 29 de abr. 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Universitária UFPel, 2004.
- GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura latino-americana: textos para reflexão e polêmica**. São Paulo, Nobel, 1989.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E. ; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1988.
- LOPES, Fátima Marlise Marroni Rosa. **A trajetória de Mário Osorio Marques na construção do desenvolvimento regional: Ijuí-RS segunda metade do século XX**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- LUCCHESI, Celso Luiz de Souza. **Tiro de Guerra 337: um bem a ser preservado**. 2004. 52f. Monografia (Especialização em Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.
- MAESTRI, Mario. **Poloneses no RS: uma história por contar**. Disponível em: <<http://www.lainsignia.org>>. Acesso em 15 dez. 2011.
- MARQUES, Mario Osorio e GRZYBOWSKI, Lourdes Carvalho. **História visual da formação de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1990.
- MARQUES, Mario Osorio. **Nossas coisas, nossa gente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. Apud LOPES, Fátima Marlise Marroni Rosa. **A trajetória de Mário Osorio Marques na construção do desenvolvimento regional: Ijuí-RS segunda metade do século XX**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

MIRANDA, S. M. **Cataguases: Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MOREIRA, Earle Macarthy. **Construindo o espaço, demarcando fronteiras**. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e OTERO, Loiva (organizadoras). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Tradução Yara Aun Houry. Publicado na Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do Ceom - Unochapecó, nº 29, pp. 19-38. 2008. I SSN 2175-0173.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de. **Inventário Urbano de Tupanciretã/RS: Um Olhar Sobre o Patrimônio Arquitetônico e Cultural da Terra da Mãe de Deus**. 2011, 136f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2011.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino**. Porto Alegre: História – CPGH/UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Revolução Farroupilha no contexto de construção do Estado Nacional brasileiro**. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e OTERO, Loiva (organizadoras). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 15.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Invenção da Sociedade Gaúcha**. Ensaios FEE. (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser). Porto Alegre, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio** (org.). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma certa Revolução Farroupilha**. In GRINBERG, Keila e SALLES, RICARDO (organizadores). **O Brasil Imperial, volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, F. e SOUSA, Susana Bleil. **O Brasil e suas representações na fronteira platina**. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e OTERO, Loiva (organizadoras). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

PRESERVE – Programa de preservação do patrimônio histórico do Ministério dos transportes. **Centro de preservação da história da ferrovia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, RFFSA 1985.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A instalação do Estado Nacional e as tensões fronteiriças: Uruguai e Rio Grande do Sul no período 1822-1851**. Passo Fundo: UPF, Brasil.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A construção do Rio Grande do Sul republicano**. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e OTERO, Loiva (organizadoras). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **O Ecletismo e seus Contemporâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro**, in CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

SANTOS, Eugénio Francisco. **A Presença Portuguesa na Região Platina**. Colóquio internacional Território e Povoamento. Colonia Del Sacramento, Uruguai: Instituto Camões, 2004.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília, UnB, 1990.

SEGRE, Roberto. **América Latina en su arquitectura**. México: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1975.

SEGRE, R. **Os Caminhos da Modernidade Carioca (1930-1980)**, in CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

SOARES, André Luis Ramos (org). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria, Ed. da UFSM, 2007.

SOUZA, Célia Ferraz. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851 – 1864)**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2007.

WASSERMAN, Fábio. **Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)**. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. *apud* OLIVEIRA, Suélen Mayara Péres. **A querela em torno de Clio na região do Prata**. Rio de Janeiro: História Social – UFRJ. Dissertação de Mestrado.

WEBER, Regina. **Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2002.

WEIMER, Ghunter. **A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul**, in FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

ANEXOS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município:

Ficha Nº

Localidade:

Denominação do bem:

Endereço/Localização:

Proprietário:

Uso Original e atual:

Latitude:

Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente:

Proteção Proposta:

Bens Móveis:

Observações:

Foto(s):

Imagens complementares (entorno, edificações)

Responsável:

Data:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura


 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M01

MANUAL DE PREENCHIMENTO

MÓDULO 01 – BENS EDIFICADOS

Município: Nome do Município onde se encontra o bem;

Localidade: Nome da cidade ou localidade onde se encontra o bem;

Ficha nº: O número da ficha é composto da sigla do Estado (RS) seguida do ano de elaboração do inventário, mais cinco dígitos fixos referente ao número do bem cultural.

ex: ficha número RS/99 - 00003 (o número 99 refere-se ao ano de 1999);

Denominação do bem: Nome da edificação (ex.: Museu Municipal, Prefeitura Municipal, Casa da Família Dutra, etc.);

Endereço/ Localização: Endereço completo do bem;

Proprietário: Nome do proprietário no momento da elaboração do inventário;

Uso original/ atual: Descrição do uso original da edificação e seu uso atual;

Latitude/Longitude/Erro horizontal: Coordenadas geográficas do bem, obtidas a partir de um GPS;

Proteção existente: Descrever se o bem é tombado por alguma instância (Municipal/ Estadual/ Nacional) ou se é protegido por alguma legislação (Plano Diretor, etc.);

Proteção proposta: Sugestão de alguma forma de proteção;

Bens móveis: Descrever a existência de bens móveis e integrados no interior e no lote da edificação (mobiliário, obras de arte, etc.) que sejam passíveis de proteção, ou de alguma coleção significativa. É possível a confecção de uma ficha complementar para a inserção de fotografias referentes ao tema;

Observações: Breve descrição arquitetônica do bem, enfocando sua história, ano de construção, técnica construtiva, etc.;

Foto: Foto da fachada principal do bem, contendo o máximo de detalhes representativos, tais como tipo de esquadrias, cobertura, ornamentos, etc.. No caso da necessidade de inserção de fotografias de detalhes específicos do bem inventariado, poderá ser criada uma folha complementar.

Imagens complementares: Inserir imagens que caracterizem o entorno imediato da edificação, com referência às edificações vizinhas, passeio, leito da rua, vegetação, etc.;

Responsável: Nome do responsável pelo levantamento de dados;

Data: Data do levantamento de dados.

Observação: É possível, se necessário, utilizar mais um quadro, ou ficha complementar, para inserir o desenho da localização do bem dentro da quadra onde está situado, e/ou plantas arquitetônicas.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

| 5 - COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: Diversas TELHAMENTO <input type="checkbox"/> CAPA/CANAL <input type="checkbox"/> FRANCESA <input type="checkbox"/> FIBROCIM. <input type="checkbox"/> OUTRO ACABAMENTO <input type="checkbox"/> BEIRA BICA <input type="checkbox"/> BEIRA SEVEIRA <input type="checkbox"/> LAMBREQUIM <input type="checkbox"/> OUTRO COROAMENTO <input type="checkbox"/> CIMALHA <input type="checkbox"/> PLATIBANDA <input type="checkbox"/> FRONTÃO <input type="checkbox"/> OUTRO | | | | | | 6 – TIPO DE ESTRUTURA <input type="checkbox"/> INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> PORTANTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------------|---|--------------|-------|--|---------|--------------|--------------|--------------|-------|-----------|--|--|--|--|--|----------------------|--|--|--|--|--|------------|--|--|--|--|--|-------------------------|--|--|--|--|--|--------------------|--|--|--|--|--|---|
| <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 15%;">7 - MATERIAIS</th> <th style="width: 10%;">SUBSOLO</th> <th style="width: 10%;">1º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">2º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">3º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">SOTÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>VEDAÇÃO DA ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESQUADRIAS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REVESTIMENTO DE FACHADA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PINTURA DA FACHADA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | 7 - MATERIAIS | SUBSOLO | 1º PAVIMENTO | 2º PAVIMENTO | 3º PAVIMENTO | SOTÃO | ESTRUTURA | | | | | | VEDAÇÃO DA ESTRUTURA | | | | | | ESQUADRIAS | | | | | | REVESTIMENTO DE FACHADA | | | | | | PINTURA DA FACHADA | | | | | | 8 – ESQUADRIAS (TIPO DE VERGA) VERGAS DAS PORTAS VERGAS DAS JANELAS: |
| 7 - MATERIAIS | SUBSOLO | 1º PAVIMENTO | 2º PAVIMENTO | 3º PAVIMENTO | SOTÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| VEDAÇÃO DA ESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESQUADRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| REVESTIMENTO DE FACHADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PINTURA DA FACHADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO (MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ORIGINAIS): <input type="checkbox"/> HOMOGÊNEO <input type="checkbox"/> HETEROGÊNEO (APRESENTA SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS ORIGINAIS POR ELEMENTOS NOVOS). <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO (MUITOS ELEMENTOS SUBSTITUÍDOS) | | | 10 – ESTADO FÍSICO (INFORMAR NESTE ÍTEM O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 - ENTORNO PRÓXIMO (A EDIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENTORNO): <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO DE REFERENCIAL URBANO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO COMO PARTE DE UM CONJUNTO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO CONFORMADORA DO PERFIL URBANO | | | 13 – OBSERVAÇÕES: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 – PLANTAS BAIXAS: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 – PESQUISADOR: | | | 16 – DATA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO
DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO
URBANO DO MUNICÍPIO DE

ILHÉU

DE 1890 a 1960

CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO DO
MUNICÍPIO DE IJUÍ**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cláudio Renato de Camargo Mello

Santa Maria, RS, Brasil

2012



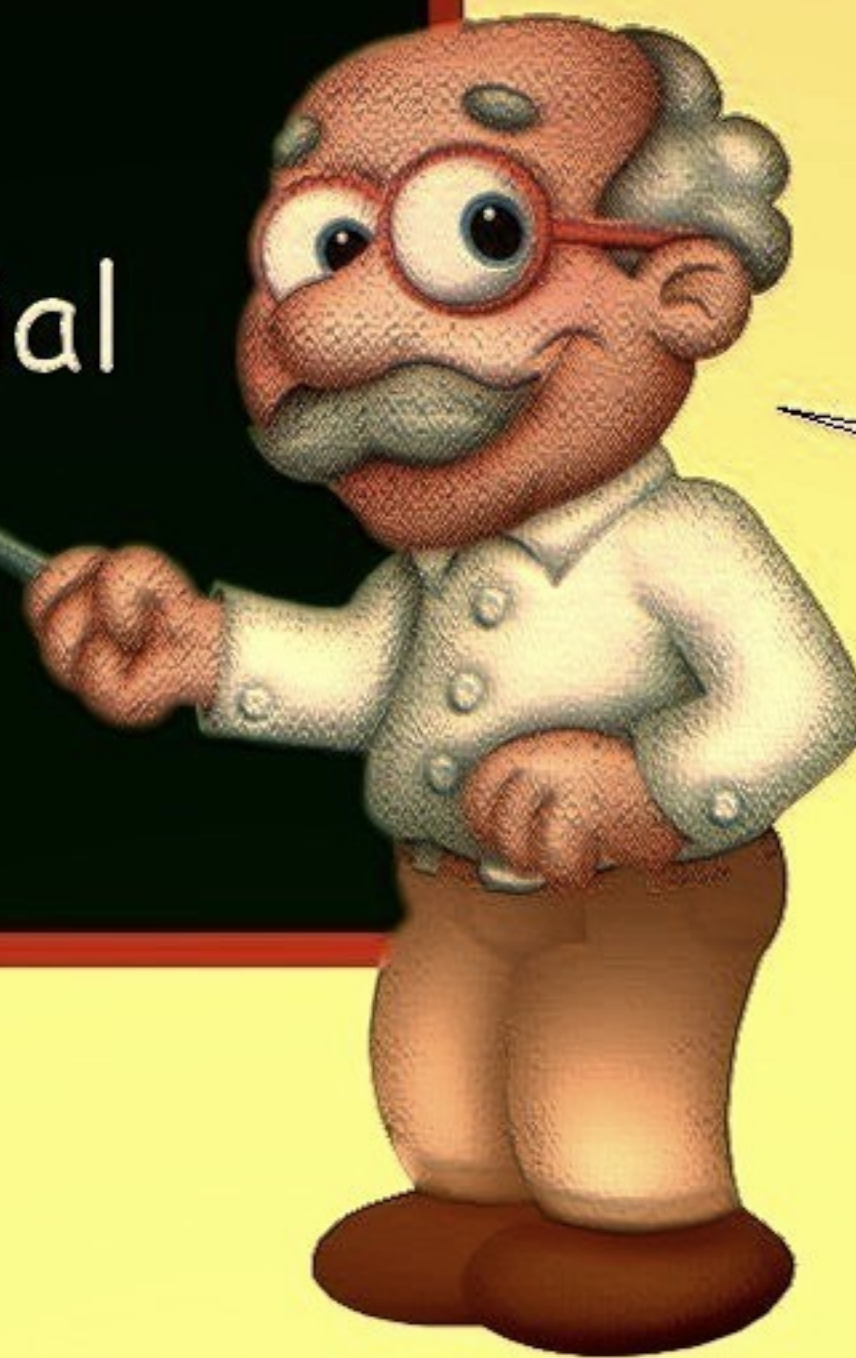
Resultados



Uma História sobre História

Aula de Hoje

Educação Patrimonial



A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira.



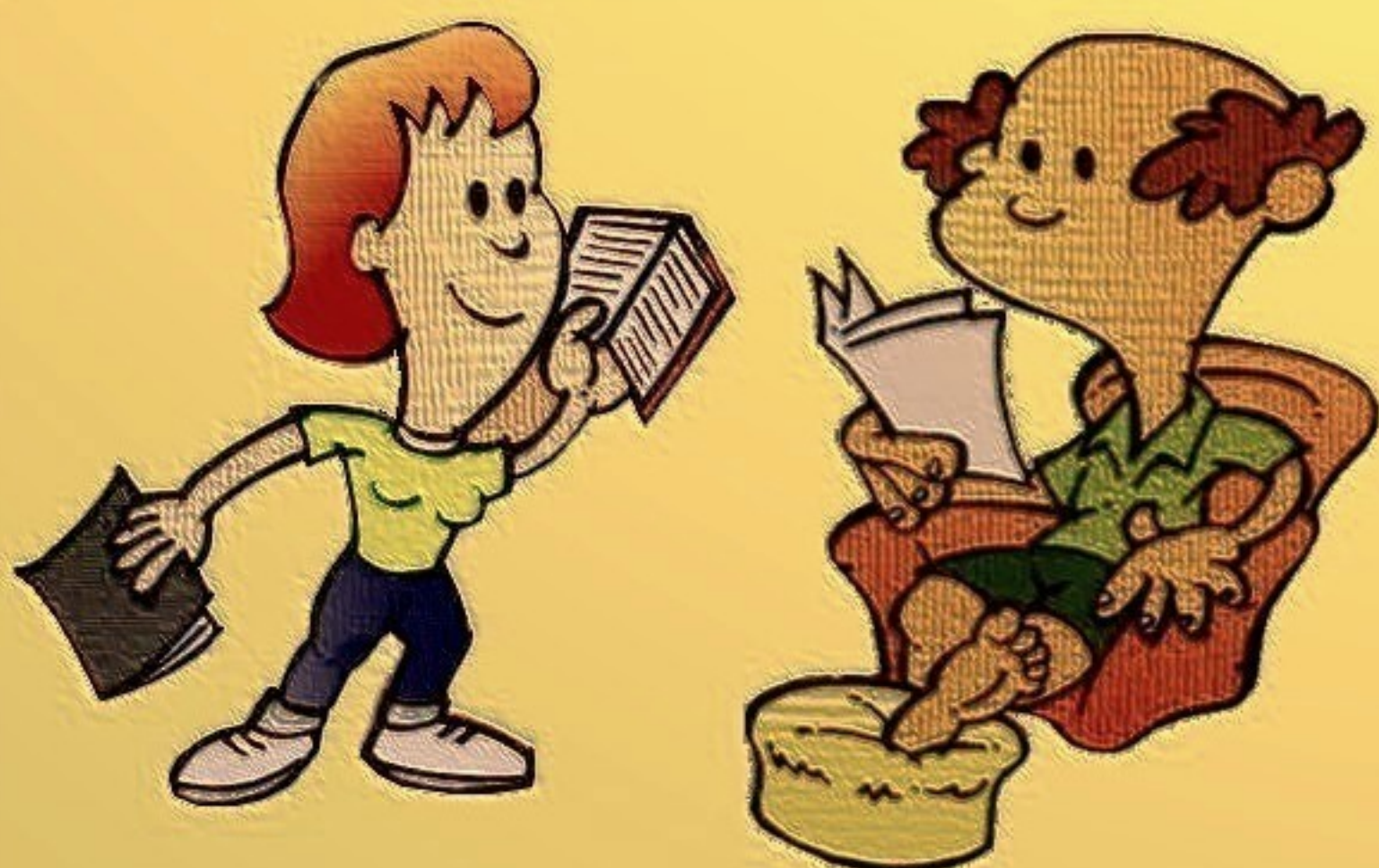
-Professor, eu li em algum lugar que o nosso patrimônio cultural é dividido em material e imaterial, mas, qual é a diferença entre os dois ?

Realmente uma ótima pergunta Cláudio!

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas e ao modo de ser das pessoas.



Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vida social; além dos espaços onde se reproduzem estas práticas culturais.



Então o patrimônio material estaria relacionado à objetos físicos, como monumentos e lugares?



O patrimônio material é formado por um conjunto de bens arqueológicos, paisagísticos e etnográficos, de bens históricos, belas artes, e das artes aplicadas.



Eles estão divididos em bens imóveis - núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais; E os móveis - as coleções, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O Brasil é um país muito grande, não apenas em território, mas também em cultura e história. É neste ponto que a educação patrimonial se torna necessária, para a valorização e preservação de todo esse material.



E para isso existem hoje órgãos responsáveis por essa preservação. São eles o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) e o IPHAN que trabalha a nível nacional, os responsáveis pelos tombamentos e inventários históricos feitos no Brasil.

O tombamento é o processo pelo qual passa o bem que possui algum valor cultural. Desta forma o bem se torna um patrimônio oficial, onde seu valor histórico, cultural e artístico é devidamente reconhecido.



Já o inventário possui a função de listar e especificar o patrimônio existente em determinado local, desde pontos turísticos por exemplo, até as coleções de museus e bibliotecas. Este é um trabalho muito importante para organização do patrimônio cultural nacional...



...bem como a conscientização das pessoas, de que sua história está em todas as coisas, desde os monumentos e cidades aos objetos mais comuns; e que é dever de todos nós proteger e perpetuar todo esse conhecimento.



Isso significa que podemos ajudar também, eu e você Julia! Podemos fazer com que outras pessoas vejam a importância de nossa história, para que se orgulhem e guardem mesmo as coisas pequenas como um legado às gerações futuras de nosso país.



Agora que você já sabe como funciona a preservação do nosso patrimônio que tal ajudar a cuidar de tudo isso hein?! Fale com seu professor sobre quais ações você e seus amigos podem tomar para participar dessa aventura e boa sorte!





IJUÍ
 ÁREA CENTRAL



EDIFÍCIOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO DE IJUÍ

NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



EDIFÍCIOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO DE IJUÍ

NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



EDIFÍCIOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO DE IJUÍ

NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



EDIFÍCIOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO DE IJUÍ

NOME:
ENDEREÇO:
DESCRÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
DESCRÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
DESCRÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
DESCRÇÃO:
.....
.....



EDIFÍCIOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO DE IJUÍ

NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



NOME:
ENDEREÇO:
.....
DESCRIÇÃO:
.....
.....



APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta-se como um instrumento de apoio a implantação de uma Cartilha sobre o patrimônio histórico do município de Ijuí/RS, como parte integrante do processo de Educação Patrimonial.

Neste sentido, busca-se reconhecer o patrimônio local por meio de ações que envolvam a comunidade, escolas, museus, bibliotecas, arquivos, entre outros, esclarecendo e incentivando a prática de preservação do mesmo.

É importante enfatizar que a Educação Patrimonial desperta sentimentos de pertencimento e identidade, além de promover o envolvimento interdisciplinar entre as mais diferentes áreas do conhecimento.

Desta maneira, esperamos contribuir com a população e, particularmente aos alunos, no sentido da compreensão do passado na construção de sua identidade individual e coletiva.

Cláudio Renato de Camargo Mello
Mestrando PPGPPC - UFSM

GLOSSÁRIO

INDIVÍDUO – Todo ser, animal ou vegetal, em relação à sua espécie: o gênero, a espécie e o indivíduo. Pessoa considerada isoladamente, em relação a uma coletividade: o indivíduo e a sociedade.

IDENTIDADE – O que faz que uma coisa seja da mesma natureza que outra. Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (nome, idade, sexo, estado civil, filiação etc.).

SOCIEDADE – Reunião de homens, de animais, que vivem em grupos organizados; corpo social. Conjunto de membros de uma coletividade, sujeitos às mesmas leis. União de várias pessoas que acatam um estatuto ou regulamento comum: sociedade cultural.

COMUNIDADE – Estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de sentimentos. Agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem.

HUMANIDADE – O conjunto de todos os homens.

TEMPO – Medida de duração dos fenômenos. Época, relativamente a certas circunstâncias, ao estado das coisas, aos costumes, às opiniões.

MEMÓRIA – Faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente. Efeito da faculdade de lembrar; a própria lembrança. Recordação que a posteridade guarda.

HISTÓRIA – Ramo da ciência que se ocupa de registrar cronologicamente, apreciar e explicar os fatos do passado da humanidade em geral, e das diversas nações, países e localidades em particular. Narração de acontecimentos e atividades humanas a respeito do passado e do presente.

CULTURA – Sociologia: Sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade. Antropologia: Estado ou estágio do desenvolvimento cultural de um povo ou período, caracterizado pelo conjunto das obras, instalações e objetos criados pelo homem desse povo ou período; conteúdo social.

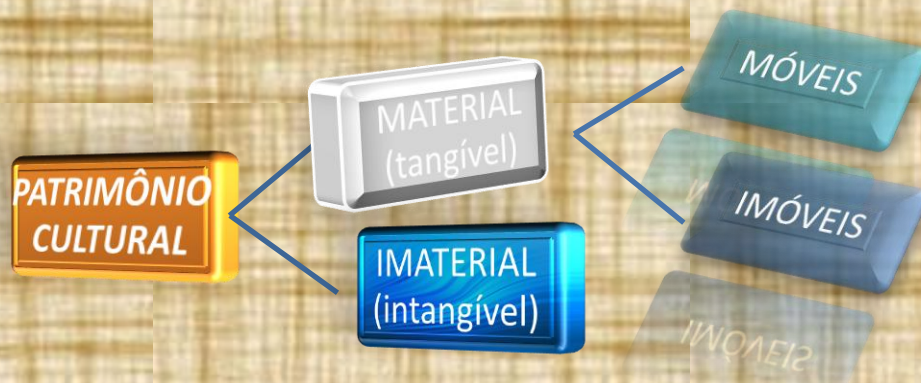
SIGNIFICADO CULTURAL – “São os valores atribuídos por grupos sociais a bens e lugares, em detrimento de outros”. (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

PATRIMÔNIO – Herança paterna. Bens de uma determinada família ou empresa. “São todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular”. (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

PATRIMÔNIO CULTURAL – “Todo objeto, construção ou ambiente, que a sociedade atribua um valor especial, estético, artístico, documental, ecológico, histórico, científico, social ou espiritual e que constitua um patrimônio cultural essencial a transmitir às gerações futuras” (BRAGA, 2003). Constitui-se a partir de todos os bens culturais de uma comunidade ou grupo social e é de fundamental importância para a identidade e a memória dos povos e a riqueza das diferentes culturas.

“É o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento

importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania”. (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).



PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL – O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN).

PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL OU IMATERIAL – “As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL – “É composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico”. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

PATRIMÔNIO NATURAL – “É constituído por bens cuja criação não recebeu interferência humana. Ex.: grutas, montanhas, rios, ecossistemas, jazidas, animais silvestres, etc.” (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

PATRIMÔNIO EDIFICADO – “Edificações isoladas ou conjunto de edificações, que poderão ter tipologias distintas e não necessariamente antigas, mas que possuam peculiaridades culturais. Ex.: a arquitetura rural, as fábricas, as casas comuns (Arquitetura Vernacular), as cidades, os monumentos, etc.” (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

PATRIMÔNIO NATURAL MUNDIAL – Significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

PRESERVAÇÃO – Ato ou efeito de preservar. “É a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural”. (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

CONSERVAÇÃO – Ato de conservar; manutenção. “Conservar é amparar, defender, manter, salvaguardar, resguardar de dano, decadência, deterioração.” (IEPHA/MG). “São processos que visam à manutenção do patrimônio, sem alteração de suas características, de modo a preservar seu significado cultural. Conjunto de

intervenções e, posteriormente, de controle do estado de equilíbrio das estruturas e dos materiais, dentro de padrões considerados regulares e compatíveis com as condições presentes e favoráveis à identidade da edificação ou da obra de arte, não pretendendo retornar o objeto ao estado original.” (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

TOMBAMENTO – “É um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização.” (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

RESTAURAÇÃO – “A restauração é um conjunto de atividades que visa a restabelecer o estado original ou próximo deste e anterior aos danos decorrentes da ação do tempo, ou do próprio homem em intervenções que descaracterizam um bem imóvel ou móvel. A restauração visa a garantir a permanência de um testemunho físico e real de época passada para gerações futuras. Os processos de restauração são orientados por posturas consolidadas em cartas patrimoniais.” (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008).

TURISMO – “As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

TURISMO CULTURAL – “Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (Marcos Conceituais – MTur).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

“É um instrumento de *alfabetização cultural* que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural”. (HORTA, 1999).

“É uma metodologia que busca a valorização dos bens culturais a partir das manifestações materiais (objetos). Essa metodologia, desenvolvida junto aos diferentes grupos formadores da sociedade, viabiliza a formação das suas identidades, aumento da autoestima e posterior valorização dos bens culturais”. (SOARES, 2007).

“Deve ser entendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações com o principal objetivo de valorizar as comunidades e toda a sua produção cultural. É um processo de autoeducação e sensibilização que visa eliminar a miopia cultural, despertando sentimentos e conhecimentos adormecidos que fortalecerão o senso de pertencimento e compreensão dos indivíduos como elementos de um grupo, sociedade, comunidade e lugar, usando, para esse fim, o seu acervo cultural.” (IEPHAMG).

METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

De acordo com Horta (2006), existem quatro etapas a percorrer em uma metodologia para educação patrimonial, que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural.

Uma vez definido o objeto/fenômeno/tema de estudos, a ação educativa se desenvolverá ao longo das seguintes etapas metodológicas:

| Etapas | Recursos/Atividades | Objetivos |
|----------------|--|---|
| 1) Observação | Exercícios de percepção visual/ sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive... | <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do objeto/ função/ significado; • Desenvolvimento da percepção visual e simbólica. |
| 2) Registro | Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas. | <ul style="list-style-type: none"> • Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional. |
| 3) Exploração | Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas. | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados. |
| 4) Apropriação | Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo. | <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural. |

(HORTA et al, 2006, p.11)

Para a aplicação da Metodologia da Educação Patrimonial proposta por Horta, é necessário que se tenha clareza quanto aos objetivos educacionais e aos resultados pretendidos. Assim, o professor deve decidir quais as habilidades, conceitos e conhecimentos que os alunos adquiram e de que modo o trabalho se insere em seu currículo.

1. OBSERVAÇÃO

A DESCOBERTA DO OBJETO

RECURSOS/ATIVIDADES:

O QUE VEJO?

Exercícios de percepção visual/ sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...

OBJETIVOS:

- Identificação do objeto/ função/ significado;
- Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.

EXERCÍCIO DE ESTÍMULO À PERCEPÇÃO E ANÁLISE:

Propor ao grupo (crianças/alunos/comunidade) a análise de um objeto, de modo que sejam propostas perguntas e respostas. Observar aspectos relacionados à sua conformação física, sua função, sua forma e seu valor.

1. O que é?
2. Qual sua cor?
2. É um bem material ou imaterial?
3. É móvel ou imóvel?
4. De que material é feito?
5. Por que é feito desse material?
6. Para que serve ou servia?
7. Como era utilizado?
8. Existem objetos parecidos hoje?
9. Quem fez?
10. Qual seu valor (para quem fabricou, para quem usa, para um museu)?



Monumento ao Colono em Ijuí/RS

2. REGISTRO

O QUE ACHEI DO QUE OBSERVEI

RECURSOS/ATIVIDADES:

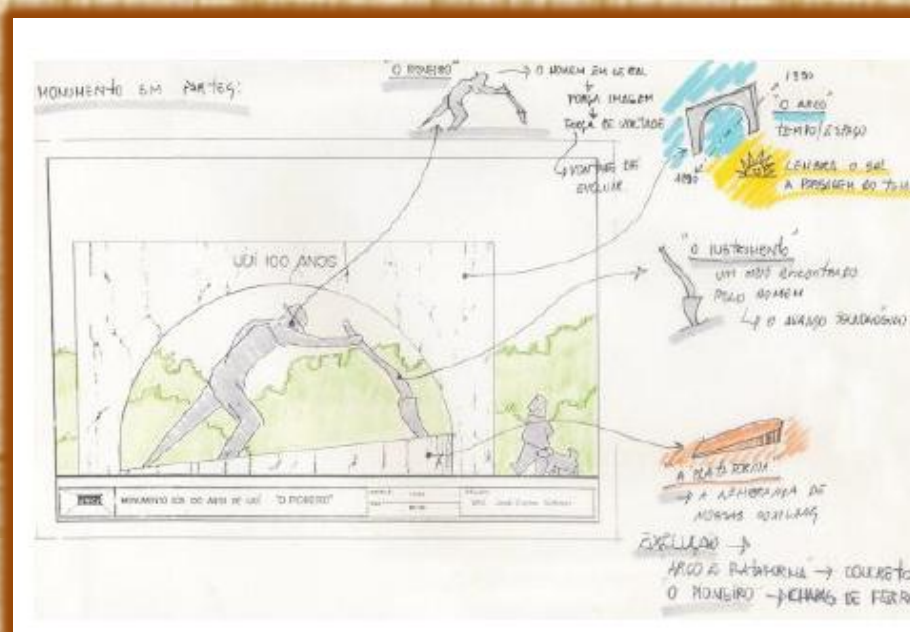
Expressar por meio de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas o objeto observado.

OBJETIVOS:

- Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica;
- Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

EXERCÍCIO DE ESTÍMULO AO REGISTRO:

1. Descreva o objeto observado de forma oral e escrita;
2. Fotografe o objeto;
3. Desenhe o objeto observado;
4. Procure identificar suas dimensões e seu peso.



Croqui do Monumento ao Colono em Ijuí/RS

3. EXPLORAÇÃO **INTERPRETANDO O QUE OBSERVEI**

RECURSOS/ATIVIDADES:

Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.

OBJETIVOS:

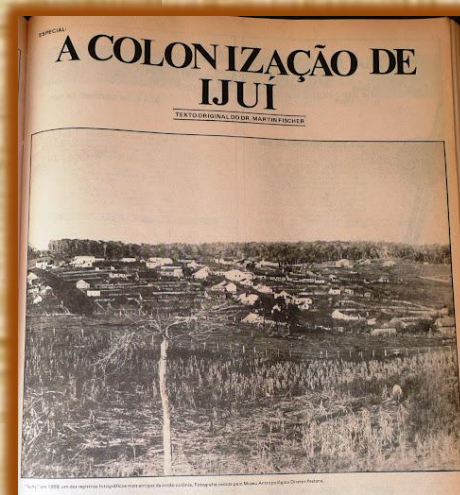
- Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.

EXERCÍCIO DE ESTÍMULO À EXPLORAÇÃO:

1. Qual a idade do objeto?
2. Quem o criou?
3. Quem o executou?
4. Quem eram os colonos personificados no objeto?
5. Como vivia esta sociedade na época da colonização?
7. Qual o papel do colono nesta sociedade?



Execução do Monumento ao Colono em Ijuí/RS



Colonização de Ijuí/RS
Jornal Correio Serrano em 10/10/1987

4. APROPRIAÇÃO **O QUE ASSIMILEI?**

RECURSOS/ATIVIDADES:

Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.

OBJETIVOS:

- **Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.**

EXERCÍCIO DE ESTÍMULO À EXPLORAÇÃO:

- 1. Faça uma pintura ou escultura do objeto;**
- 2. Faça uma poesia sobre o objeto e a sociedade a qual o elemento personificado pertencia;**
- 3. Em seu grupo, faça a dramatização a respeito do objeto e sua história no contexto da cidade;**
- 4. Crie uma música tendo como inspiração o objeto.**



**Visitação aos principais pontos históricos de Ijuí
Disponível em www.ijuí.rs.gov.br**

LEGISLAÇÕES PERTINENTES:

- **Decreto-lei Federal nº 25/1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**
- **Lei nº 3.294/1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.**
- **Decreto-Lei Nº 3.866/1941 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**
- **Decreto nº 31.049/1983 – Organiza sob a forma de sistema as atividades de preservação do patrimônio cultural.**
- **Decreto nº 3.551/2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.**
- **Decreto nº 41.927/2002 – Cria o Comitê de Proteção do Patrimônio Paleontológico, e dá outras providências.**
- **Lei nº 8.313/1991 – Lei ROUANET- Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, e dá outras providências.**
- **Lei nº 6.292/1995 – Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.**

- **Lei nº 9.312/1996** – Altera o art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.
- **Lei nº 11.380/1999** – Define normas de competência para a proteção dos sítios arqueológicos e seu respectivo acervo, existentes no Estado, conforme inciso III do artigo 23 da Constituição Federal.
- **Lei nº 9.999/2000** – Altera o inciso VIII do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.312, de 5 de novembro de 1996, que restabelece princípio da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e das outras providências, aumentando para três por cento da arrecadação bruta das loterias federais e concursos de prognóstico destinados ao Programa.
- **Lei nº 10.257/2001** – Estatuto da Cidade – Regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.
- **Lei nº 11.738/2002** – Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os sítios paleontológicos localizados em municípios do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – Promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies

normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

- **Lei nº 1729/1978 – Institui o código de posturas do município de Ijuí e dá outras providências.**
- **Lei nº 4747/2007. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Ijuí. Nele estão asseguradas algumas políticas voltadas à proteção, preservação e a recuperação de edificações e monumentos de valor histórico-cultural e paisagístico do município.**
- **Lei Complementar nº 5630/2012 – Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ijuí, consolida a legislação urbanística; revoga legislações que menciona, e dá outras providências.**

REFERÊNCIAS

BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e Restauro: arquitetura**. – Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

GHIRARDELLO, Nilson e SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E. ; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/MG. **Manual de Diretrizes para a Educação Patrimonial**. Disponível em www.iepha.mg.gov.br

SOARES, André Luis Ramos (org). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria, Ed. da UFSM, 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SITES CONSULTADOS

CREA-SP - <http://www.creasp.org.br>

DOCOMOMO - <http://www.docomomo.org.br>

ICOMOS - <http://www.icomos.org>

ICOMOS/BRASIL - <http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil>

IEPHA - <http://www.iepha.mg.gov.br>

IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br>

IPHAE – <http://www.iphae.rs.gov.br>

UNESCO - <http://www.unesco.org.br>

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

OBSERVAÇÃO E REGISTRO

ATIVIDADE 01:

Conceitos – a serem trabalhados dentro da sala de aula:

Você sabe o que é um bem?
Quais são os seus bens?
E os bens de sua família?
Por que eles são importantes?
Quais são os objetos mais antigos da sua família?
Quando foram comprados ou produzidos?
A quem pertenceram e a quem pertencem atualmente?
Serviam ou servem para que?
Você sabe o que é cultura?
O que seria um bem cultural?
Porque eles são importantes?
Dê exemplos de bens culturais?
Você sabe dizer quais são os bens culturais de sua Cidade?
O que é Patrimônio Cultural?
O que é tombamento?
Quais os bens culturais tombados em sua cidade?



ATIVIDADE 02:

Jogo de Comparações – a ser trabalhado dentro de sala de aula:

- Foto antiga de uma rua comparada com a foto atual.
- O que existia e que não existe mais.
- O meio de transporte do passado e o atual.
- Como se vestiam as pessoas e como se vestem hoje.
- Faça uma entrevista com um parente mais velho sobre a sua vida na infância e adolescência: onde morava, onde estudava, se trabalhava, como brincava, lugares que frequentava, músicas que ouvia, como se vestia.



ATIVIDADE 03:

Questionário - Reconhecendo a cidade – a ser trabalhado dentro de sala de aula:

- Você conhece a história da sua cidade? Como nasceu a sua cidade?

- Desenhe a planta da sua cidade localizando os lugares e os prédios ou casas mais importantes.

- Conte quantas escolas, cinemas, igrejas, praças existem na sua cidade.

- Quais os lugares de diversão que você mais frequenta. Escreva uma redação sobre este local.

- Você sabe onde nasce o rio que passa por sua cidade? Qual a origem do nome do rio?

- Faça um desenho do rio desde a sua nascente até chegar a sua cidade, identificando os lugares por onde passa.

- Desenhe o caminho que você percorre para chegar à escola identificando as casas mais antigas.



- Quais são as festas mais importantes da cidade e onde acontecem. Descreva a festa que você considera a mais importante.

- Em sua opinião, qual o bem cultural mais importante da cidade. Por que?

- O que você acha que deve ser feito para se preservar os bens culturais da sua cidade.

- Quais os problemas que a sua cidade apresenta?

- Quais as soluções para estes problemas?

- Como é a sua cidade dos sonhos?



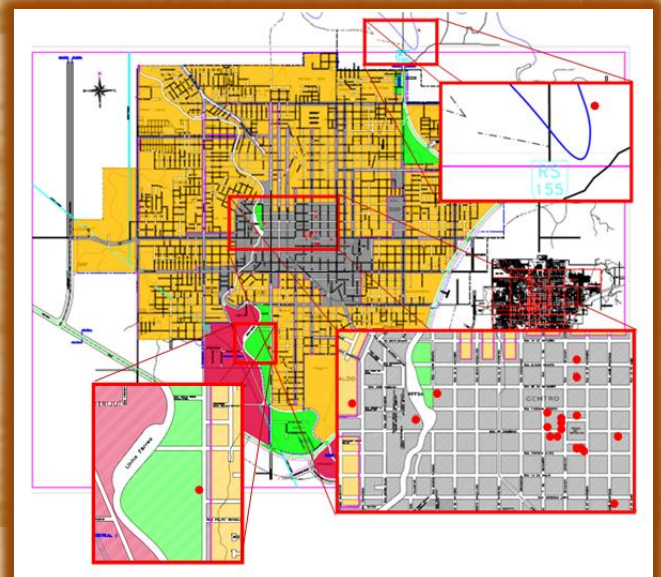
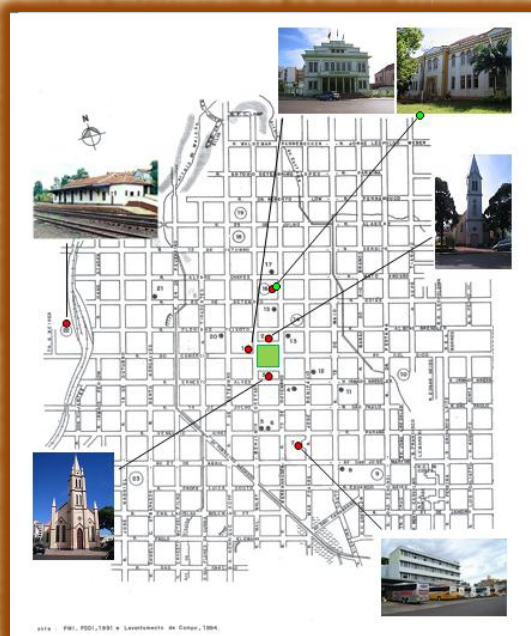
ATIVIDADE 04:

**Elaboração de inventário do acervo cultural da cidade:
Para compor exposição a ser realizada.**

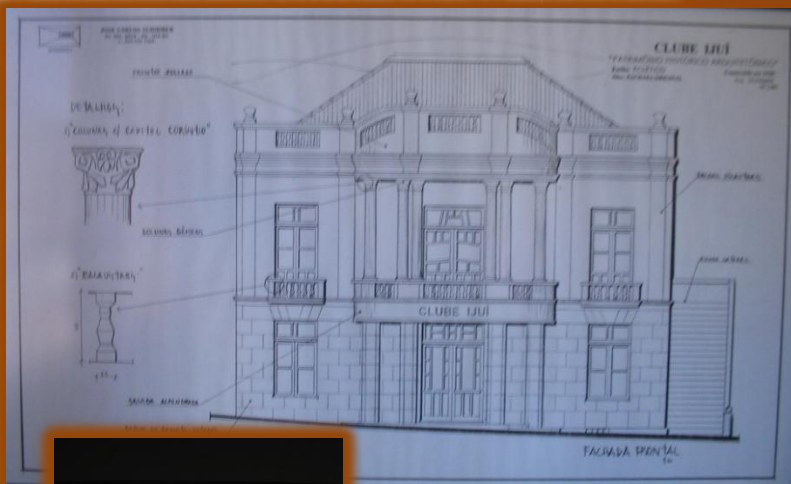
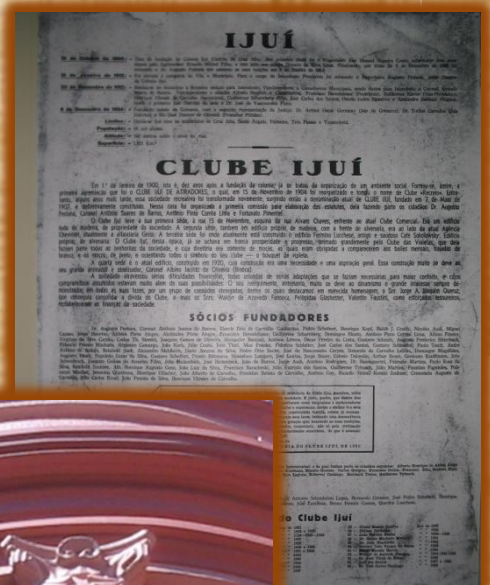
1- Levantamento a ser trabalhado referente aos bens culturais da cidade contendo informações históricas (construtor, época da construção, primeiros moradores, usos, etc.) e fotografias. Utilizar uma planta cadastral recente da cidade ou localidade.

2- Utilizando uma cópia da planta cadastral da cidade, montar um painel para que os alunos cole as fotografias dos bens culturais mais expressivos na quadra ou região onde se localiza.

3 – Montar um mapa (planta cadastral) localizando os principais problemas da cidade.



ATIVIDADE 05:
Elaboração de um dossiê sobre um bem cultural:
Pesquisa em grupo sobre um bem cultural
considerado mais importante contendo sua história e
descrição, fotografias, e justificativa de sua
importância para a cidade.
Soluções para que seja valorizado, revitalizado e
integrado à comunidade.



ATIVIDADE 06:

Visita Guiada 01: Para compor a exposição a ser realizada.

- Criação de um roteiro pelos pontos mais antigos da cidade, visitando prédios e museus. Utilizar um mapa antigo para poder fazer comparações com a atualidade.

Pesquisa sobre o cotidiano da praça ou rua principal da cidade:

- O que acontece na rua /praça? Quem frequenta e o que faz? Por que frequenta?

- Existem áreas de lazer? Bares? Quadras? Coreto? Brinquedos?



Reconhecendo a Praça:

- Qual a origem do nome da Praça? Se for uma personalidade histórica faça uma pesquisa sobre ela.

- Desenhe a praça identificando os bancos, bustos, coretos, jardins, monumentos.



- Que tipos de animais habitam a praça?

- Identifique em um desenho as plantas que adornam o jardim. Nomes populares e científicos.

- De onde vieram as plantas? Quem plantou?



Reconhecendo as Igrejas:

- Como chamam as principais igrejas da cidade? Quando foram construídas? Quem as construiu? Quais os materiais utilizados para sua construção? Se for o caso, qual o Santo de Devoção? Pesquise sobre a vida do Santo: Como viveu, o que fez, como morreu.

- Identifique os atributos da imagem. De onde veio a imagem? Quem produziu? Como foi adquirida?

- Existe uma festa em homenagem ao Santo? Quando, onde e como acontece? Descreva a festa:

- Entreviste o principal responsável pela festa usando o seguinte roteiro:

Nome:

Função na festa:

Quando surgiu a festa? Por que acontece a festa?

Quem financia?

Principais participantes:

Como acontece a festa: Início, meio, fim.

- Busque a origem de outros elementos que identifiquem as igrejas, elabore questionamentos e realize pesquisas.



ATIVIDADE 07:

Visita Guiada 02: Para compor a exposição a ser realizada.

- Realizar uma visita guiada a um bem sob intervenção.

Quase são os profissionais envolvidos na obra?

Qual a função de cada um?

O que pretende a obra? Quais as fases da obra? Descreva.

Montar uma exposição com desenhos ou fotos da obra.

Depois da restauração/intervenção o que vai acontecer com o bem cultural?

Você concorda com o futuro uso do bem cultural? Por quê? Se não, que uso gostaria que tivesse?

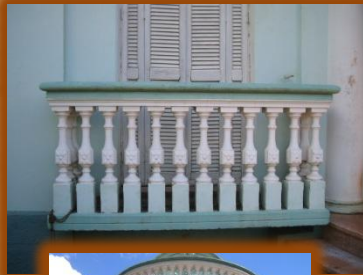


**ATIVIDADE 08:
Montagem do Júri simulado**

Escolher um bem cultural com problemas que tenha sido identificado na visita guiada para ser o objeto de discussão.

Escolher quatro alunos para interpretarem os papéis de dois irmãos a favor da preservação e dois contrários à preservação.

Um grupo de alunos fará o papel do corpo de jurados.



**ATIVIDADE 09:
Jogo de identificação**

Utilizando fotografias / transparências de objetos e detalhes de prédios.

Dividir a turma em dois grupos. Os alunos terão que identificar os detalhes e objetos.



**ATIVIDADE 10:
Elaboração de um álbum de figurinhas referente aos bens culturais:**

Criar um prêmio para os três primeiros alunos que montarem o álbum.



ATIVIDADE 11:

Pesquisa sobre os pratos típicos da cidade: Para compor a exposição a ser realizada.

Recolher receitas de comidas típicas junto aos familiares ou conhecidos. Montar uma feira de alimentação com pratos típicos elaborados pelos familiares dos alunos.



ATIVIDADE 12:

Vista a um Museu:

Leve os alunos a um museu local. Dê como tarefa a ser desenvolvida em grupo uma pesquisa sobre o museu: quando foi criado? Quem criou? Porque criou, Como criou e montou? Tipo de acervo? Qual a peça mais interessante?



ATIVIDADE 13:

**Montagem de um museu – a ser montado na escola:
Para compor a exposição a ser realizada.**

Recolha junto a seus pais, objetos antigos que tenham um importante significado para sua família: fotografias antigas, utensílios domésticos, objetos de uso pessoal etc.

Monte a exposição por assunto com os objetos identificados por legenda elaborada pelos alunos.



ATIVIDADE 14:

Fazer uma pesquisa sobre o folclore da região:

As danças típicas, lendas, provérbios. Fazer uma exposição do material encontrado.

Fazer a encenação de uma dança folclórica local no dia da exposição.

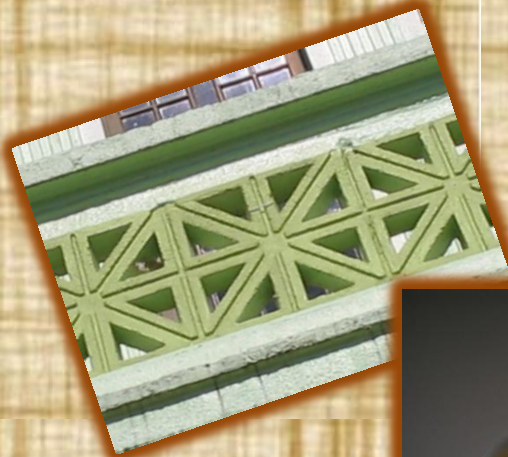
Quais os instrumentos utilizados na dança folclórica? Desenhe ou fotografe estes instrumentos.



ATIVIDADE 15:

Fazer um estudo das formas geométricas das edificações da cidade.

Fotografar janelas e portas, ladrilhos, detalhes diversos para serem identificados pelos alunos.



ATIVIDADE 16:

Montar gráfico referente a antiguidades ou tipos das edificações do município:

Quantas casas do século XVIII? Quantas do século XIX? Quantas do século XX? Quantas igrejas, quantos prédios públicos, quantas casas térreas, quantos prédios.

ATIVIDADE 17:

Pesquisa sobre o custo de material para a construção de uma edificação.

Fazer uma relação do material utilizado na construção de uma edificação e pesquisar em depósitos e casas especializadas o valor do material.

ATIVIDADE 18:

Elaborar problemas sobre números de edificações e usos.

ATIVIDADE 19:

Identificação dos tipos de habitações da cidade ou localidade:

Identificar e analisar os tipos de materiais utilizados para a construção das edificações. (tijolos, adobe, pau-a-pique, madeira, etc).



ATIVIDADE 20:

Pesquisa sobre a fauna e flora da região: Para compor a exposição a ser realizada.

Elaboração de uma pesquisa sobre as plantas e ou dos animais encontrados na região.

Identificar animais extintos e a causa de sua extinção.

Fazer um cartaz com desenhos /fotos dos animais identificando os locais onde são encontrados ou existiam.



ATIVIDADE 21:

Fazer uma comparação da forma de abastecimento de água e alimentos no passado e atual:

Como a água chegava nas casas no passado? E Atualmente?

Como os alimentos eram e são transportados?



ATIVIDADE 22:

Divida a turma em grupo para pesquisar “causos” ou lendas do município.

Cada grupo deve escolher um causo/lenda para encenar no dia da exposição.



ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO

ATIVIDADE 01:

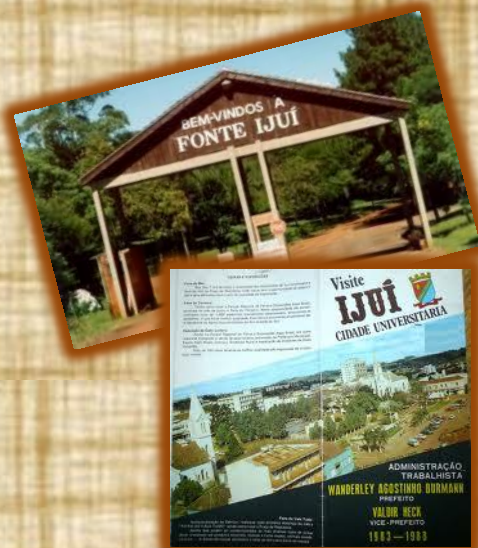
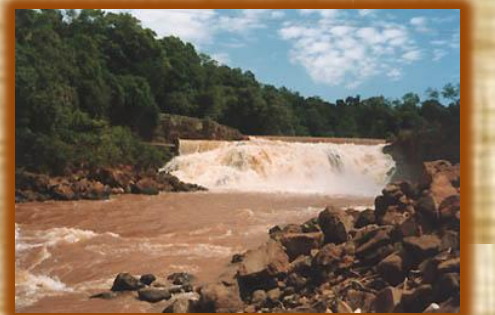
Elaborar um concurso referente à eleição do bem cultural símbolo da cidade. Para compor a exposição a ser realizada.

Fazer uma lista com pelo menos 4 bens culturais mais expressivos da cidade e montar equipes de alunos para a promoção e defesa de cada bem.



ATIVIDADE 02:

Pesquisa sobre o estado de conservação dos rios e do solo, do ar:
Identificar problemas de poluição e as ações para solucioná-los.



ATIVIDADE 03:

Montar um Guia turístico bilíngüe:
Informações sobre a cidade, roteiros turístico.



ATIVIDADE 04:

**Resgatar os brinquedos antigos:
Fazer um levantamento das
brincadeiras antigas e implementá-
las.**



ATIVIDADE 05:

**Fazer uma pesquisa sobre as
atividades artesanais e artísticas:
Para compor a exposição a ser
realizada.**

**Que tipo de atividade existe na
cidade. Identificar os artesãos e suas
atividades.**

**Promover uma visita a um atelier
de arte para familiarizar os alunos
com a produção artística.**

**Como são produzidos os
trabalhos? Que tipo de material
utiliza? Onde expõe? Como vende os
produtos? Para quem vende?**

**Identificar os principais
problemas relacionados com a
atividade. Quais as soluções
possíveis para os problemas?**

**Fazer uma exposição de peças
produzidas na cidade.**



ATIVIDADE 06:

Fazer maquetes de edificações ou espaços: Para compor a exposição a ser realizada.

Montagem de maquetes de papelão, madeira, isopor ou qualquer material disponível.



ATIVIDADE 07:

Montagem de um Jornal histórico sobre a cidade:

Narrar os principais acontecimentos que ocorreram na cidade como se fossem matérias de jornal.



ATIVIDADE 08:

Concurso de redação sobre o tema:

Elaboração de um concurso de redações entre os alunos referente ao Patrimônio Cultural com a premiação dos três primeiros lugares.



ATIVIDADE 09:

Montagem de uma Cartilha:
Familiarizados com os conceitos e toda a problemática relacionada com o patrimônio cultural da cidade, os alunos poderão criar cartilhas do patrimônio cultural ilustradas.



ATIVIDADE 10:

Montagem de uma peça teatral – a ser encenada na escola e locais públicos: Para compor a exposição a ser realizada.

A peça pode ser criada pelos professores juntamente com os alunos ou escolhida em concurso entre os alunos.



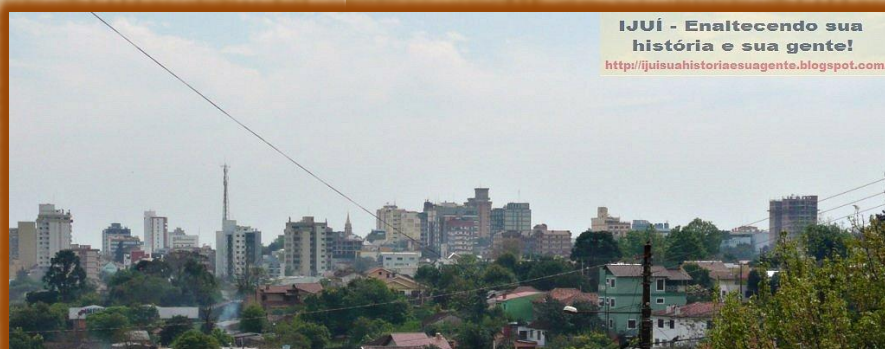
ATIVIDADE 11:

Elaboração de lista de ações prioritárias em defesa do patrimônio cultural.



ATIVIDADE 12:

Elaborar uma palestra para pais e alunos referente aos trabalhos de educação patrimonial. Conceitos a serem trabalhados: bem cultural, cidadania, memória, identidade, patrimônio cultural, defesa do patrimônio cultural, importância dos trabalhos relacionados com a preservação do patrimônio cultural (Inventário, dossiês, restauração, conservação e registros).



IJUI - Enaltecendo sua história e sua gente!
<http://juisuaistoriaesuaagente.blogspot.com/>